

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA**

**ONG: INVENTANDO OUTROS SENTIDOS PARA ALÉM E
AQUÉM DOS DISCURSOS DO MEDO E DA ESPERANÇA**

RENATA TAVARES DA SILVA

Orientadora: Prof^a Doutora CLAUDIA ELIZABETH ABBÊS BAÊTA NEVES

Co-orientadora: Prof^a. Doutora KÁTIA FARIA DE AGUIAR

NITERÓI

2007

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

S586 Silva, Renata Tavares da.

ONG: inventando outros sentidos para além e aquém dos discursos do medo e da esperança / Renata Tavares da Silva. – 2007.

162 f.

Orientador: Cláudia Elizabeth Abbês Baeta Neves.

Co-orientador: Kátia Faria de Aguiar.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, 2007.

Bibliografia: f. 146-152.

1. Psicologia. 2. Subjetividade. 3. ONGs – brasileira. 4. Medo. 5. Esperança. I. Neves, Cláudia Elizabeth Abbês Baeta. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 150

RENATA TAVARES DA SILVA

**ONG: INVENTANDO OUTROS SENTIDOS PARA ALÉM E
AQUÉM DOS DISCURSOS DO MEDO E DA ESPERANÇA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da *Universidade Federal Fluminense*, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^a Doutora CLAUDIA ELIZABETH ABBÊS BAÊTA NEVES

Co-orientadora: Prof^a. Doutora KÁTIA FARIA DE AGUIAR

Niterói

2007

BANCA EXAMINADORA

Aprovado em 24 de outubro de 2007

Prof^a. Dr^a. Claudia Elizabeth Abbês Baêta Neves
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dr^a. Kátia Faria de Aguiar
Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr.^a Cecília Maria Bouças Coimbra
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dr^a. Marisa Lopes da Rocha
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Dedico esta dissertação a todos os encontros que compuseram meu corpo com lutas, vitórias, derrotas, sorrisos e lágrimas, produzindo alegria e sonhos, que potencializam a criação de outros modos de experimentar o mundo. Especialmente para MHZ, Lúcia, Leidi e Sr. Alcino José de Lemos (seu Donga).

AGRADECIMENTOS

À Claudia Abbês, que mais que orientação, ofereceu paciência, amizade, carinho, atenção e credibilidade às loucas idéias e formas de praticar a escrita. Meu sincero agradecimento.

À Kátia Aguiar, pelo incentivo, através das indicações da escrita, questionando meus medos, esperança e crises; produzindo, juntamente com Cláudia e comigo, movimentações que deram fôlego para este efeito.

A todos do CIESPI, (antigo) Pólo Água Mineral, Pólo RedeAção, parceiros do Santa Marta, Gt9 e turma de Mestrado UFF/2005. A todos esses grupos pelas experiências coletivas de lutas, desafios, alegrias e festas.

Aos amigos MHZ, Marcelo e Mauro, pelo “empurrão” para o início desta empreitada e auxílio na leitura e orientação do texto inicial. Ao meu mestre Bolinho, pelos desentendimentos, crises mobilizadoras e companheirismo nas lutas políticas, desde a UFF até o presente momento no CIESPI. A ele e à sua esposa, Fabiana, pela leitura e orientação deste texto.

À minha família, especialmente ao Alan, pelo incentivo, paciência, força, durante os muitos dias e noites roubados. Ao carinho e companheirismo de Claudia e Helen, que, com sabedoria e paciência, me acolheram nos momentos de desespero durante o ato de escrever.

Especialmente à Paula que interrompeu seu processo de Mestrado, para dedicar-se à leitura e revisão deste texto, com carinho e graciosidade.

"A história às vezes nos dá umas colheres de chá, mas nunca para os sentimentos. Ela faz seu jogo, sem se preocupar com nossas esperanças e nossas decepções. Já que é assim, o melhor é ir logo tomando partido e não apostar muito na volta obrigatória de suas estações. Mesmo porque, na verdade, nada nos garante que a este inverno não sucederá um novo outono ou até um inverno ainda mais rude! E, no entanto, não consigo deixar de pensar que estão se preparando, em surdina, outros encontros com novas ondas de generosidade e de invenções coletivas, com a vontade inédita dos oprimidos de sair de si mesmos, para deter as políticas mortíferas dos poderes vigentes e para reorientar as finalidades da atividade econômica e social, em direção a vias mais humanas, menos absurdas."
(Felix Guattari - Para passar os anos de inverno)

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo problematizar a inserção das ONGs nos “territórios da pobreza” através dos discursos do medo e da esperança. A produção do discurso do medo é entendida como produção de impotência, associada a sua “contra-face”, a esperança. Para tanto buscamos escapar das análises binaristas que circunscrevem as práticas de ONGs em lugares cristalizados, de boas ou de más práticas. Entretanto, para além e aquém destes lugares, priorizamos seus processos de diferenciação, que possibilitam tencionar as estabilidades que a aprisionam em julgamentos e generalizações. Para isso, buscamos fazer uma análise crítica genealógica de suas práticas, a partir de experiências concretas, com o propósito de fazer vazar outros modos de operar.

O recorte da pesquisa aconteceu a partir na nossa atuação como pesquisadora em uma ONG, com foco na ação voltada para crianças e adolescentes, nas chamadas “comunidades de baixa renda. Nas práticas cotidianas desta atuação, questionamos o modo de atuar, a partir dos discursos/práticas do medo e da esperança, que provocam a manutenção neoliberal da “pobreza” como lócus de assujeitamento, tanto para as comunidades quanto para o lugar determinado para a atuação das ONGs. O link que é feito nestas práticas entre comunidade, pobreza e assujeitamento é analisado com auxílio de ferramentas teóricas advindas de Michel Foucault, Guattari e Deleuze, dentre outros, que nos possibilitam questionar: que movimentos de vida estamos produzindo?

Assim, apostamos que nosso modo de intervir, ver e estar no campo, deve ser analisado, questionado cotidianamente quanto à seus efeitos, indagando seus agenciamentos nos modos de subjetivação contemporâneos e pensando como direção metodológica uma conduta ética criada no caminhar e nos encontros produzidos no cotidiano de trabalho com os sujeitos envolvidos.

Palavras-chave: produção de subjetividade, ONG, medo, esperança

Résumé

L'objectif de cette recherche est de problématiser l'insertion des ONG dans les «territoires de la pauvreté» à partir des discours de la peur et de l'espoir. La production du discours de la peur est ici entendue comme une production de l'impuissance, associée à son contraire, l'espoir. Pour cela, nous cherchons à échapper aux dichotomies qui limitent les pratiques des ONG, dont les positions se cristallisent en tant que bonnes ou mauvaises pratiques. En effet, en deçà et au delà de ces positions, nous nous intéresserons d'abord aux processus de différenciation, rendant ainsi possible la production d'une tension, afin de dépasser les jugements et les généralisations trop établis. Pour cela, nous chercherons à faire une analyse critique de ces pratiques, à partir de l'expérience concrète, avec le propos de diffuser d'autres moyens d'opérer.

Cette recherche s'enracine dans notre expérience de chercheuse au sein d'une ONG qui s'occupe d'enfants et d'adolescents vivant dans des «communautés de faibles revenus». Dans les pratiques quotidiennes de ce travail, nous nous questionnerons sur notre façon d'agir face aux discours/pratiques néo-libérales de la peur et de l'espoir qui maintiennent la pauvreté comme locus d'assujettissement, aussi bien pour les habitants des communautés que pour le lieu déterminé où interviennent les ONG. Nous analyserons la liaison entre pauvreté, communauté et assujettissement, grâce aux outils théoriques fournis notamment par M. Foucault, F. Guattari et G. Deleuze. Nous nous interrogerons pour savoir quels sont les « mouvements de vie » que nous sommes en train de produire.

Nous croyons en effet que notre façon d'être dans le champ, de voir et d'intervenir sur le territoire, ainsi que les effets de ce travail, doivent être analysés et remis en question quotidiennement. Notamment en s'interrogeant sur leurs agencements avec les modes de subjectivation contemporains, en pensant la direction méthodologique à partir d'une

conduite éthique sans cesse réélaborée, en particulier à travers les rencontres quotidiennes et le travail sur le terrain avec les sujets en question.

Mots-clés: production de subjectivité, ONG, peur, espoir

SUMÁRIO

Introdução:	12
Capítulo I – A produção subjetiva da pobreza	31
I.1 - Em foco: a pobreza	35
I.2 - A produção de subjetividades assujeitadas no contemporâneo	41
I.3 - “É pobre, tem que morrer”	46
Capítulo II – ONGs	54
II.1 - ONGs: um breve histórico	55
II.2 - Modos de operar gestão em uma ONG	69
II.3 - Desconstruindo um modo de gestão	78
Capítulo III – Algumas considerações sobre o medo e a esperança	103
III.1 - Medo e esperança: faces de uma mesma moeda	105
III.2 - Medo, esperança e poder: atravessamentos de uma moral escrava	114
Capítulo IV – Práticas intercessoras na ONG: um outro possível ...	130
VI.1 - A experiência da escrita em nós	132
IV.2 - Gerir: uma forma de praticar uma ONG	135
IV.3 - Conexões e inquietudes	138
IV.4 - Pesquisador e ONG: práticas com potência de intercessão	142
IV.5 - Intercessão, rede, conexão, ONG: gerir no <i>entre</i>	143
Algumas considerações finais	153
Bibliografia	159

ONG: inventando outros sentidos para além e aquém dos discursos do medo e da esperança

Introdução

“Este lugar não vai para frente, porque aqui ninguém se interessa por nada. As pessoas têm medo de se comprometer, pois sabem que é tempo perdido”¹

Esta dissertação é fruto de uma trajetória que se inicia em Itaúna e passa por Bangu, Água Mineral (AM), Santa Marta, Rocinha, entre outros lugares² do Rio de Janeiro. Esta trajetória é marcada por encontros entre pessoas, sentimentos, gestos, coisas que nos compuseram com alegrias, tristezas e, sobretudo, vários estranhamentos e questionamentos sobre a forma pela qual esses lugares são caracterizados: pela pobreza, carência e violência. Acreditamos que tais características não enunciam uma essência, mas compõem forças que têm contribuído para a criação de identidades e generalizações, transmutadas em rotulações definidoras de lugares e das populações que os habitam. O processo de produção destas identidades (favelas, comunidades, morros, territórios da pobreza) é forjado por lógicas locais e globais (Estado, mídia, tráfico, moradores, ONGs, etc.). As ONGs – organizações não governamentais - fazem parte

¹ Relato de uma líder comunitária, SG, 2003.

² Segundo Milton Santos (2006), lugar é um ponto do espaço físico onde um agente ou uma coisa se encontram situados, seja como localização, seja sob um ponto de vista relacional, como posição, graduação em uma determinada ordem.

de uma lógica global de atuação e vêm interagindo nestes territórios, desde meados do século XX.

É sobre as formas atuais de interação, produzidas a partir do medo-esperança, que as análises deste texto propõem se debruçar.

Contextualizando a produção do problema

Morar em Itaúna, bairro de São Gonçalo no Rio de Janeiro, um lugar marcado pela violência e precariedade de recursos, cujo cenário se compõe de favelas, esgoto a céu aberto, casas mal acabadas e presença do tráfico de drogas, instigou-nos a problematizar a construção deste território³, em sua aparente ligação com o discurso da periculosidade, fortemente veiculado pelos moradores e pela mídia local. Esta temática foi abordada em trabalho monográfico⁴, escrito para a conclusão do curso de Psicologia na Universidade Federal Fluminense (UFF), questionando a forte aliança entre pobreza e violência, produzida e fortalecida pelos discursos da mídia e nos encontros cotidianos da população nas ruas, lares e comércios de Itaúna.

Na primeira experiência trabalhando com psicologia e pesquisa em uma ONG, recebemos a incumbência de coordenar uma nova frente de trabalho em uma pequena região de São Gonçalo (RJ), chamada Água

³ Segundo Milton Santos (2006, p. 62): a configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. Para este autor, território não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima, ou seja, tem uma existência própria, isto é, sua existência real somente lhe é dada pelas relações sociais.

⁴ SILVA, Renata Tavares da. Itaúna: lar e medo. Monografia (Graduação em Psicologia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

Mineral. Esta comunidade seria a terceira⁵ área de atuação de um projeto social, realizado por duas ONGs parceiras, através da pesquisa-ação. Este projeto foi desenvolvido com o objetivo principal de fortalecer as *bases de apoio* familiares e comunitárias para crianças e adolescentes.

Um dos primeiros passos para a efetivação da proposta deste projeto, foi a realização de um mapeamento⁶ de iniciativas que se enquadravam no conceito *bases de apoio*. De acordo com Rizzini e Backer (2000-2001), bases de apoio são elementos fundamentais que compõem os alicerces do desenvolvimento infantil. São recursos familiares e comunitários que oferecem segurança física, emocional e afetiva a crianças e jovens. Referem-se tanto às atividades ou organizações formais (creche, escolas, programas religiosos, clubes, centros juvenis...), quanto às formas de apoio espontâneas ou informais (rede de amizade e solidariedade, relações afetivas e significativas, na vida de criança e jovens, oportunidades disponíveis na própria comunidade que contribuam para o seu desenvolvimento integral...).

Para facilitar a entrada dos pesquisadores em Água Mineral e auxiliar na tarefa de mapeamento das iniciativas locais, firmamos parceria com uma importante líder comunitária. Pontuamos, no entanto, que esta parceria não se dava pela via de um contrato, pois os lugares ocupados

⁵ Para realização da proposta Bases de Apoio, foram escolhidas três localidades do estado do Rio de Janeiro: Vila e Nova Aliança – Bangu (zona oeste do RJ), Santa Marta – Botafogo (zona sul do RJ) e Água Mineral – São Gonçalo (grande Rio).

⁶ Este “mapeamento” referia-se a uma das atividades do projeto em questão, objetivando levantar dados sobre iniciativas locais de trabalho com crianças e adolescentes, visava fazer um mapa que seria distribuído para as famílias, iniciativas comunitárias entrevistadas, como creches, reforços escolares, postos de saúde, escolas, etc., e alguns lugares públicos da comunidade, como comércios, etc. Este mapa era acompanhado de um informativo contendo dados detalhados sobre estas iniciativas e uma breve apresentação do projeto e referência das ONGs que o executava.

de “líder” e “pesquisadora” não eram os operadores principais do encontro. Neste momento, faz-se necessário afirmar uma distinção entre contrato liberal e contrato do encontro. O primeiro pressupõe partes contratantes livres e iguais, e entendemos que não há igualdade entre comunidade e ONG. Mas, no encontro destas instâncias, é possível um ato de contração, afecção, diluindo o que aparece como limites entre partes, potencializando o que se passa entre as diferenças que cada um guarda em sua formação social e dando visibilidade para o que surge no encontro, para os elementos inaugurados na relação.

Os encontros eram atravessados por nossas diferentes inserções. Ou seja, esta parceria permitia conversar com esta pessoa de Água Mineral, incluindo seus lugares como antiga moradora do lugar, avó de cinco netos em fase escolar, bem como a ação de uma pesquisadora recém-formada de uma faculdade pública, moradora deste mesmo município.

A líder comunitária em questão exercia um cargo de liderança na Associação de Moradores, há quase doze anos. Ao andar pelas ruas, ela nos contava histórias com riqueza de detalhes, permitindo-nos visualizar, não somente a configuração geográfica do local, mas sua configuração política e um pouco da rotina das famílias que ali habitavam.

Ao relacionar a realidade de Água Mineral às propostas do projeto, seu ponto de vista assim se expressava: *“isso [referindo-se à proposta do projeto] aqui não vai dar certo, porque aqui ninguém se interessa por*

nada. São todos desanimados... esse lugar não vai pra frente. As pessoas têm medo de se comprometer, pois sabem que é tempo perdido.”

Este discurso nos remeteu, imediatamente, às falas de diversos atores comunitários e da academia, no que se refere à generalização do papel das ONGs⁷, assim como às falas de políticos e/ou pesquisadores, que, temporariamente, ocupam lugares de liderança, anunciando promessas que, muitas vezes, não são cumpridas. Diversas vezes, ouvimos das pessoas, com as quais trabalhamos, depoimentos sobre ONGs que não apresentam resultados efetivos nos lugares por onde passam; pesquisadores que usam o local para entrevistas e depois vão embora *“sOMEM COM TUDO E NUNCA MAIS VOLTAM, NEM PRA DIZER UM OI”* (líder comunitário, SG, 2004) e também sobre políticos, que, próximo à eleição, visitam ruas e praças, prometem melhorias, mas que logo somem, ao fim do processo eleitoral.

Sobre a relação entre candidatos políticos e ONGs, acreditamos que o modo de funcionamento do Estado, na atualidade, e a política de ONGs se articulam na medida que estas instâncias ocupam lugar de promessa de mudanças, de salvação, de esperança. Nesta lógica, aquele que espera é assujeitado, abdica de seu poder⁸ de interferir por entre as estratégias de domínio estatal. A diferença entre classes sociais, a questão dos especialismos acadêmicos, a condição de pesquisador que leva dinheiro para ações na comunidade, dentre outros, marcaram vários

⁷ Esta generalização do papel das ONGs refere-se à forma com que vêm sendo tratadas, principalmente pela mídia, como sendo corruptas ou como baluartes de “esperança/salvação”.

⁸ Este tema será aprofundado mais adiante, no capítulo 3.

momentos do nosso caminhar. Muitos foram os momentos em que fomos cobrados por nossos lugares/cargos.

Muitas vezes, aconteceu de nos vermos forçados a expressar que nós, do projeto Bases de Apoio, não iríamos, por exemplo, fazer ou financiar uma creche local, mas que poderíamos tentar algumas ações juntos: escrever projetos, levantar possíveis financiadores, elaborar pesquisas sobre a realidade local, etc. No entanto, as pessoas nos questionavam: *“se vocês não podem construir nossa creche, o que vocês vieram fazer aqui, então? O projeto de vocês é muito complicado!”* (Morador, AM/SG, 2003)

Foram muitos os relatos⁹ sobre promessas não cumpridas de políticos e ONGs que, por exemplo, implantavam salas de informática, cursos profissionalizantes ou atividades de esportes, mas quando o financiamento acabava ou havia mudança de governo, as atividades paravam imediatamente.

No período de, aproximadamente, quatro anos, trabalhando em Água Mineral, experimentamos, dentre outros sentimentos, a sensação “da apatia” dos moradores. No entanto, também eram evocadas lembranças de outros momentos, quando eles saíam de suas casas para reuniões na Associação ou iam para a prefeitura fazer reivindicações, relembando movimentos que acabaram dando lugar a certa comodidade em relação aos problemas que acometem esta localidade. Acreditamos

⁹ Tais relatos são referentes aos bate-papos entre reuniões realizadas em vários lugares do Rio de Janeiro, como: Bangu (Zona Oeste), Santa Marta (Botafogo - Zona Sul) e Água Mineral (São Gonçalo - Grande Rio), durante o desenvolvimento das atividades relacionadas ao projeto Bases de Apoio.

que um fator que contribui com este modo de operar na “comodidade”, está na própria construção de noção de Estado, a partir do liberalismo (séculos XVII e XVIII), que pressupõe o “assujeitamento do indivíduo natural com vistas a assegurar sua sobrevivência e seu espaço de liberdade [...] transferindo para o soberano que proporciona o bem aos que abrirem mão de seus direitos: de seu poder”¹⁰.

Arriscamos afirmar que outras linhas de força que fazem emergir esta “apatia” são oriundas das poucas ações realizadas pelo governo, que não correspondem à demanda da comunidade; falta de respeito nos atendimentos, com relação às reivindicações; alianças espúrias dos políticos com empresas de transporte público e comércios locais; lideranças que manipulam programas sociais, etc.

Uma das fontes do nosso incômodo, como pesquisadores de uma ONG, com a apatia dos moradores e líderes comunitários, pode estar relacionada à postura de ter que responder à missão de *transformação social*, uma encomenda que está presente nas lutas sociais de ONGs, especialmente na América Latina, a partir, principalmente, da década de 1980. Diante desta “encomenda”, sentimos a dificuldade de pôr em questão nossos lugares de acadêmicos, moradores de outras áreas, especialistas que não teriam e não deveriam ter resposta para tais lacunas: como habitar este paradoxal “lugar” que nos é conferido, e que também, muitas vezes, reproduzimos?

¹⁰ Fonseca, 1997, p. 15 – 18.

Em uma das visitas a campo¹¹, um gestor de ONG contou-nos sobre uma comunidade em Madureira (subúrbio do RJ), onde as alternativas para atendimento a crianças e adolescentes, como creche, escolinha de futebol, capoeira e cursos profissionalizantes, eram mantidas por uma organização financiada pela área de responsabilidade social de uma fábrica, que, no fim da década de 1990, faliu. Depois da falência, além de muitos homens e mulheres desempregados, houve uma grande lacuna no que se referia a oportunidades para o desenvolvimento infanto-juvenil, já que não havia outras alternativas de esporte, escolas ou creches no local, para além das financiadas por esta fábrica. Dentre outros fatores, a recorrência da não efetividade de direitos trouxe, segundo este gestor, um desânimo, sensação de impotência e medo às lideranças locais - medo de lutar e “gastar energia por nada”.

A fala deste gestor partia da lacuna deixada pelo fim das iniciativas mantidas pela fábrica e da descredibilidade no governo, que pouco tem feito para amenizar os problemas sociais (principalmente, no município do Rio de Janeiro, na gestão atual), e focava a “necessidade” da entrada de ONGs para sanarem a falta e o abandono, “causados” naquele lugar. Entendemos que estas falas enunciam um lugar que foi produzido para e pelas ONGs, que trabalham com o consentimento do Estado, em lugares onde este se recusa a estar¹². Consideramos que esta esperança por salvação, tanto por parte do Estado ou de ONGs, remete a uma lógica que, inspirados em Nietzsche (1998), denominaremos: medo-esperança.

¹¹ O termo campo é aqui utilizado referindo-se aos lugares onde atuamos, fora da sede da ONG.

¹² Sobre o assunto, ver Aguiar, K. 2003.

Veremos mais à frente que este filósofo descreverá a lógica de uma moral escrava, em que a esperança de realizações e ações concretas é apoiada em um outro, um ser “salvador”. Para este autor, o ideário de salvação é combinado com sentimentos de culpa, ressentimento e medo, paixões tristes¹³ que decompõem o corpo, deixando-o impotente e passível à dominação.

Qual seria o lugar das ONGs neste contexto de impotência e medo? Trazer esperança? O desânimo da líder de Água Mineral dizia não somente do cansaço por seus 12 anos de luta nesta comunidade, ou pelo insistente descaso do Estado, mas sinalizava, também, processos de lentidão e não conexões com outros modos de viver, o que faz reproduzir discursos marcados pelo medo. O medo conjugado com o sentimento de esperança, alicerçado na idéia de que alguém ou algo virá de algum outro lugar para mudar, fazer movimentar a precária realidade local, é aqui tomado como fator de paralisia e produto/produtor de subjetividades assujeitadas e enfraquecidas. Como veremos mais adiante, tal produção é parte nodal do modo de funcionamento do contemporâneo, marcado pelo capitalismo neoliberal. Este funcionamento tem reforçado a distribuição/concentração desigual de renda, que produz desigualdades sociais alarmantes, fazendo coexistir alguns poucos donos de grandes impérios financeiros e imensos bolsões de miséria, desemprego em massa em todo o planeta, fome, dentre outros fatores que contribuem e naturalizam o extermínio de milhões de vidas, todos os dias.

¹³ Deleuze, 1970.

Como profissionais de uma ONG, somos convocados diariamente no campo a assumir o papel de quem pode trazer alguma solução para problemas locais relacionados à violência, saúde, educação, etc. Em meio a sentimentos de impotência frente a estas demandas, também nos deparamos com denúncias constantes de irregularidades envolvendo outras ONGs. As diferentes formas de atuação dos profissionais de ONGs, no cotidiano, têm provocado as mais diversas reações na mídia, na academia, nas empresas, no cinema, no governo e na sociedade de forma geral. Este tema é complexo¹⁴ e tem trazido diversos atravessamentos e distintos, às vezes até mesmo opostos, modos de enunciação. Guattari e Rolnik (1996, p. 30) preferem afirmar um *agenciamento coletivo de enunciação* entendendo que a enunciação¹⁵, mais do que o enunciado, produz subjetividades e indica uma produção que é sempre coletiva.

“Este agenciamento de enunciação é desde sempre coletivo, pois se dá num campo de fluxos heterogêneos e múltiplos que se cruzam incessantemente, possibilitando infinitas montagens. É por isso que falamos em agenciamentos coletivos de enunciação. Sujeitos e objetos, aqui, são índices de agenciamentos, funções que proliferam sobre o plano.” (BARROS, 1994, p. 152)

E ainda:

¹⁴ Destacamos que o termo complexo é entendido, segundo Guattari (1990, p. 43), designando formas de agenciamentos subjetivos, que aqui dizem respeito à violência e à negatividade, que não estão intrinsecamente inscritas na essência da espécie humana, mas são construídas e sustentadas por múltiplos agenciamentos e enunciações.

¹⁵ O tema da enunciação tem sido alvo de diversos pensadores, dentre eles, Ducrot, que vai “privilegiar a distância entre enunciação e enunciado fazendo do sujeito uma posição de enunciação”. ANTOUN, Henrique, 2007.

“Na enunciação, não há um sujeito que a precede funcionando como sujeito de enunciação, ou mesmo que se objetiva como produto ou efeito do enunciado, mas há sempre uma coletividade sem sujeitos, singularidades, como vibração de multiplicidades em devir.” (NEVES, 2002, p. 124)

A mídia e a opinião pública têm cotidianamente produzido e reforçado um discurso sobre a atuação das ONGs como transcendente, um sujeito transcendente, denominando-as ora como única saída para a reversão da pobreza, assumindo o papel de justiceira e salvadora; ora como empresas que só visam lucrar com a miséria; ora a ONG é a esperança da comunidade; ora a comunidade tem sido a esperança para os objetivos da ONG diante do financiador e dos parceiros comunitários.

No sentido de pôr em análise este discurso dicotômico, moral e paralisante, que guarda operações fortes de auto-conservação, buscamos problematizar as demandas do campo onde atuamos, assim como os modos nos quais, a ONG em que estamos inseridos, gesta suas ações. Estes modos vêm-se produzindo, através de nossas práticas¹⁶, entendendo-as como efeitos de/em nossas intervenções. Tais intervenções são compostas por muitas instituições que nos atravessam cotidianamente como psicologia, pesquisa, eleições, capitalismo, família, educação, etc.

Recorrentes questões são construídas a partir da desnaturalização das dicotomias acima citadas, nos remetendo a outros problemas como o

¹⁶ As práticas são fazeres heterogêneos, datados e localizáveis no tempo, são particulares, mas sempre atreladas a práticas vizinhas e ao conjunto da história. As práticas vêm das mudanças históricas que elas próprias produzem. Elas são múltiplas e geram múltiplos objetos, múltiplos corpos ao longo da história, produzem múltiplas objetificações. (VEYNE, Paul, 1978).

contexto burocrático de funcionamento da ONG, os efeitos do contexto socioeconômico em que estamos inseridos, a ordem em que são articuladas as parcerias comunitárias, etc. Estes temas ligados à gestão da ONG e às práticas cotidianas comporão uma análise sobre os modos de operação das ONGs no contemporâneo, entendendo que tais operações, dentre outras, dizem diretamente sobre o modo de atuação dos “ongueiros”, através da construção de práticas marcadas pela criatividade, mas também, pelo medo e esperança, componentes importantes na construção de subjetividades assujeitadas e pobres.

Os questionamentos apontados acima abrem um leque quase infinito de possibilidades de reflexões. Entretanto, propomos um recorte para a realização desta dissertação. Não é objetivo deste estudo traçar uma análise geral sobre o funcionamento das ONGs, ou mesmo, atacar ou defender sua existência, mas pensar seus funcionamentos e neles, e com eles, indagar seus agenciamentos nos modos de subjetivação contemporâneos, pensando como direção metodológica uma conduta ética criada no caminhar e nos encontros¹⁷ produzidos no cotidiano.

Desta forma, serão analisadas algumas práticas produzidas por nós, profissionais de uma ONG, que atua direta ou indiretamente com crianças, adolescentes e jovens¹⁸, em contexto familiar e comunitário, no Estado do Rio de Janeiro, pensando os efeitos diretos de três linhas de

¹⁷ Este conceito de ética está embasado na genealogia foucaultiana que veremos posteriormente.

¹⁸ Esta distinção etária é um reflexo das lutas fortalecidas na década de 1980, para formulação de uma lei que não distinguisse crianças pobres e ricas, mas propondo proteção integral a todas. Em 13/07/1990, é promulgada a Lei Federal nº 8069, sob o nome: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O artigo 2º desta Lei afirma ser criança a pessoa até doze anos, adolescente entre doze e dezoito anos e subentende-se, pelo parágrafo único deste mesmo artigo, que jovem seria aquele entre dezoito e vinte e um anos de idade.

uma mesma lógica de produção: territórios da pobreza, esperança e medo. Como nestes territórios e na ONG são criados e fortalecidos os discursos do medo e da esperança e qual sua relação com a produção da pobreza?

Esta e outras questões nortearão as análises no decorrer desta dissertação, entendendo que, assim como Fonseca (1997), “pôr-em-análise” trata-se de um exercício de esmiuçar e desarticular práticas totalizadoras que atravessam e modelam o corpo social. É uma das possíveis maneiras de apostar na criação e na sustentação de vias de acesso aos processos de transformação, uma maneira de recusar os modos pré-estabelecidos de controle e regulação do corpo social¹⁹.

O ponto singular na aposta metodológica deste estudo se encontra na proposta de problematizar a lógica binarizante que aloca as ONGs no lugar de boas ou no lugar de más. Buscaremos fazer uma análise genealógica²⁰ do trabalho em ONGs na atualidade, a partir de experiências concretas, dando visibilidade para o que faz escapar destas binarizações.

Fazer transbordar ou fazer vazar outros modos de operar se faz importante na medida que permite pontuar as possibilidades de atuar de forma diferente das opções homogeneizadas, onde: ou a ONG é militante ou a ONG é empresarial, ou a ONG é boa ou a ONG é má. Para além e aquém destas formas, não priorizamos a gênese de uma nova identidade a ser instituída, mas processos de diferenciação, que possibilitam

¹⁹ FONSECA, D. F., 1997. p. 8.

²⁰ A genealogia é uma metodologia proposta pelo filósofo Michael Foucault, que está presente em diversas de suas obras, como: *Microfísica do Poder*, 1998.

tencionar a autoconservação de identidades que aprisionam e fazem reproduzir modelos que despotencializam a criação de outras formas de viver. Assim, pensamos, não em uma identidade pesquisador, mas num modo de intervir, ver e estar no campo. Este modo de operar deve ser analisado e questionado cotidianamente quanto a seus efeitos. Nossa bússola neste fazer nos indica a seguinte questão: Que movimentos de vida estamos produzindo?

Seguindo esta direção, pretendemos pôr em análise a lógica dos especialismos e das técnicas, apresentada como única e possível forma para garantir o sucesso das ações criadas e implementadas pelas ONGs em comunidades de baixa renda. Para isto, priorizamos as forças históricas constitutivas dos processos que se materializam nos modos de entrar e relacionar-se em comunidade, de gerir e co-gerir projetos e pesquisas sociais, de sistematizar experiências. Estes são alguns analisadores dos modos de operar uma ONG na atualidade.

Não há uma idéia de um ponto de partida, tampouco de uma origem ou de um ponto de chegada de uma realidade. Nossa atenção se volta para os modos de fazer, as práticas em “ato” no campo de intervenção.

A lógica que faz a interligação entre pobreza, medo/esperança e ONG será compreendida como um complexo de fabricações, reprodução e suporte de produção de subjetividade. Trata-se aqui do entendimento da subjetividade como efeito da conexão entre um conjunto heterogêneo de sistemas de referência, sejam eles econômicos, políticos, tecnológicos; sejam sistemas afetivos, perceptivos, corporais, inconscientes, etc, e não

de uma concepção de subjetividade relacionada a uma identidade individual.

De acordo com Guattari & Rolnik (1996), esta lógica conectiva não pode ser pensada nem além, nem aquém, nem ao lado dos processos de produção de subjetividade, mas sim, como um modo de subjetivação²¹. Uma maneira de produzir condições de vida coletiva, relações cotidianas, sensibilidades, vontades, etc.²². Não se trata de “explicar as práticas a partir de uma causa única, mas a partir de todas as práticas vizinhas nas quais se ancoram. Esse método pictórico produz quadros estranhos, onde as relações substituem os objetos”²³.

Desta maneira, através de algumas histórias e relatos coletados no cotidiano de trabalho de uma ONG, traremos práticas que reproduzem a lógica capitalista, como também outras práticas que, em determinado tempo e espaço, configuraram-se em possibilidade e potência de vida.

As falas coletadas nas entrevistas e na vivência cotidiana na ONG (escritório e comunidades) não serão tratadas como verdades, mas nelas e com elas buscaremos acompanhar os efeitos e tensões, que produzem e são produzidos nas práticas e configuração de realidades, pois acreditamos que, de acordo com M. Foucault (1998, p. 20), é preciso “fazer vir à tona os pontos em que um tipo de discurso se produziu e se

²¹ Tal perspectiva apresentada ao longo da obra de Félix Guattari é utilizada como instrumento para vários autores, como Neves (2002): Os modos de objetivação e subjetivação se criam, ao mesmo tempo, imanentes aos movimentos do desejo nas linhas que seguram suas produções em territorialidades e reterritoralizações que fixam um código aos enunciados, centralizando a produção lingüística num sujeito individualizado. Dão termo ao devir e determinam um acontecimento pela sua efetuação em estado de coisas e enunciados inscritos numa determinação indicativa do tempo (passado, presente e futuro). (p. 125 e 126)

²² Fonseca, 1998, p. 2.

²³ Paul Veyne, 1978, p. 86.

formou”. Deste modo, procuramos fazer emergir a ONG no movimento mesmo de sua formação, tentando reconstruir a imbricação de discursos como pobreza, assujeitamento, medo e esperança, no processo, na história de seus funcionamentos. A genealogia nos auxiliará a pensar o local, o regional, não o universal, totalizante.

M. Foucault (1998, p. 16) nos diz que a genealogia exige a minúcia do saber, “pequenas verdades inaparentes”, que marcam a singularidade dos acontecimentos. Deste modo, a genealogia se opõe a uma história constituída a partir dos grandes marcos meta-históricos e seus objetos naturais que possuem uma essência, uma existência própria e a-histórica.

Desta forma, entendemos que os objetos tratados neste estudo não são naturalmente dados, mas são produzidos pelas práticas, são seus correlatos. O que é feito (objeto) explica-se pelo fazer (prática) em cada momento da história. Ambos (prática, objeto e sujeito) são efeitos de uma composição de forças que, em um determinado momento e local, expressam a formação de um modo de subjetivação.

Com esta perspectiva, o método se opera na formulação do problema, colocando o pensamento em ação²⁴, trazendo as visibilidades e dizibilidades de uma época (nosso presente). Por isso, não falaremos da origem das ONGs ou da pobreza, mas de suas proveniências e emergências²⁵. O que nos interessa, aqui, é o jogo de forças que faz a

²⁴ SILVA, R. N., 2005, p. 17

²⁵ Para Foucault (1998), a emergência designa o principio e a lei singular de um aparecimento, um lugar de afrontamento, e se produz sempre em um determinado estado das forças. Enquanto que a pesquisa da proveniência diz respeito ao jogo das forças que propiciam o aparecimento de algo, a maneira como estas forças lutam, ou seu combate frente às circunstâncias adversas, não funda coisa alguma, ela agita o que se percebia imóvel, ela fragmenta o que estava unido, ela diz respeito ao corpo - corpo como superfície de inscrição dos acontecimentos. (p. 21 – 24)

emergência de um acontecimento. No nosso caso, o acontecimento pobreza-medo-ONG-esperança.

A genealogia nos ajudará a pensar as ONGs não apenas como significantes do medo e da esperança, mas como determinadas forças de hegemonização, que fizeram com que, em seus modos de atuação hoje, operassem ou funcionassem nesta configuração. Nesta perspectiva, o acontecimento ONG não apareceu como uma essência primeira e a-histórica, mas emergiu em meio a uma série de forças, que serão sinalizadas no próximo capítulo.

No capítulo I, falamos da construção da pobreza como produção subjetiva no contemporâneo, explicitando o contexto destas referências na história; no capítulo II, destacamos em consonância com a “pobreza”, algumas práticas produzidas na atuação de uma ONG; no capítulo III, tentamos fazer uma ponte entre modos de atuação de uma ONG e produção subjetiva da pobreza, inserida na mesma lógica medo-esperança, apontando, de acordo com algumas perspectivas teóricas, modulações que aprisionam e reproduzem impotência, paralisia e sofrimento. No último capítulo, trabalhamos com a idéia de práticas em ONGs como intercessores e possibilidade de conexões que façam emergir outras formas de viver menos assujeitadas e mais potentes e alegres.

O que buscaremos neste trabalho é dar visibilidade às forças que possibilitam que, em nossa atuação em uma ONG, em nossas práticas,

possamos fazer transbordar as multiplicidades que a constituem, para além e aquém dos discursos do medo e da esperança.



Capítulo I - A produção subjetiva da pobreza

“O Brasil sempre esteve entre as 10 maiores economias do planeta. Ao mesmo tempo, mais de 50 milhões de brasileiros vivem hoje abaixo da linha da pobreza, com acesso precário ao mínimo necessário para a sua sobrevivência. Ou seja, o “bolo” cresceu, mas não foi repartido igualmente entre todos. Acontece que tão ou mais sério do que as conseqüências dessa desigualdade é o jeito como os brasileiros as encaram. Muitas vezes graves problemas sociais passam despercebidos ou são tratados como fatos irremediáveis, impasses cuja solução virá do céu ou simplesmente não virá.”
(gestor de ONG, Rio de Janeiro, 2005)

Trabalhando com pesquisa em uma ONG, passamos a experimentar lugares com algumas características que se assemelhavam entre si: medo, precariedade de recursos, realidade marcada por diversos tipos de opressão e a não visibilidade de iniciativas e lutas forjadas a favor de transformações destas realidades. Itaúna, Vila e Nova Aliança, Minha Deusa, Água Mineral, Santa Marta, Rocinha: como e por que são constituídos como lugares pobres? Quais forças fizeram emergir estes *territórios da pobreza*²⁶? O que há de pobre nos territórios da pobreza? Quais são suas linhas de constituição?

Este “corpo-alvo” a ser regulado tem sua manifestação intensamente marcada nos lugares denominados por *comunidades*²⁷ e tem sido alvo dos programas sociais governamentais e também de uma grande parcela de ONGs que atua com crianças no Rio de Janeiro.

²⁶ Coimbra (2001) usa este termo, criado pelo geógrafo Milton Santos, para falar de espaços que, de forma geral, não foram valorizados pelo mercado imobiliário; “verdadeiros guetos que sempre amedrontam as camadas ‘mais favorecidas’”. (p.81)

²⁷ Este tema é analisado com maior propriedade em: SOARES, A. B., 2001.

Comunidade é um termo que se codificou como *lugar de baixo poder aquisitivo, lugar pobre* e que tem sido alvo de inúmeras críticas acadêmicas²⁸. Aliados a estas críticas, concordamos que a produção deste conceito tem remetido a uma segregação de espaços, já que dificilmente ouvimos falar da comunidade de Copacabana ou comunidade de Ipanema, e dificilmente estes espaços serão alvo de ações de ONGs que atuam na área social. A não ser para passeatas à beira-mar contra a violência²⁹, por exemplo.

Vemos que o uso deste termo tem - se associado diretamente ao “mercado de bens sociais”, que, segundo Aguiar (2003), utiliza-se desse código para eleger interlocutores, fazer repasses de verbas e financiamentos – governamentais e privados. Paralelamente, esta enunciação tem fortalecido determinados agrupamentos em determinadas áreas, a partir da delimitação espacial que diz respeito a uma “mesma cultura”, uma mesma história e interesses comuns.

“Uma ‘comunidade organizada’ tem sido um requisito constante para iniciar qualquer negociação tanto com o poder público, quanto com as entidades de fomento nacionais e internacionais. Mas um elemento chave que se espreita nessa imagem, é a existência de lideranças fortes e representativas que possam servir de mediadores e/ou apaziguadores de possíveis conflitos futuros.” (AGUIAR, 2003, p.104)

Compreendemos que *comunidade*, mais que um conceito, é uma prática relacionada aos sistemas de ações que integram um espaço

²⁸ Sobre este tema ver: SOARES, A. B., 2001 e AGUIAR, K. F., 2003.

²⁹ No site: http://www.riodepaz.org.br/destaques/imprensa/imprensa_abr.asp, encontramos dezenas de reportagens sobre manifestações contra violência, na Zona Sul do Rio de Janeiro, nos anos de 2006 e 2007.

territorial e podem agir localmente como norma. Para Santos, (1997, p. 10):

“Cada lugar atribui a cada elemento constituinte do espaço um valor particular. Em um mesmo lugar cada elemento está sempre variando de valor, porque de uma forma ou de outra, cada elemento do espaço entra em relação com os demais, e essas relações são em grande parte ditadas pelas condições de lugar”.

As condições de lugar, marcadas pelo autor citado dizem respeito a uma combinatória de jogos de poder local e global. *“Cada lugar é ao mesmo tempo objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”* (SANTOS, 2006, p. 339). Desta forma, destacamos que, fora das lutas sociais locais, mais precisamente nos noticiários televisivos e artigos de jornal impresso, o termo “comunidade” tem sido associado diretamente a *lugares carentes e potencialmente perigosos*.

Coimbra (2001), através de uma análise histórica, traz visibilidade ao processo de produção contemporânea de uma subjetividade carregada de preconceitos. Ressaltamos que visibilidade³⁰ não se refere a lançar um olhar sobre aquilo que estava escondido ou à sombra de outras coisas, mas à criação de sentidos, criação de novas configurações nas relações de força, diferentes daquelas que se desenhavam em um determinado momento sobre os pré-conceitos. Referimos-nos, então, a uma outra modalidade de controle, que tem paralisado as lutas, neste caso,

³⁰ Aguiar, 2003, p. 138.

afirmando uma relação direta entre pobreza e criminalidade. Esta vinculação é uma produção oriunda de vários dispositivos sociais, principalmente, os da mídia.

Segundo a pesquisa³¹ realizada por esta autora, a relação pobreza-criminalidade ganhou força, nas décadas de 1980 e 1990, na medida que se acreditava que a miséria geraria revolta, produzindo criminalidade e que, sem recursos materiais e intelectuais, seria necessariamente violenta.

“Para as subjetividades hegemônicas produzidas ao longo dos últimos séculos e, em especial, desde princípios dos anos noventa, pobreza é identificada com ‘classes perigosas’; para o modo capitalista de produção, ela recebe ‘a pena de fardo social’ – corpos inúteis para o trabalho a pesar nas costas toda a sociedade’. Já Morel (1857) afirmava que é na miséria que se encontram as causas da degenerescência da espécie, de todos os males sociais.” (COIMBRA, 2001, p. 106 e 107)

Uma história deste pensamento é elaborada de uma forma não linear, em que não se buscam causas e efeitos, o bom e o mau, mocinhos e bandidos, mas uma elaboração, a partir de pequenas verdades inaparentes³², traçadas por atores comuns, no exercício de questionamento da vinculação das ditas "classes perigosas" à "cultura da pobreza".

³¹ Como fonte bibliográfica, Coimbra (2001) busca importantes autores, como: Debord, G. A sociedade do espetáculo, RJ, Contraponto, 1997; Chauí, M. A criação histórica. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1992; Bourdieu, P. (org.) A miséria do mundo, Petrópolis, Vozes, 1997; dentre outros que não foram alvo de investigação direta neste trabalho de dissertação.

³² FOUCAULT, M., 1979. p.16

I.1 – Em foco: a pobreza.

Com nossas práticas e discursos, produzimos, constantemente, várias realidades a que denominamos pobreza. De uma forma geral, as ONGs trabalham com foco na pobreza financeira e existencial: direitos humanos, negros, mulheres, crianças, extinção dos animais, ou seja, minorias. No entanto, encontramos camuflado, sob a égide da pobreza financeira, um discurso que produz um setor “pobreza” que deve ser cuidado, por *não ter como se auto-sustentar* e vigiado, por *ser potencialmente perigoso*.

Ao discutir sobre "Espaços urbanos e classes perigosas"³³, Coimbra delinea um roteiro histórico do nascimento destas "classes perigosas" e a constituição de "seus" territórios.

Em meio à Revolução Industrial (século XIX), surge o termo "classes perigosas", para referendar um conjunto social formado à margem da sociedade civil, fora do mercado de trabalho, recém-criado pelo capitalismo. Segundo o pensamento marxista, o capital produz miséria e precisa dela para existir, uma vez que, em sua lógica de funcionamento, é imprescindível a existência da pobreza.

“É importante ressaltar como o capital, produtor da miséria, dela se aproveita e goza benefícios, promovendo a reprodução desse mesmo sistema gerador de violência e garantidor de privilégios para elites.” (COIMBRA, op. cit., p. 82)

³³ COIMBRA, C., 2001, p. 79-134.

Desta forma, as “zonas nobres” e os “territórios da pobreza” formam, não uma “cidade partida” (Zuenir Ventura, 1994), mas, segundo Coimbra (2001), *um conjunto articulado: uma não existe sem a outra, pois uma assegura a existência e a reprodução da outra.*

A reforma urbana, iniciada no século XVIII, na Europa, teve por princípio a idéia de que a cidade, assim como o corpo, tem que ser saudável e limpa. No início do século XIX, no Brasil, com o advento da "modernidade", estradas foram abertas, ruas alargadas, morros foram derrubados, centenas de famílias pobres foram, cada vez mais, sendo empurradas para periferias e morros. Com o intuito de enfrentar os "fenômenos urbanos" (promiscuidade, doenças contagiosas, vícios, etc.), os médicos higienistas se aliaram a outros profissionais, como pedagogos, psicólogos, arquitetos, etc. A população urbana, com foco nas famílias, passa a ficar sob a tutela destes especialistas, detentores da ciência; aqueles que indicam e orientam como todos devem - se comportar, morar, comer, dormir, trabalhar, viver e morrer.

Realizavam-se intervenções de controle, tendo como foco principal a infância. Atuavam sobre a família através dos filhos, ensinando-lhes noções básicas de higiene, no sentido físico e moral. *“Não mais somente a fé, mas junto a ela a moral; ao pecado aliam-se os conceitos ‘científico’ de vício e de ‘degenerescência’ ”³⁴.*

³⁴ Coimbra, 2001, p. 91. Ver também: Rizzini, I. O Século Perdido: raízes históricas das Políticas para a Infância no Brasil. RJ, Santa Úrsula/Amais, 1997; Ariès, P. História Social da Criança e da Família. RJ, Zahar, 1981; Donzelot, J. A Polícia das Famílias. RJ, Graal, 1980 e Costa, J. Ordem Médica e Norma Familiar. RJ, Graal, 1979.

Estas forças em luta marcam a emergência de uma nova tecnologia de poder, a biopolítica, que se dirige ao homem-espécie, não mais ao homem-corpo. Este processo produz a preocupação com a higiene pública, com a centralização das informações, sua normalização e coordenação, com suas pedagogias e com a medicalização. A medicina, como a teoria do direito, terá que lidar com um novo corpo múltiplo, a população como problema político, econômico, social, biológico e científico.

Sobre esta forma de engendramento de controle no corpo, Foucault (1998) sinaliza que a mecânica do poder vem-se produzindo na forma capilar de existir: “*O poder se encontra ao nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida cotidiana*”³⁵. A esta tecnologia do poder, que toma posse da vida desde o orgânico ao biológico e toma a população para operar uma individualização, se associa uma outra: a biopolítica, que recoloca os corpos nos “processos biológicos de conjunto”³⁶, como fenômenos coletivos que só ganham pertinência no nível das massas. Vemos aí a constituição/hibridação de duas estratégias: a individualização e a totalização.

Inspirado em Foucault, Joel Birman³⁷ analisa o pensamento médico do século XIX, relacionando as teorias da histeria com a revolução demográfica do século XVIII e o surgimento do biopoder, “mostrando que a preocupação com a produção da vida foi articulada ao projeto

³⁵ Foucault, M. 1998, p. 131.

³⁶ Foucault apud Neves, p. 54.

³⁷ Birman, Joel. Mal-estar na atualidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

estratégico de riqueza das nações”³⁸. O projeto eugênico do biopoder, obra de arte do nazismo e da medicina genética do capitalismo tardio, recolhe sua força das políticas de saúde de massa, da regulação das “fragilidades e anomalias biológicas” pela medicina e higiene social. Birman (1999, p. 72 e 73) percebe aí, nesta conjuntura, a confluência da ciência e da tecnologia, “o solo epistêmico das concepções de biopoder e biohistória”, nas quais se inscreve a medicina com sua contribuição ao processo de acumulação social de riqueza necessária à Revolução Industrial. E é na categoria de degeneração constituída pela ciência dos séculos XVIII e XIX que se possibilita, segundo o autor, uma “hierarquia natural dos seres e um grande projeto de aperfeiçoamento civilizatório”.

A partir do século XVIII, com o declínio dos regimes monárquicos, constata-se que o poder passa a ser exercido *no* corpo social, e não *sobre* o corpo social. De acordo com Deleuze (1992), a sociedade de controle, desde o final da segunda guerra mundial, vem-se compondo com as sociedades disciplinares e se caracteriza por atuar de maneira cada vez mais intensa. É importante pontuar que Michel Foucault (1974) cria este termo para caracterizar as sociedades que surgiram com a implantação do capitalismo industrial, nos séculos XVIII e XIX. Na sociedade de controle, as formas ultrapassadas de controle ao ar livre substituem as antigas disciplinas que operavam na duração de um sistema fechado (família, escola, fábrica, hospital, prisão).

³⁸ Birman, op. cit. p. 72

No século XIX, a medicina brasileira enfrentava a ameaçadora configuração de uma população enunciada como mestiça e degenerada e, por isso, patológica e perigosa. É em torno de 1930 que, como no direito, começa a se normatizar e se normalizar³⁹ uma estrutura de medicina social. O termo *população-problema* foi criado como metáfora de *contaminação*, legitimando a ação de controle (engrenagem de técnicas/discursos) higienistas, principalmente na periferia.

O controle passa a intervir, não mais sobre aquele que já era criminoso ou doente, mas sobre quem poderia vir a ser um delinqüente. Neste momento, o controle passa a abranger o plano das virtualidades: no Brasil. Acreditava-se que o negro, por ser negro, seria preguiçoso e indolente; ou o louco merecia a internação, que, por viver a desrazão, seria perigoso e violento⁴⁰. As virtualidades, desta forma, passam a instituir uma determinada natureza às coisas, paralisando-as em um estado que suscitava determinadas ações: no caso das classes menos favorecidas, deveriam ser vigiadas e controladas.

"As estratégias de ordenação dos espaços urbanos fica caracterizada, portanto, pela segregação, exclusão e isolamento das classes subalternizadas, corroborando a crença de que com elas estão as doenças, os perigos, as ameaças, a violência."
(COIMBRA, op. cit., p.100)

³⁹ Em sua tese, Lilia lobo (1997, p. 59) comenta, dentre outras coisas, sobre este período, que, na Europa, foi maciçamente divulgada a ameaça da anormalidade, dando publicidade aos seus males, construindo um projeto de intervenção higiênica e moral de regeneração da sociedade, sonho que, no Brasil, só ganhou muitos e ferrenhos adeptos a partir do século XX, com o movimento eugênico.

⁴⁰ Sobre as práticas na "sociedade disciplinar", ver: FOUCAULT, M., 2000. cap. I.

Também neste período surgiram teorias científicas que tentavam justificar a inferioridade e a periculosidade de determinados grupos da sociedade. Teorias como a craniometria⁴¹ e a antropometria⁴² pretendiam distinguir através de certas características anatômicas os criminosos natos, perigosos sociais e perigosos em potencial.

De tal pensamento, foram elaboradas práticas de controle moral e físico, como a eugenia, pela qual se justificou uma maciça esterilização dos pobres, desvalidos, anormais, etc. visando à “perfeição” da espécie humana. No Brasil, início de século XX, o eugenismo ganha forças com a acentuação da classe média burguesa, principalmente no que diz respeito à família.

A família burguesa contracena, neste momento, com higienistas, especialistas que foram responsáveis por determinar práticas do cotidiano que assegurassem a ordem física e moral da família e da sociedade, para que seus descendentes herdassem virtudes como a "boa índole" e os "bons costumes" e se tornassem "pessoas de bem"⁴³. Ao contrário daqueles que eram vistos como portadores de uma "má herança", ou seja, os pobres e os negros, tidos como potencialmente portadores de degenerescências. Com este discurso, justificava-se uma série de medidas contra a pobreza e se produzia a “subjetividade do pobre” em sua contraface com a subjetividade burguesa.

⁴¹ Teoria do século XIX que visava entender a inteligência como coisa única, inata, hereditária e mensurável.

⁴² Parte da ciência destinada à medição de ossos, crânios, e cérebros para, através de comparações, provar a inferioridade das mulheres, negros e índios. Alguns de seus principais cientistas foram: Paulo Broca (1824 – 1880) e Cesare Lombroso (1835 – 1909).

⁴³ Ver: MACHADO, R.; LOURENO, A. L. R. & MURICY, K., 1978. Danação da Norma. Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal e Costa, J. Ordem Médica e Norma Familiar. RJ, Graal, 1979.

Sobre este controle, Fonseca (1997) afirma que:

“Esses propósitos ‘científicos’ serviram de suporte para as ações sanitárias implementadas pelo governo republicano, caracterizadas pela estigmatização, pela suspeição e pela despotencialização das ações coletivas como práticas de cidadania” (p. 59)

Inspirada nas análises de Castel⁴⁴, Silva (2005) relata que o século XIII caracterizou-se por uma “gestão racional da indigência”: a pertença a um território comum é o que define as populações “aptas” a receber algum tipo de auxílio, principalmente para os incapacitados de trabalhar. No século XIX, segundo Donzelot (1994), emergiu o *social* enquanto questão, ligado ao fato político da democracia, a partir de um princípio que concebe uma soberania igual a todos, que estimula uma liberação do mercado. O Estado passa a assegurar o livre acesso ao mercado de trabalho - “trabalho como um direito natural” - embora não se comprometesse a garanti-lo. O liberalismo sempre se apoiou na regulação Estado-mercado, mas os modos e os limites de interferência foram e são diferentes ontem e hoje.

I. 2 – A produção de subjetividades assujeitadas no contemporâneo

Na América Latina, o capitalismo produziu algumas singularidades em relação à Europa. De acordo com Motta (2003), o processo de privatização, notadamente na América Latina, não visava a uma melhor

⁴⁴ Breve relato sobre noções de social e o amparo aos pobres – por Castel, Donzelot, in: Silva, Rosane (2005), p. 19 a 21.

qualidade na prestação dos serviços públicos. Este foi, fundamentalmente, o método utilizado pelos governos para fazer frente às exigências de seus credores internacionais no (re)financiamento dos programas de estabilização econômica dos anos 1990.

Serve, também, ao criar desemprego em massa, para debilitar os movimentos sociais adversários ao capitalismo. O que se pode notar é que os ganhos dos processos privatizadores na América Latina são altamente contestáveis e na prática, na maioria das vezes, o que se tem é um câmbio de monopólios, antes estatais, e agora, geralmente, estrangeiros.

Com a ajuda da força da mídia, assistimos à destruição de características relevantes da coletividade e um sentimento crescente de insegurança para muitos. O efeito mais grave do triunfo dos valores ligados à flexibilidade do capital: a eficiência, a produtividade, a competitividade e sua utilidade, é a destruição dos serviços públicos e serviços de saúde nacionais. De acordo com Coutinho (1996), tanto a instrução pública para todos, como o salário-mínimo garantido, tornam-se vítimas de um economismo desenfreado⁴⁵. O individualismo neoliberal transformou não só as sociedades civis, mas também os conflitos sociais.

No regime político brasileiro, de acordo com Comparato (1998), a maioria pobre vota regularmente segundo o interesse e sob a influência dominante dos ricos, perpetuando assim, uma “autêntica oligarquia”, em

⁴⁵ COUTINHO, 1996, p. 62

que pese a aparência democrática com que se desenrolam os rituais da nossa vida política. Para ele:

"É mister, antes de mais nada, atacar as fontes do poder oligárquico, as quais se encontram na própria estrutura das relações econômicas e sociais, notadamente as restrições práticas à instrução popular e o monopólio dos meios de comunicação de massa em mãos da minoria dominante."⁴⁶

Conclui que a minoria, detentora do poder de controle social, pode se utilizar periodicamente do voto majoritário popular, para legitimar todas as exclusões sociais, em nome da democracia. Em nossos dias, com o avanço do projeto neoliberal, potencializaram-se as novas formas de regulação do social, através da desterritorialização e do fortalecimento do capital estrangeiro. Os efeitos são visíveis e intensificados no cotidiano da população: precarização dos vínculos, sucateamento dos equipamentos públicos, mudanças nas relações de trabalho, etc. Estas são características predominantes no processo de produção da pobreza, são efeitos de forças que se constituíram na história e que marcam uma tendência homogeneizadora no contemporâneo.

Na forma de gestão de algumas ONGs, por exemplo, temos encontrado fórmulas operacionais que reproduzem modos de gestão empresarial, que têm colocado em cheque a criação de condições para possíveis trocas e encontros que produzam questionamentos e subversão da produção subjetiva capitalista de prestação de serviço⁴⁷. Temos visto

⁴⁶ COMPARATO, 1998, p. 22, 24 e 27.

⁴⁷ Este tema será retomado no capítulo seguinte.

que os processos de singularização ficam barrados nesta forma de produção maquínica de divisão do trabalho, que cria sistemas de submissão nem sempre explícitos⁴⁸. A submissão é produzida nos afetos, nas relações amistosas. A autoridade da hierarquia é trocada por uma autoridade do sorriso, ou tapinhas nas costas. É na crença do “vestir a camisa”, por exemplo, que trabalhadores viram noites trabalhando – muitas vezes, sem ganhar hora extra – pelo bem da empresa. É como se sutilmente escolhessem ser escravos⁴⁹.

Segundo Deleuze e Guattari (1997), o regime de escravização maquínica, que marca o capitalismo contemporâneo:

“parece remeter por excelência à formação imperial arcaica: os homens não são sujeitos mas peças de uma máquina que sobrecodifica o conjunto. [...] A diferença essencial entre os regimes da escravização maquínica característicos do império arcaico e do capitalismo contemporâneo é que o primeiro remete a uma unidade transcendente encarnada na figura do déspota, enquanto o segundo se propõe como perfeitamente imanente às atividades dos homens, à otimização de suas satisfações finais”.

⁴⁸ GUATTARI, Félix & ROLNIK, Suely. Micropolítica – Cartografias do desejo. 4ª ed, Petrópolis: Vozes, 1996, p. 16 e 17.

⁴⁹ Muitos filósofos abordaram o tema da servidão. Dentre alguns filósofos, destacamos Étienne de la Boétie e Espinosa. Étienne, no Discurso da servidão voluntária, nos leva a compartilhar de sua intriga acerca da questão da servidão de um milhão de homens a um só senhor. Senhor este que tem o poder de ser mau quando quer, não oferecendo, portanto garantias de bondade para com seus súditos. E ainda assim estes são súditos voluntários. Por que escolhem tal destino? Envolvendo a monarquia, questiona: como algo pode ser público onde tudo é de um? Vemos que, diferente da abordagem de La Boétie marcada por matizes mais políticos onde o “tirano” ocupa uma posição de destaque, a perspectiva espinosana possui como marca a produção de si, por si, no sentido em que, antes de ser servo de um senhor, o escravo é servo de si próprio. No livro IV da Ética, Espinosa coloca como deve ser entendida tal problemática, prevendo já o uso futuro dado à Razão: “Chamo servidão a humana impotência para governar e refrear as afecções. Com efeito, o homem submetido às afecções, não é senhor de si, mas depende da fortuna; sob cujo poder ele está, de tal modo que é muitas vezes forçado a seguir o pior, vendo muito embora o que é melhor para si.” Ver: ESPINOSA. A ética; LA BOÉTIE, Étienne de. Discurso da servidão voluntária e MAQUIAVEL, O Príncipe.

A naturalização das formas de escravização nos remete ao paradoxo do contemporâneo focado na descartabilidade de vidas, que contribui para acumulação e expansão do capital. De acordo com Neves (2002), o atual regime de acumulação capitalista incorpora os afetos, o conhecimento, o desejo:

“Do ponto de vista biopolítico, estes processos de intensificação da vida estão incondicionalmente conjugados aos processos de ativação das forças produtivas e de sua reprodução, pois o modo de produção capitalista, hoje, materializa-se não só em toda a sociedade e em todas as relações sociais, mas também, e, primordialmente, no governo da 'natureza humana' e da vida em sua virtualidade.”

O controle exercido pelo biopoder acontece de forma invisível, não perceptível, produzindo uma falsa sensação de liberdade.

“somos convencidos cotidianamente e ad nauseam pelos próprios meios de comunicação de que pensamos, sentimos, decidimos e agimos por nós mesmos, de que exercemos o tão decantado livre arbítrio – uma das grandes falácias forjadas pela democracia liberal burguesa” (COIMBRA, op. cit, p. 30)

Tal “liberdade” está relacionada a uma suposta escolha: ser ou não excluído do sistema. No entanto, acreditamos que esta dialética inclusão/exclusão é outra falácia deste sistema, pois não podem ser compreendidos como processos separados, uma vez que se retroalimentam. Eles reforçariam a lógica de controle e ameaça. A ameaça de ser excluído está intimamente relacionada às regras morais e monetárias do sistema capitalista, pois se entende que o capitalismo contemporâneo

inclui tudo e todos, mesmo que seja para fazer de uns mais exclusivos que outros ou “deixar morrer”⁵⁰ outros tantos.

Ao refletirmos sobre a indissociabilidade entre subjetividade e política e a impossibilidade de pensar qualquer forma-subjetividade, fora das relações de poder, entendemos que “*cada formação histórica cria um campo de possibilidades de onde emerge uma certa problemática que engendra, ao mesmo tempo, uma configuração específica do social*” (SILVA, 2005. p. 17).

Desta forma, podemos pensar as noções de excluído, carente, violento, assujeitado e de pobreza como sendo produções forjadas no tempo e espaço, como conjuntos de práticas, modos de subjetivação aos quais corresponderá, na atualidade, a produção de um tipo de corpo: o pobre

1.3 – “É pobre, tem que morrer”⁵¹

Como relatamos, a noção de *pobre* em nosso cotidiano é fruto, dentre outras estratégias, das teorias higienistas que o relaciona a dois fatores: carência e violência. No entanto, o medo e a violência que estigmatizam a pobreza, são também produzidos por uma política perversa do Estado e não somente, como diz a mídia, pela guerra do tráfico.

⁵⁰ Para saber mais sobre este assunto ver: FOUCAULT, M. .Aula de 17 de março de 1976. In FOUCAULT, M., 1999. p. 285-315.

⁵¹ Fala recorrente em encontros, durante atividades de campo (projetos sociais), fazendo referência á lógica utilizada pela polícia militar, que, segundo nossos parceiros, “já entra na comunidade atirando em qualquer horário do dia ou da noite” (liderança comunitária, RJ, 2006).

O uso político da criminalidade/tráfico, que acrescenta ainda mais sofrimento para as famílias que habitam os *territórios da pobreza*, pode estar garantindo espaço nos jornais, mas não nos está tornando mais capazes de montar práticas eficazes para minorar os problemas complexos desse quebra-cabeças. Entendemos que estes espaços são compostos, dentre outras coisas, por um tríplice investimento: ONGs, tráfico, estratégias de segurança policial. O Estado tem investido nestes territórios, diretamente com a inserção policial e indiretamente financiando ações de ONG e Associações, como é caso da favela do Santa Marta (Zona Sul do RJ), onde não existem escolas públicas, postos de saúde ou saneamento básico. Na ação direta ou indireta do Estado, contabilizamos: distribuição de bolsas auxílios (programas sociais), construção de dois postos policiais e financiamento para a atuação de várias ONGs.

O discurso da mídia tem sido forjado no sentido de reforçar a idéia de que a população desses territórios da pobreza está acostumada com as cenas violentas do cotidiano, com o banditismo, com a tortura. Por isso, está mais bem preparada, pela própria vida, para conviver com esta situação.

De acordo com Zaluar (1994), a questão da criminalidade vinculada retoricamente com a pobreza, cria uma armadilha e justifica a criminalidade violenta de uma pequena parcela dos jovens pobres. Isto desvia a atenção dos que fazem fortuna, traficando drogas e armas, e os que desviam as verbas que deveriam ser destinadas às escolas públicas, por exemplo.

Ao mesmo tempo, o referido deslocamento significa também negar-se a fazer a crítica desse *ethos* do lucro a qualquer preço que dominou alguns desses jovens e que criou um poder baseado no medo e no terror em alguns bairros populares de várias cidades brasileiras.

“Como extensão inevitável do olhar que vê na pobreza a causa do incremento da violência, construiu-se uma imagem do pobre como uma verdadeira ameaça social. Como controlar a pobreza crescente senão criminalizando-a e recorrendo a penalidades cada vez mais duras e/ou mesmo “eliminando” seus agentes? Hoje assistimos a um verdadeiro genocídio de jovens pobres na faixa etária de 12 a 19 anos... a retaliação física é a tônica das relações de submissão ao poder” (BRASIL, 2003, p. 10).

As histórias de mortes que percorrem os lugares em que atuamos, produzem, dentre outros efeitos, medo da violência e esperança no controle, supondo os jogos de poder e as relações de força⁵² que estão implícitos nas *lendas* que ajudam a compor os *territórios da pobreza* como violentos. Sobre as *lendas*, Foucault (1977) afirma que é impossível reaver os acontecimentos relatados nas histórias, "em seu estado livre", pois não podemos sabê-lo a não ser fixadas nas declarações, nas parcialidades implícitas, nas mentiras forçadas, haja vista que estas histórias/estórias "não têm e nunca mais terão existência a não ser ao abrigo precário das palavras" (p. 100). Estas *lendas* circulam, geralmente, entre os pesquisadores visitantes (não moramos nestes lugares), quase em tom de cochicho antes dos encontros destinados a reuniões e

⁵² Foucault, M., s/d, p. 95 – 97.

capacitações, ou andando pelas ruas, mostrando marcas (nos muros, escolas fechadas, barreiras, etc.) que comprovam a barbárie denunciada nos relatos.

Grande parte desses territórios é lugar marcado pela violência resultante do confronto direto entre traficantes e policiais. As histórias de vida (vitórias, derrotas, sofrimento), referentes aos homens e meninos⁵³ ligados ao tráfico⁵⁴, policiais, seus familiares e amigos, possuem visibilidade efêmera dentro da história mais ampla produzida nesses territórios. Estas histórias são voláteis, nos relatos cotidianos. Surgem ganhando várias versões, mas logo são esquecidas e trocadas por outras histórias, outros sofrimentos, vitórias e derrotas.

Estas histórias sempre estarão nas poucas inscrições, onde foi registrada a "rápida passagem de suas existências por alguém que muito apressado ocupou-se deles"⁵⁵. Segundo Lobo (1997), alguns mortos são considerados infames; não porque seus feitos foram abomináveis, mas porque estão fadados ao anonimato e, principalmente, ao esquecimento. As vidas não têm a linha contínua de permanência das histórias que se repetem nas "lendas douradas"⁵⁶ dos livros didáticos ou das páginas de revistas ou das manchetes da TV. "Foram vidas detidas por uma instituição, aprisionadas pelas condições que lhes foram impostas,

⁵³ Masculino é o gênero característico desta suposta guerra, embora se tenha notícia que algumas poucas meninas tenham participado desta "peleja", no confronto direto, embora se considera que elas participam de outras formas, ligadas a outras forças nesse jogo.

⁵⁴ Não convém esquecer que, apesar da enorme desigualdade existente neste país, são poucos os jovens pobres que enveredam pela carreira criminosa. Estima-se que cerca de 1,03% de jovens residentes em comunidades de baixa-renda trabalham no tráfico de drogas. Fonte: Jornal "O Globo", 8 de dezembro de 2002, in: RIZZINI, Irene, et. al. (orgs), 2006.

⁵⁵ LOBO, L. 1997. p. 1.

⁵⁶ FOUCAULT, op. cit. p. 100.

maldição das relações de poder, e das quais restaram apenas alguns vestígios" (Lobo, 1997, p.2) de imagens desbotadas de sua má sorte, alguma citação nos jornais populares da cidade, documentos burocráticos em delegacias, hospitais e escolas primárias. Milhares de mortos exterminados em nome da guerra com o tráfico, ou por consumo diário de *crack* nas ruas⁵⁷. Como afirma esta autora, são "frágeis existências reais que pouco falaram por si mesmas"⁵⁸ e que viveram como pobres, negros ou brancos, criminosos, discriminados, enfim os que foram considerados *restos* da sociedade contemporânea ao seu tempo.

Estas histórias, reforçadas pelos veículos de comunicação e reprodução oral, muitas vezes, deslocam os relatos de seu contexto, de sua rede de constituição, despotencializando-os, subsumindo seus atravessamentos políticos e transformando-os em instrumentos de reprodução das "classes perigosas" (precisam ser controladas).

Neste ponto, fazemos uma crítica a esta lógica de governabilidade, que inspirada pelas notícias do aumento da violência urbana ganha, a cada dia, mais aliados. São famílias, profissionais liberais e intelectuais como Zaluar, que acreditam que:

"As instituições encarregadas de manter a lei ou estão ausentes ou tornaram-se coniventes com o negócio ilegal ou são fracas; onde as organizações vicinais se desagregaram ou foram esvaziadas pela competição política entre partidos e grupos religiosos onde as figuras paternas e maternas não

⁵⁷ A partir do contato diário com pessoas e instituições que atuam diretamente com população em situação de rua, é possível perceber que está em andamento na cidade do Rio de Janeiro algo que não aparece nos jornais: todos os dias, vidas são exterminadas pelo consumo de *crack* e extermínio por policiais e civis.

⁵⁸ LOBO, L., op. cit., p. 2.

mais oferecem modelos nem são capazes de controlar seus filhos. Quando isso acontece, desmantela-se o equilíbrio em tensão de suas redes de solidariedade e de rivalidade: jovens imaturos e extremamente bem armados imiscuem-se nas organizações vicinais recreativas ou políticas.” (ZALUAR, 1994)

Entendemos que existe um empobrecimento na individualização criada na análise citada, fazendo entrar em cena as famílias, abrindo portas para a psicologização dos conflitos. Nessa lógica, se pede mais Estado, mais controle social.

Diferente desta posição, a análise de Monteiro (no prelo), numa abordagem questionadora ao Estado de Direito, afirma que “[é] necessário, que o Estado se constitua como máquina repressiva, violenta e produtora de medo, ao invés de se estabelecer como instituição intermediadora na perspectiva do bem comum” (p. 12). Este bem comum afirmado na declaração dos direitos humanos, associa-se, de acordo com esta autora, à produção do medo, em lugar de ser fonte de emancipação. O Estado apregoa direitos humanos, desde 1789, apenas para os poucos que têm propriedades a serem garantidas: “ao defender o direito de propriedade, o Estado estará a serviço da minoria proprietária, justificando assim todos os atos de coerção, opressão e violência sobre a maioria – os sem-propriedade” (Chauí apud, Monteiro, p.12 e 13).

A defesa de direitos tem sido uma referência de abrigo protetor aos ameaçados pela polícia ou pelo narcotráfico⁵⁹, modificando as implicações dos profissionais *psi*, para além da demanda da pesquisa.

Segundo Brasil (2003), o Estado tem criado serviços específicos para o atendimento de crianças, adolescentes, jovens e mulheres, mas este investimento, sem dúvida necessário, tem-se limitado à violência doméstica.

“As violações cometidas por agentes do Estado, como torturas e maus-tratos, têm sido permanentemente encobertas e silenciadas e, ainda que algumas denúncias ganhem o espaço da mídia, a punição aos responsáveis tem sido praticamente inexistente [...] parece-nos imprescindível levar em conta as produções da violência na relação com o Estado.” (BRASIL, op. cit., p. 8)

Nas modulações contemporâneas do capitalismo, as produções da violência, medo e insegurança fazem parte do mesmo processo e, por isso, são inseparáveis. Estes alicerces mostram-se eficazes nos mecanismos de controle social: *“O sentimento de insegurança não é uma crispação arcaica devida a circunstâncias transitórias. É um modo de gestão dos Estados e do Planeta para reproduzir a renovar em círculo as próprias circunstâncias que os mantêm (Brasil, 2003, p. 3)”*.

Sendo assim, este sentimento de insegurança é elemento fundamental da subjetivação assujeitada, que não se limita como elemento exclusivo dos territórios da pobreza, mas se faz presente em

⁵⁹ BRASIL, V. V., 2003, p. 6.

todas as classes sociais e processos de constituição do *socius* como um todo.

É neste movimento, criado pelo afastamento, pelo enfraquecimento dos vínculos entre as pessoas e as coisas, pela efemeridade das relações, que o contemporâneo se torna repleto de lugares da miséria, povoados por subjetividades assujeitadas à lógica que as produz. Neste interstício é que questionamos as práticas exercidas pelas ONGs no contemporâneo: Até que ponto temos, como trabalhadores em ONG, construído estratégias que corroboram com a produção destas subjetividades assujeitadas?

Capítulo II - ONGs

Como vimos, os territórios da pobreza são identificados como lugares marcados por injustiças sociais e por uma parcela da população desprovida de recursos financeiros. Uma população que foi histórica e meticulosamente relacionada à carência e à violência e por isso, até os dias de hoje, tem sido foco de vigilância, bem como de políticas, ações filantrópicas e projetos sociais. O habitante das periferias é comumente tido como incapaz, ignorante, passivo, violento, desestruturado, pobre, desocupado, desempregado, abandonado, etc. Um ser incapaz de vontade própria para forjar uma condição adversa a sua paradoxal condição de agente violento, morador e vítima.

Este processo de produção da pobreza violenta e carente foi atravessado e composto por diversos saberes, como medicina, higienismo, arquitetura, política, etc. No capítulo anterior, demos ênfase ao saber médico e jurídico que atribuiu e fortaleceu o caráter de periculosidade ao pobre. Agora, pretendemos focar como as ONGs emergiram deste/neste processo, ou seja, misturadas a essa produção de subjetividades despotencializadas. Vemos que, dentre vários focos de atuação (ecologia, direitos humanos, gênero, etc.), ONGs têm tido nestes espaços seu lócus de atuação, ou seja, é para este público-alvo que grande parte dos profissionais que integram organizações voltadas para o social/comunitário, vem desenvolvendo projetos e programas.

Para isso, propomos situar rapidamente a emergência das ONGs, a partir das forças em luta que compunham o cenário político do Brasil nas décadas de 1960 a 1990, analisando-as como práticas datadas que produzem seus próprios objetos e compõem certos modos de subjetivação e determinadas formas de operar.

A partir desta discussão, podemos refletir sobre o que estes funcionamentos forjados nas ONGs colocam em cena. Que instituições estão atualmente em jogo nestes modos de operar uma ONG?

II.1 – ONGs: um breve histórico

A re-elaboração dos Direitos Humanos e a formação da ONU, acontecem em um período em que ocorrem: a consolidação da hegemonia norte-americana no campo capitalista; a constituição do sistema socialista internacional sob a liderança da URSS; a supressão do colonialismo; a industrialização das periferias; a formação e consolidação das corporações transnacionais (ou multinacionais); e o desenvolvimento da revolução científico-tecnológica baseada na contínua automação do processo produtivo.

Junto com a valorização do ideal democrático, ocorreu a divisão do mundo em dois blocos de poder: Estados Unidos (Occidental Capitalista) x União Soviética (Comunismo). Com estes blocos, teve início a “guerra fria”, com a instalação de bases militares norte-americanas na Europa Occidental, a produção da teoria/lógica do “perigo comunista” e a produção

e venda de armamentos. Os soviéticos, por sua vez, também construíram sua bomba atômica e cuidaram de assistir a seus aliados. A humanidade passou a viver não mais sob a ameaça de conflitos convencionais, genocídios e matanças localizadas, mas sob o signo da destruição total.

A expressão ONG (em inglês: “Non-Governmental Organizations - NGOs”), surgiu oficialmente em uma Ata de Constituição da ONU - Organização das Nações Unidas, datada de 1946. O contexto compreendia então o período posterior à Segunda Guerra Mundial, e o intuito era designar organizações supranacionais e internacionais que não tinham sido estabelecidas por acordos governamentais. Nesta Ata, as ONGs foram definidas como “entidades civis sem fins lucrativos, de direito privado, que realizam trabalhos em benefício de uma coletividade”, se constituindo em organismos com os quais o Conselho Econômico e Social desta entidade poderia estabelecer consultoria. Esta definição foi inspirada pelo artigo 55, da Carta da ONU, e pelo art. XXVIII, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que resumidamente afirmam: a) os direitos econômicos, sociais e culturais são direitos do cidadão e dever do Estado; b) o Estado, absorvendo em si os direitos individuais e coletivos, passa a agente prestador dos direitos humanos, ao tempo em que também ele se torna beneficiário da nova ordem internacional que se preconiza para a realização de tais direitos⁶⁰.

Na América Latina, os Estados não tinham meios para satisfazer as mínimas demandas da população, que manifestava um sério

⁶⁰ Ver: D'ANGELIS, WAGNER. As Gerações de Direitos Humanos, Terceira Geração: os direitos dos povos ou da solidariedade. RN, 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/geracaodh/gerac3.html>. Acesso em: 09 set. 2007.

questionamento aos solenes enunciados de direitos. Sob pressão da Guerra Fria, de um discurso de ameaça de tomada do comunismo, alguns governos se abrem para o apoio dos EUA e fazem sua militarização durante as décadas de 1950 e 1960.

De acordo com Cabral⁶¹, foi a partir da segunda metade da década de 1960, que a reapropriação da denominação ONG, na América Latina, deu um sentido particular à idéia de *não-governamental*. Esta expressão passou a significar para alguns países latinos americanos uma rejeição às formas tradicionais de poder. Esta reapropriação deu origem a um discurso e a uma existência da ONG apoiados na negação da atuação do Estado, que, naquele momento, estava diretamente associado à ditadura militar, a uma produção científica distanciada da sociedade e às formas assistencialistas de apoio social.

No Brasil, com a vigência de governos constituídos como ditadura militar, não se pensava em cooperação com o governo. As organizações civis começaram a ganhar espaço, no âmbito das lutas sociais. As primeiras ONGs surgiram em sintonia com as demandas⁶² e dinâmicas dos movimentos sociais⁶³, com ênfase no controle social das políticas

⁶¹ CABRAL, Adilson. Movimentos Sociais, as ONGs e a Militância que Pensa, Logo Existe. Disponível em: <http://www.comunicacao.pro.br/artcon/movsocong.htm>. Acesso em: 02 ago. 2007.

⁶² “As demandas não são naturais, eternas e neutras; ao contrário são produzidas historicamente, datadas e localizáveis e fortalecem as subjetividades hegemônicas produzidas em nossa sociedade (...) as demandas produzidas pelos diferentes momentos históricos brasileiros foram e continuam sendo naturalizados por muitos profissionais “psi”” (COIMBRA, 1995, p.115 - 137).

⁶³ Segundo Scherer-Warren (1999) os movimentos sociais surgem do entrelaçamento da utopia com o acontecimento, dos valores, com o fazer político (p. 15 e 16) e caracterizam-se por formas de ações coletivas, relacionadas aos contextos histórico-sociais nos quais estão inseridos. Estas ações coletivas formam um conjunto mais abrangente de práticas sociopolítico-culturais que visam a realização de um projeto de mudança social, sistêmica ou civilizatória. E diferem-se das associações civis, já que estas embora também sejam caracterizadas por formas de ações coletivas, pressupõe uma maior organização dessas ações que são empiricamente localizáveis e delimitadas por propostas comuns (p.15).

públicas e nos trabalhos de educação popular junto às populações de baixo poder aquisitivo.

Neste período, o termo ONG se relacionava diretamente a um universo de organizações que surgiu, em grande parte, nas décadas de 1970 e 1980, para apoiar as organizações populares. Seus principais objetivos eram a promoção da cidadania, defesa de direitos e a luta pela democracia política e social.

Vários militantes que viviam no exílio passaram a travar contatos com pessoas que trabalhavam ou militavam junto às agências de cooperação no exterior, muitas delas ligadas às igrejas, com as quais conseguiam intermediar uma relação de apoio financeiro e político, principalmente ONGs do Sul do país.

Com o processo de abertura política no Brasil na década de 1980, as ONGs, que, durante a ditadura militar, serviam de apoio ou mesmo sustentação formal para a continuidade da ação política de movimentos sociais, começaram a traçar novos rumos. Na busca de afirmação de um lugar, passam a atuar com especificidades, ou seja, com características próprias e autônomas em relação a outros atores sociais⁶⁴, reafirmam sua condição organizacional a serviço dos movimentos populares, um papel historicamente dado desde o início de sua atuação, que passa a mudar, conforme a dinâmica social e com a dinâmica dos próprios movimentos

⁶⁴ Atores sociais referem-se a organizações como sindicatos, igrejas, esquerdas, etc., que operavam com ações, fazendo parte de uma engrenagem de lutas sociais brasileiras na década de 1980. Ver mais em: CHAUÍ, Marilena. Prefácio. in SADER, Eder. Quando novos personagens entram em cena. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 10 e 11.

sociais. Desta forma, são marcadas diferenças de ideologias e modo de operar, entre movimentos sociais e ONGs:

“Se por um lado as ONGs se referenciam cada vez mais no interior da sociedade civil, gerando espaços de aprofundada discussão sobre temas relativos às etnias, gêneros, crianças e adolescentes; ao meio ambiente, às questões urbanas e rurais; à comunicação, à educação, aos direitos humanos, por outro elas não reivindicam para si um espaço de militância, na medida em que não se comprometem com a direção política dos movimentos sociais.” (CABRAL, 2007)

Para Cabral (2007), o distanciamento das ONGs para com as lutas dos movimentos sociais, provocou muitas críticas dos próprios movimentos, pois passaram a tratar as organizações, pejorativamente, como ‘entidades de assessoria’, em decorrência de uma aparente distância dos objetivos políticos das lutas dos movimentos sociais assessorados:

“De centros de educação popular, as ONGs passaram a ser entidades de assessoria aos movimentos sociais, Fortaleciam a luta dos movimentos ao produzir conhecimento sobre suas atividades e a partir delas incentivar a formulação de políticas públicas para os mais diferentes setores sociais.” (CABRAL, 2007)

Não se trata, no entanto, de uma neutralidade das ONGs, ou de seus trabalhadores, mas de uma produção diferenciada de práticas que passa a marcar as ONGs, de modo generalizado, como função de “assessorias”. Vemos que, ao longo da história, este papel de “assessoria” aos movimentos sociais se desenvolveu com acordos, que envolviam, dentre

outros aspectos, o compromisso das ONGs em não tentarem dirigir os movimentos em questão, nem submetê-los às suas decisões.

Na seqüência histórica e política, traçada pelo autor citado, a condição de autonomia conquistada e atribuída às ONGs permitiu, na contrapartida das críticas dos movimentos sociais, uma abertura para um diálogo com outros atores sociais, como o Estado e o mercado.

“Desprovidas de uma origem partidária, ou mesmo ideológica pelas quais se referenciam; ressaltando princípios de conceituação elástica (democracia ou cidadania, por exemplo); sustentadas pela contribuição financeira às pesquisas e projetos que desenvolvem, as ONGs tornam-se interlocutores ideais de governos e empresas na medida em que não mais representam ameaças a estes, ao contrário dos movimentos sociais.” (CABRAL, 2007)

Ao longo da década de 1990, com o surgimento de novas organizações privadas sem fins lucrativos, trazendo perfis e perspectivas de atuações sociais muito diversos, o termo ONG acabou sendo utilizado por um conjunto grande de organizações, que, muitas vezes, não guardavam semelhanças entre si. Como afirma a antropóloga Leilah Landim (2000), “o nome ONG não é mais revelador, como ele era, de um segmento dentro das organizações da sociedade civil brasileira”⁶⁵. A sigla ONG é uma expressão que passa a receber muitas interpretações. A definição textual (ou seja, aquilo que não é do governo) é tão ampla que abrange qualquer organização de natureza não-estatal. No entanto, nem toda associação civil ou fundação é uma ONG. Entre associações

⁶⁵ LANDIM, Leilah. O que é uma ONG? Disponível em: www.abong.com.br. Acesso em: 21 jan. 2007.

comerciais, clubes de futebol, clubes recreativos, hospitais e universidades privadas, asilos, associações de bairro, creches, fundações e institutos empresariais, associações de produtores rurais, etc. e ONGs, caracterizam-se organizações com objetivos e atuações bastante distintos, às vezes, até opostos.

O estudo realizado pela Consultoria do Senado Federal, em 1999, diz que *“ONG seria um grupo social organizado, sem fins lucrativos, constituído formal e autonomamente, caracterizado por ações de solidariedade no campo das políticas públicas e pelo legítimo exercício de pressões políticas em proveito de populações excluídas das condições da cidadania”*⁶⁶. Já para Herbert de Souza, o Betinho: *“uma ONG se define por sua vocação política, por sua positividade política: uma entidade sem fins de lucro cujo objetivo fundamental é desenvolver uma sociedade democrática, isto é, uma sociedade fundada nos valores da democracia – liberdade, igualdade, diversidade, participação e solidariedade. (...) As ONGs são comitês da cidadania e surgiram para ajudar a construir a sociedade democrática com que todos sonham”*⁶⁷.

A ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais) afirma que uma ONG é hoje, formalmente, constituída pela vontade autônoma de mulheres e homens, que se reúnem com a finalidade de promoverem objetivos comuns de forma não lucrativa. Nossa legislação⁶⁸ prevê apenas três formatos institucionais para a constituição de uma organização sem fins lucrativos com essas

⁶⁶ LANDIM, L., 2000, op. cit.

⁶⁷ Ibid.

⁶⁸ Lei 9.790 de 23/03/1999.

características – associação, fundação e organização religiosa. Por não ter objetivos confessionais, juridicamente, toda ONG é uma associação civil ou uma fundação privada.⁶⁹

Neste caminhar, ONGs com características próprias se fortalecem e afirmam seus discursos junto à sociedade. Passam a operar com múltiplos objetivos e missões. Segundo uma pesquisa realizada pela ABONG, em 2001, algumas ONGs têm concretizado suas ações através de projetos diversificados, mas as concepções gerais que definem o sentido de suas atividades guardam uma certa homogeneidade e horizontes comuns. Esta pesquisa, dentre outras informações, mostra índices interessantes para serem analisados, no que se refere ao foco de atividades.

TABELA 1 - ONGS, SEGUNDO AS 5 PRINCIPAIS ATIVIDADES

Atividade	nº. entidades	%
Assessoria	88	72,7%
Capacitação	68	56,2%
Educ. p/ cidadania	60	49,5%
Pesquisa/análise	53	43,0%
Educação Popular	48	39,6%
Campanhas/denúncias	38	31,4%
Informação	34	28,1%
Cursos	31	25,6%
	Base =121	

Fonte: ABONG, 2001.

⁶⁹ O que é uma ONG? op. cit.

Segundo esta pesquisa, vemos que assessoria, por anos, tem sido o termo definidor de práticas educativas e evidencia apoio e serviços prestados a grupos e organizações, que vão além da transmissão de conhecimentos e qualificações técnicas.

Uma pesquisa realizada por Tachizawa (2007) aponta que, nas atividades realizadas pelas ONGs, houve uma mutação da idéia de *educação para a cidadania*, em contrapartida à *educação popular*, termo comum nos anos 1970 – 1980. Segundo este autor, o *popular* não deixa de ser uma referência forte para o trabalho das ONGs, mas se afirma, cada vez mais o *cidadão*, enfatizando os marcos de construção e fortalecimento da *sociedade civil*. Compreendemos, em consonância a Cabral (2007), que a valorização da ação cidadã pode esvaziar ou fortalecer um determinado tipo de ação política militante (Estado que está sendo gerido e construído dentro desses princípios).

Mesmo não sendo o foco deste trabalho, consideramos importante questionar a idéia de *cidadania* como algo a ser conquistado por aqueles que não a possuem, marcando uma lógica baseada na falta.

Este tem sido o objetivo de diversas organizações. A temática da cidadania pode-se transformar em uma armadilha, na medida que tomamos a noção de cidadania como já dada ou sendo uma essência a ser alcançada em ações como esporte, cultura ou lazer.

Neste sentido, Fonseca (1997) nos auxilia a refletir sobre a produção da noção de cidadania que ajudamos a forjar no cotidiano de nossas práticas em ONGs voltadas para questões sociais. Esta autora questiona

nossas práticas quando estas produzem uma noção de cidadania ligada ao ideário de renúncia em favor da segurança (que atravessa a produção do princípio de Estado), a idéia de consentimento em favor da preservação da propriedade (que engendra a produção do princípio de mercado) e da idéia de vontade geral que sustenta o princípio de comunidade⁷⁰. Estes processos põem em funcionamento e evidenciam uma série de dispositivos de assujeitamento e de obediência, que se configuram, por exemplo em canais formais de participação política, como Conselhos, Fóruns, etc.

Os espaços de decisão política, abertos para a participação da sociedade civil organizada, foram idealizados para o questionamento do poder do Estado e para fazer pressão a este no cumprimento de seu papel. No entanto, temos visto que a discussão sobre o direcionamento do orçamento destinado à área da infância e juventude, por exemplo, pode viabilizar ou engessar a comunicação direta com o poder executivo do município, que, concretamente, poderia evitar o fechamento de creches comunitárias, dentre outras coisas. A representação em conselhos é paritária, sendo 50% de participação de representantes da sociedade civil, e 50% de participação de representantes do Estado. Entretanto, assistimos, em cidades como Rio de Janeiro e São Gonçalo, que várias discussões ficam prejudicadas, quando o governo passa a direcionar suas verbas para convênios nas áreas de educação, saúde, cultura, etc., de acordo com o apoio que recebe dos conselheiros civis nas

⁷⁰ Fonseca, 1997, p.03.

discussões, nas assembleias dos Conselhos. Ou seja, quem não vota na proposta da base governamental pode ficar sem verba da prefeitura.

Este problema que tem acometido várias prefeituras do Estado do Rio de Janeiro, não exclui a importância da descentralização político-administrativa, fruto de lutas sociais, que, no Brasil, alcançou maior expressão na década de 1980. Após um período de, aproximadamente, duas décadas de regime ditatorial, a luta por democratização se constituiu como avanço histórico importante, pois permitiu maior socialização da política e a introdução de mecanismos não convencionais de gestão e controle democráticos com participação popular. Mediante estes mecanismos, foram criados canais institucionais de participação direta ou semidireta de setores organizados da sociedade, dentre os quais, cabe mencionar os conselhos partidários e deliberativos [e também normativos, formuladores de políticas, controladores de ações] de políticas públicas, nos três níveis (SARTOR, MARTINS e SILVA, 2002, p. 129), através dos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal da Criança e do Adolescente, por exemplo.

Nas políticas públicas, a ênfase é dada ao fortalecimento do município, através da descentralização do poder público. A primeira diretriz da política de atendimento é a municipalização, que objetiva uma maior participação dos entes locais ou regionais nas atividades políticas e administrativas, passando a influenciar mais diretamente a vida dos cidadãos e, por conseguinte, do Estado como um todo. Neste processo, o que se pretende é uma perturbação nas relações sociedade-Estado,

através da atuação direta da população organizada na gestão de políticas públicas.

Uma estratégia atual tem sido subsidiar políticas em consonância com ações integradas em redes sociais. Isto é, ações perpetradas não apenas pelos membros de uma única instituição, mas por um conjunto de organizações e seus parceiros, com o objetivo de aumentar a capacidade de pressão junto ao Poder Público. Entretanto, pontuamos que esta democratização forçada, fruto das lutas dos movimentos sociais, foi incorporada burocraticamente pelo estado capitalista.

Neste processo, nós, como técnicos de ONG, incentivamos e acreditamos que os parceiros comunitários devem participar de todas as etapas, analisando as engrenagens da máquina estadual e seus interesses, desde o planejamento até a composição em Conselhos e Fóruns de debate e defesa de direitos. Como nos aponta Fonseca (1997), a noção de cidadania sofre variações, funcionando como efeito e como instrumento da economia política e subjetiva que lhe é correspondente. É preciso afirmar sua positividade, a positividade do seu caráter produtivo, ou seja, sua função estratégica.

Para além da temática cidadania, as ONGs foram desenvolvendo e construindo particularidades de atuação, redefinindo papéis numa conjuntura de reorganização da “sociedade civil”. Nesta metamorfose, as organizações civis, de forma comum, potencializaram um discurso de

autonomia face ao Estado⁷¹, às Igrejas, aos movimentos populares, aos partidos e à Universidade⁷².

Esta autonomia individualizada diz sobre uma regularização e existência independente de órgãos, como os citados. Tal autonomização não é contraditória ao que afirma Tachizawa (2007) sobre as ONGs, que de forma geral, vêm -se qualificando para o trabalho de produção teórica, podendo-se observar crescentes laços com as universidades, através de programas de colaboração e o aumento do número de profissionais que transitam entre estes dois campos institucionais.

Outra característica apontada por este autor é em relação aos movimentos e algumas ONGs em realizarem ações voltadas para a sociedade e baseadas na sistematização de suas práticas e no conhecimento gerado a partir das pesquisas empreendidas.

“Analisando os perfis das entidades, nota-se a junção entre educação, pesquisa e informação: é rara a ONG que não publica periódicos, livros, cartilhas ou manuais (estes últimos, por exemplo, são publicados por 64% delas), bem como é surpreendente a produção de vídeos (43% das entidades os realizam).” (TACHIZAWA, 2007, p.28)

Para a ABONG⁷³, é possível identificar mudanças substantivas em três campos, na década de 1990, no contexto no qual se movimenta grande parte das ONGs brasileiras:

⁷¹ Pontuamos que não pretendemos homogeneizar a concepção de Estado, mas questionar e equivocadamente uma concepção de Estado como meta a ser apropriada, de onde tudo emanaria, e uma concepção de Estado como transcendente.

⁷² Cabral, 2007, op. cit.

⁷³ Breve Mapa do Contexto das ONGs Brasileiras. Disponível em: www.abong.org.br. Acesso em 09 ago. 2007.

“O primeiro deles é o campo do contexto sócio-econômico e político brasileiro, que passou por transformações decisivas a partir da aprovação da nova Constituição em 1988, da adoção crescente de políticas neoliberais a partir de 1990 e do impacto do governo de Fernando H. Cardoso desde 1995. O segundo campo de mudanças relevantes para as ONGs brasileiras é o das relações de cooperação internacional, o qual tem passado, desde o final dos anos 1980, por uma significativa reconfiguração que combina realinhamento e/ou redução de recursos, intensificação de espaços e mecanismos de diálogo e articulação, com maiores exigências e controles sobre a performance das organizações apoiadas. Por fim, um terceiro campo de mudanças, intrinsecamente articulado com os dois anteriores mas não redutível a eles, tem a ver com o desenvolvimento institucional do próprio campo das ONGs brasileiras e do chamado Terceiro Setor em geral. Nesse campo, observa-se o desenvolvimento de instrumentos de articulação, de comunicação e de representação específicos, o que tem contribuído para a maior projeção pública das ONGs e do setor não governamental e não lucrativo e, também, tem trazido novas exigências para a maior definição da identidade [das ONGs].”

Longe de querermos definir uma identidade⁷⁴ para ONGs, acreditamos que estas mudanças contribuem para inúmeros efeitos em relação à forma de produção e atuação das ONGs no campo social. Dentre os efeitos produzidos nos estranha a produção de alguns discursos/práticas que se assemelham ao de uma “pequena empresa”, onde a cooperação para o desenvolvimento social se transforma em mercadoria. Neste aspecto, os trabalhadores (pesquisadores, oficinairos, etc.) passam a estabelecer uma relação de troca: dinheiro pela força de seu trabalho, que exige, além de um conhecimento específico, uma

⁷⁴ Identidade, aqui está relacionada ao que Guattari e Rolnik (1996, p.47) denominaram de: individualização de subjetividade. Oliveira (2007, p. 61) comenta: é como se, capturados por essa rede que nos faz girar em torno de nós mesmos, não conseguíssemos produzir processos de singularização.

dedicação quantificada em horas de atuação e apresentação de resultados que respondam a demandas do “mercado social”.

Assessoria, pesquisas quantitativas e qualitativas, manutenção de bibliotecas e brinquedotecas comunitárias, dentre outros, vêm compondo as formas de atuar, que podem ser coexistentes em uma mesma ONG. Como dito anteriormente, o discurso generalizado que a mídia traz, por exemplo, marca o cenário atual, definindo as ONGs como boas ou más. Para além e aquém destas generalizações e características gerais, queremos pensar seus funcionamentos e modos de operar em seus campos de experimentação.

É neste contexto que, em nosso trabalho em uma ONG específica, temos forjado nossas práticas, aliadas a academia, a líderes e iniciativas comunitárias, com ações voltadas para crianças, adolescentes e jovens. Pretendemos, a partir destas práticas, pensar a forma que uma ONG tem operado no cotidiano do Rio de Janeiro.

II. 2 – Modos de operar gestão em uma ONG

Dissertar sobre este tema tem sido uma difícil tarefa, na medida que trazer as experiências vividas, significa falar de nosso próprio funcionamento como psicólogos e pesquisadores, sob uma análise da narrativa crítica. Por vezes, durante o processo de produção deste texto, ao procurar as práticas que delineiam nosso objeto estudado, “sumiam” as recordações das ações implementadas ou quando apareciam, a elas

estavam acoplados sentimentos - medo de exposição, medo de contar sobre fracassos, incompetência ou sucessos e vaidades. No entanto, com as interferências das orientações e co-orientações, bem como das reflexões geradas a partir dos autores utilizados, foi possível compreender que não se trata de fazer uma avaliação individualizada sobre o engajamento do pesquisador ou da organização, mas analisar eticamente as instituições que têm composto estes lugares “pesquisador”/“ONG”.

Desta forma, apostamos nas ferramentas oferecidas pela Análise Institucional, como um dispositivo sócio-analítico. Tais ferramentas destacam os movimentos e acontecimentos, geralmente, excluídos e desqualificados e entende os chamados objetos da pesquisa-intervenção como sujeitos constitutivos desses processos.

“Esse dispositivo permite colocar em análise as implicações e sobreimplicações de todos os participantes desses trabalhos e, ao desnaturalizar o sagrado lugar do especialista possibilita a desconstrução da concepção positivista de neutralidade científica, privilegiando o aspecto político de toda e qualquer prática.” (COIMBRA e NASCIMENTO, 2004, p.08).

Neste campo de idéias/práticas, engajamento não pode ser confundido com implicação. O conceito de implicação opõe-se radicalmente à pretensão de objetividade, distanciamento e neutralidade, fixada pelos pesquisadores positivistas das ciências sociais. Para os analistas institucionais, o observador já está implicado no campo da observação. O paradigma da implicação permite mostrar as diferentes forças presentes em nosso campo de atuação, fazendo, em muitos

momentos emergir acontecimentos propiciando análises. Vemos, então, que a instituição-medo também se faz presente por aqui, é também em nós habitante.

Desta forma, implicado sempre se está, quer se queira ou não, visto não ser a implicação uma vontade, uma decisão consciente, um ato voluntário. Ela se encontra no mundo, pois diz das relações que estabelecemos com as diferentes instituições que nos compõem. Alguns autores da Análise Institucional francesa, tais como Lourau, sinalizam que a implicação tem caráter instituinte e revolucionário, pois afirma-se necessidade de analisarmos os vínculos afetivo-libidinais, políticos, profissionais e institucionais de qualquer pesquisador e campo pesquisado, buscando problematizar as condições de possibilidade em que se dão os discursos/práticas dos sujeitos. *“O útil ou necessário para a ética, pesquisa e ética da pesquisa não é a implicação, (...) mas a análise dessa implicação”*. (LOURAU, 2004, p. 190)

A análise de implicação remete a um processo de desnaturalização permanente das instituições que nos compõem, incluindo a própria instituição da análise e da pesquisa:

“[É preciso] colocar em análise o lugar que ocupamos, nossas práticas de saber-poder enquanto produtoras de verdades – consideradas absolutas, universais e eternas – seus efeitos, o que elas põem em funcionamento, com o que se agenciam é romper com a lógica racionalista presente no pensamento ocidental e, em especial, na academia e entender as gêneses e os funcionamentos dessas diferentes instituições que nos atravessam e nos constituem”. (LOURAU, op. cit. p. 190)

De acordo com a abordagem teórica escolhida, não passariam despercebidas das narrações das atuações de campo e das entrevistas, outras histórias que compõem e produzem a forma de atuar de uma ONG voltada para infância e juventude, no Rio de Janeiro. Sendo assim, no cotidiano da ONG onde trabalhamos, temos produzido, mesmo com dificuldades, solo fértil para discussão sobre modos de gestão, captação de recursos, contextos comunitários, dentre outros temas, que têm surgido como analisadores⁷⁵ de várias outras práticas que atravessam a ONG. Por analisador, se entende um acontecimento que permite fazer surgir a um só golpe, uma instituição “invisível”.

Nestas discussões, temos nos questionado freqüentemente: *“como ficam as ações nas comunidades onde trabalhamos e somos parceiros, se não conseguirmos mais recursos?”* *“o que faremos para manter os pesquisadores?”*, *“diante de todas as atividades criadas e planejadas, podemos e queremos dar conta de todas?”*. Tais questões nos remetem, em um primeiro movimento, a um plano molar⁷⁶ referido à gestão de uma ONG. São questões que não são exclusivas de nossa organização, em que trabalhamos mas que compreendemos, que devem ser desmontadas,

⁷⁵ O conceito de analisador foi formulado por Guattari, no contexto da Psicoterapia Institucional, vindo a ser incorporado pela Análise Institucional Socioanalítica (Lourau, 1977). Segundo Barros (1994), os analisadores são acontecimentos, aquilo que produz rupturas, que catalisa fluxos, que produz análise, que decompõe os modos naturalizados de se lidar com o cotidiano.

⁷⁶ De acordo com Deleuze e Guattari (1995, p. 90), o plano molar seria o plano da segmentaridade dura, do visível, dos processos constituídos, onde encontramos a predominância das linhas duras (família, profissão, trabalho,...). Neves (2002, p. 65) afirma que estas linhas estão subordinadas a um ponto de referência que lhes dá sentido e implicam dispositivos de poder diversos que sobrecodificam os agenciamentos em grandes conjuntos, identidades, individualidades, sujeitos e objetos. Este plano comporia o que Deleuze e Guattari chamam de um sistema arborescente, que se caracteriza por desdobramentos e derivações a partir de uma referência primeira e funciona por reprodução.

dando passagem às instituições e às forças que as fazem constituir-se como sinalizadoras de uma crise.

No encontro com profissionais de outras ONGs, pudemos também experimentar um outro plano, molecular, no qual se tecem diferentes modos de operar (atuar, militar, lutar, ganhar dinheiro, etc.), forjados no cotidiano das organizações e que também fazem parte diretamente do modo como se constrói uma intervenção. Ousamos afirmar que a escolha do locus de atuação, a saber, os territórios da pobreza, também está contida nos modos de operar/existir da própria organização, que tem sua emergência e proveniência na configuração histórica que sinalizamos anteriormente.

Segundo Deleuze e Guattari (1995), molar e molecular são duas maneiras de recortar a realidade, são planos indissociáveis que, apesar de terem seus modos próprios de funcionamento, se atravessam o tempo todo. Eles correspondem a duas formas de individuação, duas espécies de multiplicidades, duas políticas⁷⁷. Diferente, e não oposto, ao plano molar, o plano molecular, refere-se ao plano da formalização do desejo, do invisível, onde não se têm unidades mas intensidades.

“Nele (plano molecular) temos a predominância das linhas flexíveis (fluxos, devir...) que buscam se desviar da sobrecodificação totalizadora das linhas duras e das linhas de fuga (abstratas) que, compondo um plano submolecular, nos conectam com o desconhecido, operando aberturas para um campo de multiplicidades. Estas linhas formariam um sistema de rizomas.” (NEVES, 2002, 56)

⁷⁷ Rolnik, apud Neves, 2002, p. 56.

Pontuamos que percorrer em nossas análises o plano molecular no fazer ONG, tem sido uma tarefa difícil, já que estamos em meio a estas intensidades, entre afetos que, muitas vezes, nos cegam. No entanto, optamos por pensar na desmontagem destas questões/crise, para articular/potencializar lacunas e em sua afirmação de processos de singularização.

Para caminhar neste sentido, entendemos que é preciso estar *entre*. Entre pessoas, entre histórias, entre sensações de cansaço, dor, insegurança, etc. Estar “entre” significa experimentar um não-lugar”, sem definições ou identificações de sujeitos ou objetos, já que estes são forjados no momento da pesquisa-intervenção⁷⁸. Ou seja, viver a proposta de *transformar para conhecer* é entender que sujeito e objeto são construídos na ação da intervenção. Desta forma, não há um sujeito que intervém em um objeto fora de seu plano de constituição. De acordo com Deleuze e Guattari (1993, p. 30):

“Um problema concernente a esta questão é a pluralidade dos sujeitos. Há vários sujeitos porque há outrem e a posição de outrem como não sendo ninguém, nem sujeito, nem objeto. Outrem, neste texto é configurado como a expressão de um possível, a existência de um mundo possível, um

⁷⁸ Formulada pela Análise Institucional francesa, a pesquisa-intervenção visa interrogar os diversos sentidos cristalizados nas instituições. Sua metodologia é voltada para a arguição e desmanche de territórios constituídos e convocação da criação. Na pesquisa-intervenção, o “sentido” da ação é questionado e o momento da pesquisa é o momento da produção teórica e, sobre tudo, de produção do objeto e daquele que conhece/pesquisa. O que interessa são os “movimentos”, as “metamorfoses”, não definidas a partir de um ponto de origem e um alvo a ser atingido, mas como processos de diferenciação, onde todo conhecer é um fazer. Neste pensamento, sujeito e objeto não são mais realidades previamente dadas, mas se produzem por efeito das práticas. Neste ínterim caberia então, questionar a identidade do saber psicológico ou o território geral do campo da psicologia. Este movimento subverteria o estado em que, estando nós tão engajados neste campo, não poderíamos discriminar as forças que o constituem, ao mesmo tempo em que nele somos constituídos como uma de suas partes integrantes. (Benevides e Passos, 2000)

mundo com realidade própria (rosto existente e linguagem real ou fala).”

Recorrer às contribuições da pesquisa intervenção implica pensar no campo social, focando o que ele tem de potência em criar e recriar-se, a cada instante. Vale recordar que o campo social era considerado por seus primeiros estudiosos⁷⁹ um campo de um saber ou campo de uma prática. Posteriormente, o conceito de campo passa também a remeter a uma dinâmica, um campo dinâmico, um campo de forças, onde a ação individual acontece a partir da estrutura que se estabelece entre o indivíduo e seu meio ambiente, num determinado momento.

Lewin (1936/1973) também pensa o campo como dinâmico, porque nele se distribuiriam valências diferenciadas – de atração ou repulsão, frente às quais se definiria a posição dos objetos/sujeitos. O campo incluiria tanto o pesquisador quanto o objeto pesquisado.

No projeto da pesquisa-ação, fundada por Lewin, em 1969, nos EUA, o pesquisador se vê como incluído no campo que investiga e sua ação modifica o objeto estudado, no entanto, a relação teoria-prática e a relação sujeito-objeto ainda se apresentam de forma dicotomizada.

A partir dos anos 1960, a perspectiva da pesquisa-ação passou a ser contestada. Neste contexto, onde se atravessaram a pesquisa e a ação, a palavra intervenção se junta à pesquisa, não para substituir a ação, mas para produzir outra relação entre teoria e prática, assim como entre sujeito e objeto.

⁷⁹ Ver: LOURAU, R. Objeto e método da análise institucional. In: Sonia Altoé (org) Analista institucional em tempo integral. São Paulo: Hucitec, 2004.

Formulada pela Análise Institucional francesa, a pesquisa-intervenção visa interrogar os diversos sentidos cristalizados nas instituições. Sua metodologia é voltada para a argüição e desmanche de territórios constituídos e a convocação da criação. Neste sentido, a pesquisa-intervenção trabalha com diversos conceitos-ferramentas da Análise Institucional, tais como: instituição, analisador, intervenção, implicação, dentre outros.

Na pesquisa-intervenção, o “sentido” da ação é questionado e o momento da pesquisa é o momento da produção teórica e, sobretudo, de produção do objeto e daquele que conhece/pesquisa⁸⁰. O que interessa são os “movimentos”, as “metamorfoses”, não definidas a partir de um ponto de origem e um alvo a ser atingido, mas como processos de diferenciação, onde todo conhecer é um fazer.

Neste pensamento, sujeito e objeto não são mais realidades previamente dadas, mas se produzem por efeito das práticas. Caberia, aqui, questionar a identidade do saber psicológico ou o território geral do campo da psicologia. Este movimento subverteria o estado em que, estando tão engajados neste campo, nós não poderíamos discriminar as forças que o constituem, nem tampouco ignorar que nele somos constituídos como uma das partes que o integra.

A atitude crítica de transdisciplinaridade implica perturbar os limites entre as disciplinas, quando se colocam em questão as identidades do sujeito que conhece e do objeto conhecido.

⁸⁰ PASSOS E. & BENEVIDES R. (2000) A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 16, n. 1, p. 74.

Por transdisciplinaridade se entende a relação que se estabelece entre os termos que se intercedem, é uma relação de interferência, de intervenção através do atravessamento desestabilizador de um domínio qualquer (disciplinar, conceitual, artístico, sócio-político, etc.) sobre outro. A noção de transdisciplinaridade é engendradora/usada no sentido de fabricar intercessores, fazer série, agenciar, interferir.

Utilizando ferramentas da pesquisa-intervenção, entendemos que é preciso “mudar para conhecer”, pois o ato de intervenção é um ato que inaugura realidades, um ato que inaugura uma possibilidade de conhecer. Contrapondo assim, a tradição epistemológica vigente que pressupõe um conhecer como condição para um fazer⁸¹.

Pensar intervenção como método significa, então, provocar mudanças, questionando lugares; é poder pensar sobre a possibilidade de questionamentos e desmontagem de instituições que atravessam estes lugares e os constituem.

Compreende-se que se tem uma experiência de co-produção, de co-gestão, de criação, sem alguém que individualmente crie, sem alguém que individualmente intervenha, mas algo que se cria e, nessa criação, produz os termos, as intervenções. De acordo com esta política de insolvência:

“Fazer intervenção significa, dentre outras coisas, ‘articular lacunas, ver relações onde só se percebiam elementos coerentes e homogêneos, comprovar um problema onde se julgava existirem soluções...’ Ou seja, estranhar e mesmo questionar

⁸¹ PASSOS E. & BENEVIDES R. (2000), op cit., p. 75.

a homogeneidade, a coerência, a naturalidade dos objetos e dos sujeitos que estão no mundo. Ao mesmo tempo afirmar as multiplicidades, as diferenças, a potencialidade dos encontros que são sempre coletivos e a produção histórica desses mesmos objetos e sujeitos.” (COIMBRA e NASCIMENTO, 2004, p. 4)

Os campos de intervenção e implicacional se fazem num plano de relações de forças, não são pessoalizados. No entanto, a política de dissolução, do impessoal, não pode significar desresponsabilização no sentido de que *eu* não estou ali: *eu* não estou ali como gerenciador do processo de constituição, mas eu estou ali como emergência desse coletivo, e nesse momento que emerge algo desse coletivo, emerge uma singularização.

II.3 – Desconstruindo um modo de gestão

De acordo com a legislação, as ONGs deveriam operar, em termos de estrutura interna, obrigatoriamente, como órgão de natureza deliberativa (Assembléia Geral) e órgão de natureza decisória (Diretoria ou Conselho Administrativo). A criação de Conselho Fiscal é obrigatória em certos casos, diferentemente do Conselho Consultivo, cuja constituição é sempre facultativa. *“A quantidade de órgão e de níveis hierárquicos irá depender, fundamentalmente do porte e volume de atividades desenvolvidas no âmbito da organização”.* (TACHIZAWA, 2007, p. 18). Diante de tais exigências, temos questionado: será que estas obrigações legislativas são mera burocracia?

Temos experimentado a paradoxal postura em relação à construção de regras. Sempre criticamos o engessamento que as regras podem proporcionar, mas não temos encontrado alternativas para avaliar com mais clareza as ações dos projetos em campo, a qualidade/quantidade dos resultados produzidos, etc. Ressaltamos que, na maioria das vezes, este termo *resultados quali/quantitativo* é trazido ou exigido pelos financiadores, que remetem a uma lógica produtivista, na qual um especialista contratado teria que responder, num determinado tempo, a uma lacuna referente à sua função, sob o risco de se tornar um *incompetente*. Nas discussões sobre gestão, temos visto o quanto esta lógica está também presente em nossas falas e gestos, nas cobranças entre nós, para além de um financiador, ou seja, reproduzimos o sistema quase que imperceptivelmente.

Acreditamos que esta manobra de relação de desejo financiador – pesquisador, é marcada pelo que a Análise Institucional chama de *analizador D* (dinheiro):

“[é] um importante dispositivo, na medida em que põe em análise os compromissos dos que estão no processo de intervenção. A questão dinheiro, está diretamente implicada com a questão da autonomia, pois define as relações de contrato, podendo estabelecer comprometimentos entre a equipe interventora e aqueles que encaminham o pedido-demanda e que, na maior parte das vezes, são os que pagam.” (AGUIAR, 2003, p. 148)

Em nosso caso, o comprometimento das iniciativas e líderes comunitários em comparação com o comprometimento dos

pesquisadores, pode ser analisado sob esta ótica. Não é por menos que a *captação de recursos* tem sido o ponto de preocupação que toma a maior parte do tempo de coordenadores e pesquisadores/oficineiros de várias ONGs. A pesquisa realizada pela ABONG, de agosto a novembro de 2001, com 196 ONGs associadas, serve como uma amostra para entendermos quais são as principais fontes de recursos para as ONGs atualmente.

TABELA 2 - FONTES DE RECURSO EM RELAÇÃO AO ORÇAMENTO TOTAL

Fonte	%
Agências internacionais de cooperação	50,61%
Órgãos governamentais (federais, estaduais e municipais)	18,46%
Empresas, fundações e institutos empresariais	4,19%
Comercialização de produtos e serviços	3,83%
Agências multilaterais e bilaterais	2,40%
Contribuições associativas	1,77%
Outras fontes de financiamento	3,99%
Valor não especificado por fonte	14,74%
<i>Base: 163 ONGs que responderam à questão</i>	

Fonte: ABONG, 2001.

Como nos indica a tabela, para viabilizar seus objetivos, algumas ONGs têm trabalhado com recursos estatais e privados, principalmente de fontes internacionais. Os projetos de ONGs que recebem recursos públicos vivenciam um problema específico, por estarem, em muitos casos, condicionados a uma orientação política hegemônica. Quando há mudanças no governo, os novos dirigentes governamentais desqualificam, suspendem ou retardam convênios e parcerias firmadas pelo governo anterior.

O problema mais comum vivido por coordenadores de ONGs é relacionado aos financiadores, como empresas, fundações e institutos empresariais. Estes tendem a apoiar projetos mais próximos ao seu entorno temático, ou seja, que estejam mais associados ao seu *marketing* institucional. Muitos representantes de ONGs reconhecem, na cooperação internacional, uma maior fidelidade no apoio, mas, atualmente, em contraponto, há em curso uma reorientação da cooperação para países considerados ainda mais pobres, localizados notadamente na Ásia e África.

É consenso entre os gestores de ONGs⁸², que depender de um único financiador pode significar um grave risco, pois a cooperação internacional ou nacional não pode determinar como e quando uma organização deve atuar. Isto colocaria em risco a autonomia da organização. Sua existência poderia ser também ameaçada, na medida que, extinguindo-se o único financiamento, dificilmente continuariam suas atividades.

A descontinuidade de recursos é um dos maiores entraves para o desenvolvimento das atividades propostas pelas ONGs. Dentre os inúmeros problemas remanescentes desta descontinuidade, podemos citar a demissão de profissionais, quebra de confiança com parceiros comunitários, dentre outros. Sobre o último item, pontuamos que muitas lideranças e grupos comunitários demonstram profunda desconfiança diante de novos projetos sociais, já que mencionam a interrupção das

⁸² Diário de campo Pesquisa Iniciativas, 2005, CIESPI.

ações anteriores em relação à instituição/grupo proponente. Neste caso, ocorre o descrédito das ações nas *comunidades*, em face às ações pontuais e de curto prazo de tempo em oposição às efetivas transformações sociais propostas pelas organizações.

No fim de 2004, vivenciamos na ONG onde atuamos, durante a renovação de financiamento de um dos nossos projetos, a difícil tarefa de renegociar metas com um dos financiadores. Este propunha a análise sobre um determinado tema (abuso sexual), que não fazia parte da pesquisa, até aquele momento. Pontuamos que o tema proposto pelo financiador, embora fosse importantíssimo, não condizia com as linhas de trabalho apontadas pelos parceiros comunitários como principais demandas⁸³, e impor uma agenda externa poderia fragmentar os grupos de trabalho.

A necessidade de se responder a um financiador, muitas vezes, tem escamoteado os espaços coletivos de discussão. Referimo-nos aqui aos “modismos” do mercado social, que, de um modo geral, tem produzido demandas específicas em tempos determinados, como: situação de rua (década de 1980), participação⁸⁴ (2000), engajamento (1990/2000), autonomia (1990), dentre outros.

Mesmo diante de tantos problemas vividos em relação aos financiadores, de acordo com as análises de Aguiar (2003), as ONGs têm permitido a circulação de dinheiro público em outros espaços. Algumas

⁸³ Através de uma pesquisa *baseline*, levantamos que as demandas emergentes estavam relacionadas com estruturas básicas de funcionamento, como saneamento básico, transporte, segurança e uso indiscriminado de drogas ilícitas pelos jovens.

⁸⁴ Atualmente, a moda da “participação” tem produzido espaços para jovens, adolescentes e até mesmo para crianças de três ou quatro anos, onde são incentivadas a fazerem mini-assembléias, por exemplo.

ONGs têm conseguido utilizar recursos públicos para efetivas transformações sociais. As ONGs passam a ser vistas pelos governos e órgãos multilaterais como interlocutores privilegiados para a implementação de projetos sociais. Cooperar num projeto oriundo das diretrizes de um determinado governo pode resultar na cumplicidade à-critica com este ou na construção de um lugar de lutas.

Na materialidade cotidiana da intervenção, temos experimentado que é de forma sutil que se driblam as exigências governamentais, garantindo a continuação ou criação de atividades formuladas em conjunto com os parceiros comunitários. Recentemente, recebemos uma verba do Ministério da Cultura para criar, junto a iniciativas locais, um Ponto de Cultura⁸⁵ na Rocinha (Zona Sul do RJ). A verba atrasou e, mesmo assim, o grupo de assessoria do Ministro exigiu que o Centro estivesse “arrumadinho” para receber o ilustre visitante. Desprendendo-se dos riscos e ameaças, optamos por firmar a parceria com as iniciativas locais envolvidas no programa e deixar nas paredes não pintadas, a enunciação da precariedade em que se encontravam, não só o Ponto de Cultura, mas todas as iniciativas daquele lugar, voltadas para a infância e juventude. Durante a visita o grupo de assessoria foi driblado, mais uma vez, e conseguimos⁸⁶, junto a alguns líderes comunitários, conversar com

⁸⁵ Os Pontos de Cultura são iniciativas desenvolvidas pela sociedade civil, que firmou convênio com o Ministério da Cultura (MinC), por meio de seleção por editais públicos. São responsáveis por articular e impulsionar as ações que já existem nas comunidades. Atualmente, existem mais de 650 Pontos de Cultura espalhados pelo país e, diante do desenvolvimento do Programa, o MinC decidiu criar mecanismos de articulação entre os diversos Pontos: as Redes de Pontos de Cultura e os Pontões de Cultura. Sobre mais informações acessar: http://www.cultura.gov.br/programas_e_acoes/cultura_viva/programa_cultura_viva/pontos_de_cultura/

⁸⁶ Remete-se ao Projeto Rede Brincar, que faz parte do CIESPI.

responsáveis pelo programa “Ponto de Cultura” e negociar algumas reivindicações para remodelação do cronograma. Com este “drible”, a confiança entre parceiros se fortaleceu. Vale pontuar que as pessoas da ONG que trabalharam neste programa (2005/2006), assim como agentes comunitários, ficaram sem receber parte de seus salários, mesmo depois de quase um ano concluído o projeto.

Entendemos que pagamento (salário, bolsa, ajuda de custo, etc.) é outro analisador D, que colocaremos em questão a seguir. De forma geral, notamos que faltam parcerias que invistam mais em recursos humanos (técnicos e administrativos), em capacitações sistemáticas da equipe de trabalho, dentre outros. Mas, mesmo assim:

“O estudo mais recente sobre o universo associativo brasileiro, do qual as ONGs fazem parte, foi lançado em dezembro de 2004, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife). O estudo revela que, em 2002, havia 276 mil fundações e associações sem fins lucrativos (Fasfil) no país, empregando 1,5 milhão de pessoas. Contudo, os dados da pesquisa apontam para uma imensa pluralidade e heterogeneidade dessas organizações sem fins lucrativos: igrejas, hospitais, escolas, universidades, associações patronais e profissionais, entidades de cultura e recreação, meio ambiente, de desenvolvimento e defesa de direitos, etc.”⁸⁷

“O projeto X acaba em julho [2005], será que continuamos ou não na organização?”; “se eu engravidar quais são os direitos que eu posso

⁸⁷ Disponível em: www.abong.org.br/, acesso em: 05 abr. 2007.

reivindicar?” (Pesquisadora de ONG, RJ, 2005). A lógica que combina medo em relação à instabilidade no trabalho e a esperança de conseguir uma prorrogação de financiamento ou um novo projeto, com recursos para pesquisadores e oficinairos, atravessa nossas práticas. *“Como um educador vai trabalhar a lógica de morar em uma casa com meninos em situação de rua, se o educador não possui uma casa para ele morar? Não que esta intervenção seja inviabilizada, mas tem que ser problematizada, pois ela aparece ali, no ato.”* (Coordenador de ONG, RJ, 2005)

Como colocar esta questão em um lugar onde as prioridades deveriam ser as atividades “comunitárias”? *“Um trabalhador pode ‘ganhar bem’ às custas da pobreza?”* (Pesquisador de ONG, RJ, 2003)

É importante pontuar a situação dos profissionais que hoje integram as ONGs. De acordo com Gohn (2003), os movimentos caracterizavam-se nas décadas de 1960 e 1970 por militantes, estudantes ou profissionais que cediam seu tempo *em favor da causa*. Hoje, as ONGs formam um importante setor no mercado de trabalho, principalmente no que tange à oferta de serviços.

Neste contexto, as práticas *psi* (psicologia comunitária e psicologia do desenvolvimento, por exemplo) têm conquistado espaço nos quadros de funcionários das ONGs. É importante pontuar, como sinaliza Coimbra (1996), que as práticas *psi* nas ONGs são produzidas e atravessadas na/pela história, portanto, não são lugares neutros ou a-históricos⁸⁸. Para Cabral (2007):

⁸⁸ Coimbra, 1995, p. 39.

“não se tem clareza das diferenciações já marcantes entre dirigentes e trabalhadores de ONGs. Esses últimos profissionais procuram, em sua maioria, nas ONGs uma forma alternativa de se inserir no mercado de trabalho, de preferência onde possam garantir uma produção voltada mais para o social e, quando muito, preservar a participação política em movimentos afins.”

Nas décadas 1970 e 1980, do século passado, os financiamentos arrecadados pelos militantes (oriundos da classe média, principais participantes e fundadores dos movimentos políticos urbanos, nesta época) eram voltados para execução das tarefas propostas para um determinado fim, de acordo com a militância em questão. Em alguns casos, militantes que se transformaram em trabalhadores:

“Um trabalhador diferente, com suas características próprias. Talvez uma ‘profissão sem nome’, mas que, pela proximidade inerente com os movimentos sociais e pela importância que ganharam na sociedade brasileira, muitas vezes se dirigem à opinião pública ocupando um espaço que se destinava a estes, ou mesmo aos partidos políticos.” (CABRAL, 2007)

De acordo com Coimbra (1995), o “boom” da psicologia no Brasil das décadas de 1960 e 1970, vem marcar um momento onde o capitalismo, aliado com a mídia, o autoritarismo do governo vigente e influência do tecnicismo americano, produziu demandas, relacionadas à criação de *experts - técnicos bem treinados para tratar dos males do social*. Nesta época, vislumbrava-se um social que poderia ser descrito como frágil, já que apresentava comportamentos produzidos pelo descompasso familiar

(famílias desestruturadas), comportamentos sempre diagnosticados sob uma ótica moral, respaldada pelo individualismo, familiarismo, intimismo, tecnicismo e o psicologismo dentre outros. “*As relações de poder transformaram-se em relações psicológico-existenciais que deveriam ser tratadas e curadas.*” (COIMBRA, 1995, p. 70)

Hoje, o tecnicismo⁸⁹ está fortemente presente na área social, produzindo uma demanda que não tem sido questionada, mas sim atendida pelos profissionais, assim como pelos cursos formadores (graduação e pós-graduação⁹⁰), que cobram caro para ensinar como fazer planejamentos estratégicos e captar recursos, utilizando-se da então emergente “responsabilidade social” das empresas. Neste meio, a ONG se torna esperança de emprego, para uma sociedade que vive o desemprego como um das principais ameaças na atualidade.

Acreditamos que os recém-graduados ex-bolsistas CNPq, CAPES e FAPERJ têm uma certa vantagem neste mercado de trabalho (ONG), pois, geralmente, já saem calejados pelas exigências dos órgãos de financiamento acadêmico, que muito se aproximam das exigências de financiadores das ONGs: elaboração constante de relatórios, de sistematização de pesquisa, convívio naturalizado com a precariedade de instrumentos e verbas para execução das pesquisas propostas. No

⁸⁹ Nas ONGs que atuam na área social encontramos um quadro maciçamente composto por psicólogos, assistentes sociais, sociólogos, antropólogos, jornalistas, etc. mas também “já começa a se perceber recentemente as ONGs como opção de trabalho diante da falta de incentivo às pesquisas nas áreas de ciências sociais.” (Cabral, s/a)

⁹⁰ Trata-se da proliferação dos cursos MBAs espalhados pelo RJ que cobram altas mensalidades para formar profissionais capazes na gestão do social e na captação de recursos para os pobres, o que vem render um alto salário para o profissional especializado em pobreza.

entanto, ressaltamos que uma recente reportagem⁹¹ informou que grandes empresários brasileiros estão sendo cooptados por ONGs de todo o mundo com salários que equivalem a gerente de empresas.

O pagamento de salários, assim como financiamentos, se transformam em questões complicadas à medida que vários fatores, como o de sobrevivência e de enriquecimento próprio coexistem, suscitando inúmeras críticas. Uma das vertentes que embasa esta crítica é oriunda do assistencialismo, onde ajudar os pobres é ajudar a Deus, recompensa que deveria ser mais do que gratificante e, por isso, dispensaria salários (visão de vários financiadores). Citamos, ainda, o Estado que via prefeituras mantém o funcionamento de creches comunitárias de educação infantil com o pagamento de alimentação e estrutura, mas dificilmente de profissionais.

Neste momento, retomamos a análise do contemporâneo e nos sentimos engolidos pela lógica do capital, pois, esta discussão pode levar ao julgamento destes profissionais pela lógica do merecimento. Sendo esse também um efeito do sistema empresarial que atravessa, com concepções de eficiência, produtividade e autonomia, o desenvolvimento das práticas em ONGs, atualmente. Ou seja, estas palavras de ordem têm produzido uma lógica permeada de valores que ganham destaque como: produtividade, competência e competitividade. Observa-se igualmente que outros modos de subjetivação vêm ganhando corpo nas relações entre ONGs, comunidades e financiadores.

⁹¹ MELO, Liana. Brasil exporta executivos para ONGs Globais – preocupação maior com o ambiente reduz rivalidade entre terceiro setor e empresas e estimula troca de experiências. O Globo, Rio de Janeiro, 19 ago. 2007. 2ª edição, Caderno Economia, p. 49.

Vemos que o que está em jogo nesta lógica é uma perspectiva moral, já que o técnico é competente ou incompetente, de acordo com padrões determinados, pela academia (CAPES), financiadores, etc.; a comunidade é interessada ou desinteressada, de acordo com parâmetros elaborados e avaliados pelos técnicos das ONGs, por exemplo. Para Deleuze (1992, p. 79 e 80), “*a moral apresenta-se como um conjunto de regras que coagem, regras de um tipo especial que consistem em julgar as ações e as intenções a partir de valores transcendentais (está bem, está mal...)*”.

Segundo Rocha e Rocha (2004), não se trata de uma “conspiração privatista”, mas de uma outra direção de expansão do capital que reorienta o setor de serviços. Por exemplo, existem inúmeras ONGs que funcionam como prestadoras de serviços do Estado e de empresas privadas nacionais e internacionais, dificultando assim qualquer tipo de reivindicação ou resistência ao Governo ou às leis de mercado. Isto vem acarretando ligações funcionais e pragmáticas dos trabalhadores, que acabam se isolando em seu processo de trabalho⁹².

Deflagra-se, neste instante, o limiar entre realidades co-existentes – profissionais desvalorizados por baixos salários, que, muitas vezes, têm que captar recursos para se manter, utilizando-se dos “*territórios da pobreza*” como mote para conseguir pagar as atividades de projetos sociais, incluindo seu próprio salário. De acordo com vários

⁹² Ver: Rocha, M. e Rocha, D. Produção de conhecimento, práticas mercantilistas e novos modos de subjetivação. In: Psicologia & Sociedade. Vol. 16, n 1. Porto Alegre, 2004.

coordenadores de ONGs entrevistados⁹³, a concorrência por financiamentos, a má remuneração e desvinculação das ONGs da militância em prol dos direitos da criança e adolescentes, vêm facultando o enfraquecimento das resistências e da unificação das lutas no movimento social pelos direitos (humanos, da infância e juventude, etc.).

Tais questões fazem atualizar discursos dicotômicos dentro das ONGs: Boa/má seria aquela ONG que paga o quanto pode a seus colaboradores⁹⁴ ou boa/má aquela que opera em um sistema parecido com as empresas – empregador-empregado? Para além de tais julgamentos, que práticas são possíveis diante de tal situação? Acreditamos que tais julgamentos despotencializam as discussões acerca das relações de trabalho, que vêm sendo forjadas nesta maquinação composta por: empresas, lucro, produção da pobreza, etc.

Na problematização deste processo moralizante, apontamos para a possibilidade de se constituir uma ética na/da intervenção. De acordo com Deleuze, inspirado por Foucault, ética diz respeito a um “*conjunto de regras facultativas que fixem o valor do que fazemos, do que dizemos, segundo modo de existência que isso implica*”⁹⁵. Que modo de existência temos forjado na relação com financiadores, líderes comunitários, etc.?

Apontamos que estes valores citados são de muitas espécies (afetivos, contratuais, financeiro, inclusive), e que terão destaque na análise da produção de nós mesmos.

⁹³ Diário de campo, Pesquisa Iniciativas, 2005, CIESPI.

⁹⁴ Colaboradores é um termo que vem substituir “empregados”, já que na maioria das vezes não existem contratos formais, porque as leis trabalhistas exigem custos altos com impostos.

⁹⁵ Deleuze, G. A vida como obra de arte. In: Conversações, 1992. (p. 80)

Atreladas aos analisadores D, estão as discussões referentes à capacitação da equipe, planejamento e avaliação de atividades. Estes são temas interessantes que guardam especificidades importantes. Não obstante, durante entrevistas realizadas no contexto de uma pesquisa sobre metodologias de trabalho em ONGs⁹⁶, diversos gestores colocavam tais temas sempre juntos, como um pacote de técnicas ou metas a serem cumpridas ou afastadas (por acreditarem ser técnicas burocráticas que podem contribuir e/ou engessar o trabalho em projetos sociais). Desenvolvendo um planejamento estratégico, durante este ano de 2007, ouvimos de consultores da ONG onde trabalhamos: *“você precisam escolher um foco: ou vocês ficarão o dia todo resolvendo os problemas na comunidade, ou se concentrarão na pesquisa e elaboração de material de qualidade”*. Durante a discussão, sem lançarmos mão da compreensão de que nenhuma ONG daria conta de muitos problemas ao mesmo tempo, concluímos que o radicalismo com que se acredita nas regras administrativas como *“salvação”*⁹⁷ para o desenvolvimento de empresas e projetos sociais, pode ser uma falácia.

Nas entrevistas⁹⁸, ouvimos vários relatos afirmando a necessidade atual das ONGs operarem com: *capacitações para seus agentes, planejamento de atividades e elaboração constante de uma avaliação das atividades executadas.*

⁹⁶ Diário de campo, Pesquisa Iniciativas, 2005, CIESPI.

⁹⁷ Por que e para que deveríamos ser salvos? Acreditamos que a salvação faz parte do modo de produção de subjetividades assujeitadas. O aprofundamento desta reflexão será contemplado no capítulo 3.

⁹⁸ Diário de campo, Pesquisa Iniciativas, 2005, CIESPI.

Os entrevistados afirmam ser a capacitação da equipe um fator fundamental para a boa execução dos projetos sociais ou para o cumprimento de qualquer outro objetivo. *“A participação da equipe em atividades como cursos, oficinas, seminários e congressos expandem a oportunidade de experimentar uma avaliação mais consistente de suas práticas cotidianas. Além disso, o intercâmbio de experiências com outros profissionais favorece a troca de novas técnicas e ferramentas, bem como a reestruturação de sua visão crítica em relação a sua própria atuação e ao contexto onde trabalha (nas comunidades, nas ruas, em sua organização, nos fóruns e conselhos para garantia de políticas públicas, dentre outros).”* (Coordenador de ONG, RJ, 2005)

Considera-se que as capacitações, como espaços reflexivos, tornam-se imprescindíveis para que os profissionais acompanhem mudanças (sociais, políticas e econômicas), munidos de ferramentas que os qualifiquem para criar novas estratégias de atuação.

“[é importante] A capacitação continuada da equipe, pra que ela avalie sua postura no trabalho... A postura do profissional é base do trabalho, então ele tem que ser reciclado o tempo todo” (Gestora de ONG, RJ, 2005).

O planejamento, segundo os entrevistados, é outro fator importante para o desenvolvimento de seus projetos, sejam aqueles destinados a crianças e adolescentes em situação de rua, em instituições (abrigos, creches, etc.) ou nas comunidades. No entanto, alguns gestores de ONGs relataram sentir dificuldades para sua elaboração e execução. Por mais

que alguns comentem não ser uma ferramenta primordial, percebemos que todos os entrevistados, em graus distintos, planejam suas ações de forma mais ou menos sistemática. Dentre eles, poucos são os que conseguem recursos financeiros e/ou humanos para realizarem seus planejamentos com ajuda de técnicas que facilitem a sistematização deste processo.

“Tem que ser um planejamento que seja um pouco flexível... a gente é pego o tempo inteiro tendo que desviar o tempo todo do nosso planejamento muitas vezes. Na rua as coisas mudam toda hora. O tempo todo” (Gestor de ONG, RJ, 2005).

Paralelamente, o planejamento parece ser visto por alguns, como um instrumento rígido, cartesiano, que não permite flexibilidade, contrapondo as contingências trazidas pelo campo de atuação.

As técnicas, embora sejam utilizadas para as ações da organização, segundo os entrevistados, não podem ser tão rígidas a ponto de “engessá-los” (paralisá-los) com a “papelada burocrática”.

Assim como o planejamento, a reflexão crítica/avaliação é igualmente apontada como uma ferramenta de grande relevância para os projetos sociais no entendimento dos impactos das ações desenvolvidas e dos resultados obtidos, no decorrer de um determinado período. A avaliação parece ser uma das áreas mais frágeis no desenvolvimento dos projetos, principalmente no que tange à dificuldade de construção de indicadores de avaliação de impacto. Poucos entrevistados afirmam dispor de conhecimentos e profissionais especializados nesta área. Aqueles que fizeram planejamentos agiram baseados no “bom senso”,

enfocando a importância de se estabelecerem processos reflexivos com a equipe com certa periodicidade.

Se, por um lado, uma avaliação de impacto eficaz requer altos investimentos por parte das organizações – o que nos parece distante da realidade de boa parte delas – por outro lado, concordamos sobre a necessidade de se fomentar constantemente reflexões críticas sobre o desenvolvimento dos projetos sociais e seus resultados, com toda a equipe e o público alvo.

“Planejamento, avaliação, monitoramento são ferramentas fundamentais para o sucesso do projeto. Estas não podem ser vistas como algo que emperre a iniciativa, mas sim que possibilite que ela se veja, se avalie e se planeje”. (Gestor de ONG, RJ, 2005).

Outra afirmação muito comum entre profissionais de ONGs é a fórmula: *“as metodologias mais sólidas são aquelas que contam com a participação da comunidade em todas as etapas do projeto, não apenas na execução, mas também no seu planejamento e processo avaliativo”*. (Gestor de ONG, RJ, 2005).

Compreendemos nas falas dos profissionais entrevistados, a importância de uma série de ferramentas metodológicas de pesquisa, em diversos momentos da atuação do projeto, seja no período inicial quando se pretende conhecer a realidade local, até no processo de avaliação de impacto. Alguns destes procedimentos são encarados como “cuidados e recomendações” no trato com a população.

Alguns projetos, buscando alternativas para atingir um processo reflexivo crítico sobre seu andamento na comunidade, criaram conselhos comunitários que auxiliam tanto na avaliação, quanto nos possíveis desdobramentos futuros nas áreas onde atuam.

No entanto, ao serem construídos *a priori* e desencarnados do campo de intervenção, burocratizam as práticas de participação e inviabilizam criações, transformando importantes instrumentos de planejamento e avaliação em dados vazios, que operam pouca liga na relação com a comunidade. Para além das técnicas de participação, a serviço de quais interesses têm-se integrado parceiros comunitários nas discussões e decisões? Que papéis e lugares estão em jogo no encontro?

Desta forma, consideramos menos importante julgar capacitações, planejamentos e avaliações como bons ou maus em si, pois acreditamos que são práticas que podem ser usadas tanto para melhorar, como para despolitizar e/ou engessar uma determinada ação. Por não carregarem em si uma verdade, não podem ser atribuídas diretamente a tais técnicas o sucesso ou o insucesso de práticas em ONGs.

As formas com que os gestores associaram estas ferramentas: capacitação, avaliação e planejamento, como fazendo parte de um *pacote fechado*, nos fala da construção de identidades. Acredita-se que tais técnicas, em sua *essência*, contribuirão para o desenvolvimento da organização ou para as atividades de campo. Tais julgamentos binarizantes têm reproduzido a lógica medo-esperança⁹⁹, na medida que

⁹⁹ A discussão sobre esta forma de operar medo/esperança será aprofundada no próximo capítulo.

se aposta nas técnicas (capacitação, planejamento, avaliação, inclusão da comunidade, etc.) como salvação do trabalho. Ao serem operadas como salvação, estas técnicas constroem lugares, a partir de relações de poder, que atravessam e constituem as intervenções, o pesquisador, a ONG, as parcerias comunitárias, sob um tecnicismo que os definirão, a *posteriori*, como competentes ou não, de acordo com o resultado. Nesta lógica, outras implicações com as instituições que atravessam o processo são camufladas e as lutas são abortadas, perdendo a riqueza dos acontecimentos que surgem entre/nos encontros.

A análise do modo de atuar das ONGs no campo e na própria organização, muitas vezes, é deixada de lado sob a justificativa da *falta de tempo*. De que tempo se trata? Consideramos que a *cultura da falta de tempo* é um fator que vem atravessando não só a forma imediata de habitar o contemporâneo, mas tem funcionado, primordialmente, como produto e produtor de subjetividades assujeitadas.

A mobilidade contemporânea não se interessa mais em ganhar tempo, mas abolir o tempo, dispensando o movimento no espaço. A *Internet* tem sido veículo que concentra grande número de informações, que podem ser acessadas em qualquer lugar do mundo (basta ter um computador e uma rede por via de telefone, satélite ou rádio).

Reuniões e conferências agora podem ser *on line, at the real time*. É a era da instantaneidade. O tempo real é o tempo do trabalho, pois se não se precisa ir mais ao escritório, nem ao campo: de casa, “plugados” na Internet, se trabalha de domingo a domingo, acessando o mundo. Mas,

mesmo neste meio instantâneo, é preciso ser engajado, eficaz e sempre informado – mote do conceito de *eficácia* ou de um *trabalho de sucesso*. A maquinação do contemporâneo age em aceleração máxima, produzindo uma imobilidade total. Vivenciamos, segundo Pelbart (2003):

“Um achatamento temporal que proporciona um presente eterno, sem história para trás nem para frente, sem passado nem futuro. Presente sem espessura, ilusão da imortalidade que ignora o começo e o fim, a morte e o imprevisto.”

Neste contexto, chamamos atenção para a experiência de sobreimplicação. Este conceito-ferramenta foi desenvolvido por René Lourau nos anos 1990, e aponta para práticas onde a análise se faz de forma isolada, tomada num único nível, impossibilitando que outras dimensões sejam pensadas, que as multiplicidades se façam presentes e que as diferentes instituições sejam consideradas.

Para Coimbra e Nascimento (2004), dois dispositivos que podem estar contribuindo para práticas de sobreimplicação são o acúmulo de tarefas e a produção de urgências. Ambos, em muitos momentos, impõem e naturalizam a necessidade de respostas rápidas e competentes tecnicamente. Alguns efeitos da prática de sobreimplicação impedem a análise, e, dessa forma, podem estar contribuindo para a fragilização dos espaços coletivos de discussão com a reificação ‘do modo-de-ser-indivíduo’ e o fortalecimento da institucionalização de determinadas práticas.

A sobreimplicação é experimentada como algo personalizado, próprio de um sujeito que precisa a todo instante se superar. É composta de

exigências como coragem, vontade de êxito, *expertise*, hierarquizadas em grades de avaliação. Lourau comenta que esta experiência é a autogestão ou a co-gestão da alienação.” (LOURAU, 2004, p. 192 e 193).

No entanto, a sobreimplicação não é uma questão pessoal/individual, (...) é atravessada/constituída pela história e podemos pensá-la como múltipla e, mesmo, paradoxal. É preciso constantemente colocá-la em análise. *“O que nos move é o intervir e o interferir de nossos corpos, de nossas práticas e pensamentos, na atualidade, mesmo reconhecendo seus limites, seu caráter provisório e imprevisível”* (AGUIAR, 2003, p. 21)

Entendemos que, no nosso campo de intervenção, todas estas práticas de análise são atravessadas, também, pelas instituições do tráfico, extermínio de jovens, etc.

Na ONG onde trabalhamos, durante as reuniões gerais e em planejamentos estratégicos, pesquisadores, técnicos administrativos e estagiários vêm discutindo a importância de se dar visibilidade/criar uma visão política clara da organização, marcando uma postura no cenário atual. Este cenário refere-se a temas acerca da infância e juventude, como a discussão para a redução da maioria penal¹⁰⁰, inserções violentas da polícia em favelas do Rio de Janeiro¹⁰¹, dentre outros.

¹⁰⁰ Em março de 2007, contabilizava-se no Congresso Nacional 54 projetos de lei para a redução da maioria penal. Este tema tem tido muita visibilidade a partir de vários setores da mídia, que colocam esta questão como a solução para a violência praticada por estes jovens. Acreditamos que esta medida seja uma enorme falácia, já que nossa realidade prova todos os dias que ter leis combativas não inibem a criminalidade. Existem vários sites sobre este assunto, dentre eles indicamos:

http://www.uff.br/obsjovem/mambo/index.php?option=com_content&task=view&id=220&Itemid=23. E para leitura: Vicente, Laila Maria Domith. P.E.C.: Propostas de Emenda à Constituição ou Processos de Exclusão e Criminalização? Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Departamento de Psicologia. 2007.

¹⁰¹ Este ponto se refere às inserções policiais militares realizadas durante os meses que antecederam o PAN-Rio 2007, em favelas como: Complexo do Alemão (Zona Norte do RJ) e Vila

Em cada reunião geral (realizadas mensalmente) ou planejamento das ações da ONG, tiramos algumas propostas de construção de artigo ou construção de alianças com outras organizações ou movimentos sociais, no sentido de garantir direitos referentes à vida. No entanto, nos deparamos com “barreiras cotidianas” que impedem a operacionalização destas propostas.

Acreditamos que estas barreiras são muitas, mas pouco se tem discutido sobre elas. O que fica visível é uma aparente falta de tempo, o que vem sinalizar que temos priorizado as práticas voltadas para execução dos projetos sociais, que é a força mantenedora (financeira) da ONG.

O medo do *tempo avassalador* e a esperança de autonomia financeira compõem um modo de operar que entrelaça tempo e dinheiro em que tipo de produção? Quais são seus efeitos? Que tempo é esse que comporta a falta, a paralisia, a conservação do mesmo, etc.? Com todos os elementos destacados, como fazemos gestão, não apenas da ONG, mas, do nosso trabalho?

“É preciso dar tempo a essa gestação..., a essas tentativas, a essa construção e reconstrução, a esses fracassos, a esses acasos. Um tempo que não é o tempo do relógio, nem o tempo do sol, nem do campanário, muito menos o do computador. Um

Aliança – Bangu (Zona Oeste do Rio de Janeiro). Segundo o site <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2007/06/386695.shtml>: “desde o início do ano (2007), as operações da Polícia Militar têm se intensificado, com o auxílio da Força Nacional de Segurança, que veio especialmente para o Panamericano. Um exemplo - não o único, mas o que mais tem ocupado os noticiários - é o caso do Complexo do Alemão, onde as aulas das escolas da região foram paralisadas e mais de 20 pessoas já morreram. Mas ao contrário do que a mídia corporativa propaga, o cerco ao local não intimida o tráfico, e “sem prisões ou apreensões de armas ou drogas, o que se conseguiu até agora foi vitimar moradores, atingidos pelas chamadas ‘balas perdidas”.

tempo sem medida, amplo, generoso.” (PELBART, 1993, p.3)

O contemporâneo, marcado pelo capitalismo neoliberal, tem imposto a nós, componentes *competentes* do mercado de trabalho, a sobrecarga da necessidade de respostas rápidas e eficazes. Trabalhando em ONG cotidianamente sentimos um tensionamento em relação a uma discrepância na imposição dos tempos marcados e instantâneos. Estes têm sido determinantes na formação e manutenção de instituições que embarreiram a produção de outras formas de atuação, assegurando assim, territórios binários, como: competência - incompetência; empregado - desempregado; produtivo - improdutivo; etc.

A competência é esperança para a incompetência? Incompetência é o medo da competência? Tais questões oriundas de um pensamento binário formam uma lógica que compreende medo e esperança como partes de um mesmo processo produtor de assujeitamento.

Pontuamos que este modo impotente de vida pode ser situado, contemporaneamente, em qualquer lugar da sociedade: na favela, nos animais em extinção, no governo, nas ONGs, etc.

O medo de criar e de subverter uma ordem que oprime hegemonicamente não é próprio das classes de baixo poder aquisitivo, suas lutas ainda que diversas e margeando outros caminhos têm-nos mostrado o contrário disto. Não poderíamos pensar que esta postura assujeitada pode ser uma resposta/resistência que se encontra em

grande parte das ONGs, no modo como estas operam no campo e internamente na constituição cotidiana de sua organização?

A questão do medo atrelada ao sentimento de esperança, visto como componente da produção subjetiva assujeitada, será foco dos questionamentos elaborados no próximo capítulo.

Seus olhos são cinza

(...)

Existe um vazio no olhar dela

Quando você está próximo dela,

Há uma sensação de ausência

Que é difícil colocar em palavras.

(...)

Ao descrevê-la, esclarecemos:

o que ela é, e porque ela é:

***Quando a esperança faz parte do passado,
ela está ali.***

*Ela está em milhões de milhões de salas de espera e
ruas vazias, em prédios de concreto cinzento e
hotéis anônimos.*

Ela está do outro lado do espelho.

*Quando os olhos que espalham seu olhar conhecem
você muito bem e não se preocupam mais com o que
vê, estes são os olhos dela.*

Ela espera em pé.

Em sua postura a dor não lhe diz para viver.

Na presença dela, a felicidade é inimaginável.

*(GAIMAN, Neil, et all. Quinze retratos do desespero
– In: Sandman – Noites sem fim. Edição especial,
2003. Grifos meus)*

Capítulo III - Algumas considerações sobre o medo e a esperança

Ao analisar a produção da pobreza, focamos os processos de sucateamento da existência, seja em seu viés de pobreza material (econômica, educacional, sanitária, ambiental, etc.), seja em seu viés imaterial (pobreza subjetiva), produtor de submissão/aceitação da precarização das condições de existência, da convivência com o medo e desqualificação de modos de existência. Estes processos buscam impedir os corpos de afirmar sua potência de criação e invenção de si, através de corpos fracos que se produzem num modo de subjetivação empobrecido. Neste entendimento, trata-se de falar da produção de uma pobreza não referenciada primordialmente na propriedade ou possibilidade de aquisição de bens materiais.

Entendemos que os processos de sucateamento da existência funcionam contemporaneamente na conjugação de pobreza material e imaterial, produzindo vidas “impotentes” em qualquer lugar da sociedade: na favela, nos animais em extinção, no governo, nas ONGs, etc.

Vivenciando os sentimentos de medo e esperança na prática cotidiana em uma ONG, experimentamos momentos de estranhamento na postura de grupos comunitários que achavam que nunca iriam conseguir reverter problemas, como a falta de recursos para ampliar seu espaço, a dificuldade de contratar mais profissionais, comprar equipamentos, brinquedos, ou mesmo pagar alimentação (no caso das creches, por

exemplo), e, no entanto, simplesmente o fato de existirem já ajudava bastante suas comunidades. Para várias iniciativas em Água Mineral, Bangu e Santa Marta, a esperança de pequenas melhorias estava associada a ações de algumas ONGS, doações diversas, mas, principalmente, convênios ou programas, geralmente, relacionados a verbas governamentais manipuladas por políticos que as usavam como moeda de troca em ano eleitoral.

Não foi somente no campo de intervenção que estes sentimentos emergiram. Eles, também, atravessaram e, ainda, atravessam o cotidiano “interno” da ONG. Interno, aqui, se refere aos modos de operar a própria constituição da organização, destacando as angústias - medos e esperanças – em relação aos planejamentos, avaliações, conversas de corredor, ameaças de despejo, fim de financiamentos, etc.

Destacamos que um dos efeitos principais da produção do medo e da esperança é a paralisia, em que experienciamos uma sensação de inércia, impossibilidade de ação, de impotência, que se afirma na impossibilidade de agenciarmos nossa potência de criação em meio a um determinado acontecimento. O sentimento de paralisia que percebíamos no campo de intervenção fazia eco com outras falas, que ouvimos em diversos lugares: *“estamos assim e continuaremos assim, na merda! Não tem jeito não!”* (gestora de ONG).

Ao falar de paralisia e medo, não estamos tratando aqui de defender ou mesmo propor modos ideais de desenvolvimento ou metas para ONGs ou iniciativas comunitárias, mas sim de questionar uma lógica

que diz respeito a uma vontade de melhoria no seu modo de existir e de atuar – esperança –, que produz e é produzido por uma apatia, desânimo e paralisia – pautadas no medo. A produção da dicotomia medo X esperança é por nós entendida como mecanismos de uma mesma produção de assujeitamento e pobreza. Por isso, afirmamos que são faces de uma mesma moeda: medo e esperança como integrantes de uma moral escrava, como veremos mais adiante, inspirados por Nietzsche (1998), em sua crítica radical à naturalização destes sentimentos.

III. 1 - Medo e esperança: faces de uma mesma moeda.

A temática medo/esperança tem estado presente, atualmente, de forma incisiva na mídia, principalmente nas reportagens televisivas e impressas, e tem potencializado diversas produções, em diferentes áreas. Os campos da psiquiatria e da psicologia, por exemplo, têm sido convocados recorrentemente a opinar sobre sintomas e novas síndromes, que instauram certo determinismo do medo como causador de problemas de cunho patológico, como por exemplo, a síndrome do pânico¹⁰². Nestas abordagens, o que temos visto é que a “esperança” de cura ou o alívio de sintomas se direcionam para a oferta de novas drogas oferecidas pela indústria farmacêutica e até mesmo para curas milagrosas oferecidas por um turbilhão de religiões que se proliferam em muitos lugares no mundo.

¹⁰² Rolnik (1997) associa a síndrome do pânico às formas de subjetivação contemporâneas, que comportam a desestabilização exacerbada de um lado e de outro, a persistência da referência identitária. É na análise das novas formas de vida, dos novos tipos de sensibilidade, das novas formas de subjetivação, típicos da atualidade, que, segundo esta autora, poderíamos encontrar explicações mais plausíveis, ou mais decisivas, para o aparecimento de modalidades de experiência afetiva ou emocional como o medo e a esperança (p. 23).

Acreditamos que o medo, como exemplo de outras emoções, é constituído em um tecido social em constante modificação. O medo é polissêmico, não possui uma definição conceitual única, nem tampouco tem uma essência universal, imutável e "trans-histórica". Seu conceito varia de acordo com o lugar e os sentidos que o produzem e atravessam, adquirindo, assim, sempre uma nova configuração em cada contexto histórico-cultural no qual se situa.

"... o sentido de nossas experiências internas não é intrínseco a elas mesmas e se constitui a partir de uma linguagem pública, cujos sentidos vão ganhando forma a partir das regras de uso, em contextos determinados. Pensar assim, implica aceitar que diferentes jogos de linguagem e diferentes formas de subjetivação originarão formas distintas de entender e experimentar o medo."
(SANTOS, 2001 p. 12)

Em uma concepção clínica, o medo é uma emoção que ocorre pela tomada de consciência de um perigo ameaçador, que tem conseqüências orgânicas: "colocado em estado de alerta, o hipotálamo reage por uma mobilização global do organismo, que desencadeia diversos tipos de comportamentos somáticos e provoca sobretudo modificações endócrinas".¹⁰³ Vemos, desta forma, se atualizar no corpo uma força paralisante, que lhe causa decomposições, como diria Espinosa¹⁰⁴, *uma paixão triste*. Embora se atualizem no corpo, medo e esperança são produções políticas, que se forjaram de diferentes maneiras na e pela história.

¹⁰³ DELUMEAU, J. História do Medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 23.

¹⁰⁴ SPINOSA. A ética. Tradução de Lívio Xavier. Edições de Ouro, Rio de Janeiro. s/a.

“O medo torna-se fator de tomadas de posição estratégicas no campo econômico, político, social ou cultural. O medo corrói a alma, e sociedades assombradas produzem políticas históricas de perseguição e aniquilamento. O medo também paralisa.” (BATISTA, 2003, p.1)

Para os gregos, a origem do medo era externa ao sujeito, a origem do medo era divina – Phóbos. Os indivíduos poderiam ser tomados por esse deus na hora dos combates, por exemplo. Os guerreiros tinham que render oferendas a Phóbos para que não fossem acometidos por ele na hora do combate. Phóbos (medo) consistia, então, no temor que fazia com que todos os cidadãos se curvassem à obediência aos deuses¹⁰⁵.

Segundo Vernant (1986), o "reino dos sentimentos", na Grécia antiga, tinha um caráter alegórico ao invés de habitar o interior dos indivíduos existia apenas como um sentido coletivo. A paixão para os gregos remontava ao domínio do público, não do privado. Este sentido de paixão difere do senso comum contemporâneo, referido à paixão interiorizada, à paixão amorosa como um impulso que brota no/do interior do sujeito.

A raiz da palavra paixão origina-se do latim “*passio*” que é derivado dos termos gregos “*paskein*” e “*pathos*”¹⁰⁶ que significa experimentar o efeito de uma ação; “*passio*” ou “*pasión*” é uma afecção, isto é, o estado em que algo está afetado por uma ação. Os indivíduos eram tomados pelas paixões que habitavam a ordem do divino, eram divindades

¹⁰⁵ Sobre este tema ver: VERNANT, J. P. As Origens do pensamento Grego. Rio de Janeiro: Difel, 1986.

¹⁰⁶ Pathos, a mais vergonhosa das paixões, expressa a passividade humana, a paixão por excelência, o medo, que é aqui considerado como uma paixão nos dois sentidos do termo pathos: no sentido de passividade e no sentido de sofrimento.

concebidas externamente ao homem, com capacidade de atravessá-lo e evadi-lo.

De acordo com pesquisa histórica, Delumeau (1999)¹⁰⁷ afirma que, nas sociedades aristotélicas, o medo era, imediatamente, associado à covardia e era vergonhoso que aparecesse o medo entre os membros da nobreza, uma vez que era considerado “um vício dos covardes”. Entre os séculos XIV e XVI, destacou-se uma literatura épica e narrativa, sobre o heroísmo da nobreza e dos príncipes, apresentando-os como imunes a todo o temor.

Uma das características do nobre guerreiro, além de possuir muitas terras, deveria ser a virtude da coragem, uma dádiva divina oferecida de acordo com o desígnio de Deus. A igreja ocupava um importante papel político e cultural neste período histórico, pois se aliava à aristocracia para difundir idéias como a crença no conformismo, com a pobreza e obediência aos nobres, como sendo desejos do Senhor:

“Havia a crença de que a organização social teria se formado a partir do desejo de Deus: uns rezavam (a igreja), outros combatiam (os nobres) e outros trabalhavam (os servos).” (MONTEIRO, mimeo, p. 2)

Aos que não eram nobres, os trabalhadores não proprietários de terras, estava destinado um lugar “naturalmente” determinado de submissão. A plebe era subjugada simultaneamente pela espada, dos

¹⁰⁷ Ao estudar A História do Medo no Ocidente, Delumeau (1999) traça uma linha temporal para diversas formas de aparição do medo. Nós na contramão de uma seqüência evolutiva ou seqüencial entendemos que não existe um medo, mas diversos medos. Sendo assim, nos interessa na obra de Delumeau, alguns recortes históricos que trazem algumas formas do medo sendo produzido e produzindo uma materialidade para a pobreza.

nobres valentes, e a cruz da igreja que determinava regras de comportamento em nome de Deus.

“Aos nobres cabia o prazer de desfrutar a vida e manter a posse territorial às custas do trabalho de seus homens que naturalmente trabalhavam e cultivavam a terra, movidos pelo medo de serem destruídos pelas pestes, fome e miséria.”
(MONTEIRO, op. cit., p. 2)

Como vimos, na narrativa épica (séculos XIV a XVI), se cria e se fortalece a figura do *nobre herói*. A figura deste cavaleiro sem medo, corajoso, contrastava com o medo inerente aos que “já nasceram sem coragem”, ou seja, a massa de camponeses, artesãos e servos. A incompatibilidade entre os dois mundos era, ao mesmo tempo, social e moral: de um lado, a nobreza associada à valentia e à individualidade e de outro, a plebe unificada à idéia do medo e de coletivo.

Esta configuração produziu lugares marcados, naturalizando nas práticas históricas o *nobre corajoso*, o ser capaz de ação e decisão, e o *pobre medroso*, incapaz de lutar, dependente de um senhor.

Com o advento da burguesia e a nova configuração social, passou-se a chamar de medo, não mais um sentimento próprio da plebe, mas um sentimento passível a todos os homens¹⁰⁸. A igualdade entre os homens foi um dos principais motes da nova concepção filosófico-político-burguesa, que possibilitou a elaboração da primeira Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789, que, dentre outras coisas,

¹⁰⁸ Chauí, 1989, p. 15.

pregava uma “liberdade individual” : *“todos os homens nascem livres e iguais em direitos e o poder emana do povo”*.

Para Chauí (1989), neste período da história, as distinções entre o soberano e os súditos vão-se tornando fracas, diante do enaltecimento da imagem centrada na liberdade e igualdade de cada indivíduo, *sujeitos por natureza* às mesmas paixões e virtudes. A referência que antes estava pautada em Deus passa, na sociedade moderna, a centrar-se no homem como indivíduo configurando-se o medo como sentimento entre iguais. Nesta possibilidade de igualdade, qualquer um poderia governar, matar, enriquecer, etc., e os humanos passam a temer uns aos outros.

“Tal como Descartes universaliza a razão, (...), a sociedade burguesa faz o universalismo alcançar as paixões, os vícios e as virtudes, resultando na afirmação de que, por natureza, todos os homens estão sujeitos ao medo.” (Ibid, p. 15).

Em contraface ao medo que os homens passam a sentir em relação uns aos outros, a esperança de liberdade e segurança se pauta em instrumentos reguladores. Desenvolvem-se teorias modernas do contrato social, em que o direito natural será resguardado e regulamentado por uma instância soberana criada pelo homem: o Estado.

“o Estado, instituição regida pela capacidade da razão em ordenar, legislar, disciplinar, controlar e dessa forma, através do direito, garantir a vida, a igualdade e as liberdades dos homens.” (MONTEIRO, op. cit., p. 5)

Diferenciando-se de um discurso dialético, Espinosa¹⁰⁹ afirma que o medo que os homens têm, como desejo natural de não serem oprimidos, está diretamente relacionado à esperança. Medo e esperança são paixões tristes, negativas. De acordo com este filósofo, considerado racionalista, as paixões tristes podem ser dissipadas pela razão, “*expressão de uma alma potente e que liberta os homens do medo e da esperança que estão ligados a eles*”.

No entanto, diferente de Descartes, que, em nome da razão, suprime toda e qualquer emoção, Espinosa fala das paixões positivas que acompanham a razão no processo de independência do homem em relação à servidão.

Na filosofia espinosista, o sujeito é constituído a partir de "essências singulares reais", cuja potência de agir constitui-se como *conatus* (desejo), que pode ser diminuída por forças exteriores, tornando-o passivo. Porém, quando fortalecido pelos bons encontros, sua potência de agir torna-se menos vulnerável a essas operações contrárias externas.

Os afetos originários, para Espinosa, são: o desejo, a alegria e a tristeza. As outras emoções derivam dessas principais.¹¹⁰ O medo e a esperança estão entre as emoções que nascem da tristeza e que enfraquecem o *conatus* (desejo).

Quais seriam os afetos que nos tornam passivos, e quais seriam os que nos fazem ativos? Espinosa, no que se refere às paixões, prefere a

¹⁰⁹ Ver: DELEUZE, G. Espinosa e os Signos. Porto: Rés Editora, Ltda., 1970.

¹¹⁰ Idem, p. 6.

noção de útil à de bem e mal, pois acredita que os afetos¹¹¹ voltam-se para suas conseqüências: os afetos que são movidos por ambição dominam os que são movidos pelo medo.

*“(...) à incompreensão da Natureza vem juntar-se o medo dos homens, dos suplícios e castigos infligidos aos dissidentes e da perda de favores e recompensas ofertados aos coniventes. Mas, ao lado dos poderosos, também há medo: têm medo da desobediência, da revolta, da perda de prestígio e do lugar do poder (...) ao medo das coisas e dos homens vem acrescentar-se o medo do pensamento e da ação”.*¹¹²

Para este filósofo, o medo é e sempre será paixão triste, jamais transformar-se-á em ação de corpo e alma, porque “... o que é acção na alma é também necessariamente acção no corpo, e o que é paixão no corpo é necessariamente paixão na alma. [não há] Nenhum predomínio, portanto, de uma séria sobre a outra” (Espinosa, apud Deleuze, 1970, p. 26). Sua origem e seus efeitos fazem com que o medo não seja uma paixão isolada, mas articulada a outras, formando um sistema do medo.

Espinosa, citado em Chauí (1987), parte do desejo, da alegria e da tristeza, e da articulação das paixões no interior de tal classificação, para constituir o sistema do medo. Segundo esse sistema, há um contraponto entre alegria e contentamento, de um lado, e entre tristeza, medo, esperança, desespero e remorso, de outro.

¹¹¹ Não sendo vícios nem virtudes, os afetos não são vencidos pela atividade racional, mas por outros afetos, mais fortes e contrários.

¹¹² CHAUÍ, M. Sobre o Medo. In: Os sentidos da Paixão. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p 58.

Para Espinosa, o medo e a esperança são paixões que podem diminuir a potência de existir do homem - *medo de que males ocorram e bens não aconteçam, esperança de que males não ocorram e bens aconteçam*. Por que o medo e a esperança? Porque, segundo Espinosa (apud Chauí,1989), de todas as nossas paixões, elas são as que mais profundamente exprimem nosso sentimento de desamparo diante do tempo e do mundo, nossa impossibilidade de controlar o curso dos acontecimentos e de dominar fatos e pessoas. Intangíveis e abstratos, esperança e medo guardam entre si uma complexa relação, na qual se interpenetram, dependem um do outro, num movimento inevitável e necessário, de atração e repulsão, no entanto, exclui a fusão e a eliminação de um pelo outro.

Em relação ao medo e à esperança, mais do que qualquer outro afeto, ficamos expostos à imagem de nossa impotência¹¹³. Quando o medo e a esperança podem ser enfraquecidos? Segundo a filosofia espinosista, o medo e esperança são paixões de servidão, que tornam o homem escravo. A razão¹¹⁴ libertaria o homem dando-lhe potência para ser independente e autônomo. O desejo natural de liberdade estaria ligado à racionalidade e, conseqüentemente, à constituição democrática como forma de governo, justamente porque é produzida por homens livres.

¹¹³ Idem, p. 73.

¹¹⁴ Espinosa é um filósofo considerado racionalista, pois atribui à razão um papel determinante na construção do conhecimento e procura explicar o conhecimento como resultado exclusivo da razão. Mais informações sobre este assunto em: PERSCH, Sergio Luis. Exame do método racionalista na filosofia política de Espinosa. In: ANALECTA. Guarapuava, v. 6, n. 2, 0, p. 85-95, jul./dez. 2005.

Dessa maneira, Espinosa articula medo/esperança e dominação sócio-política. Os homens aceitam servir para serem servidos. E combaterão até à morte na defesa das opiniões dos dominantes, passando ao ferro e ao fogo todos os que ousarem contradizê-las em nome de um conhecimento racional verdadeiro. Eles o fazem porque as opiniões dos dominantes formam um sistema explicativo para o mundo e suas ações, livrando-os dos medos e dando-lhes esperanças de recompensas para os bons e castigos para os maus. Assim, o medo e a esperança, que se originam sob a forma de paixões, cristalizam-se em senso-comum social e em prática política. A esperança se constitui, pois, numa das armas mais potentes para o exercício da dominação, pois o dominado a deseja e não sabe viver sem ela, porque ela se tornou a forma de preservar um tipo de realidade no mundo. Tudo em seu devido lugar, sem grandes transformações, que podem melhorar, mas também podem piorar o que já está cruelmente configurado, como é o caso da miserabilidade humana, entendida aqui como um assujeitamento subjetivo do ser.

III. 2 - Medo, esperança e poder - atravessamentos de uma moral escrava.

Escravo e senhor, nobre e plebeu, pobre e rico, denominações que marcam práticas-modos de estar no mundo que ganham sentidos dicotômicos na história do homem. Nestas dicotomias, vemos marcadas diferenças, que, para a maior parte de historiadores e filósofos, são

caracterizadas pela opressão e domínio do senhor ou nobre, sobre o escravo ou plebeu. Na Grécia antiga, o homem comum, não aristocrata, era tratado como infeliz, lamentável, temeroso e mísero¹¹⁵. Na idade média, como vimos, o servo, dito temeroso e fraco, deveria obedecer ao nobre, dito corajoso e forte. No primeiro capítulo, apontamos como uma parcela da população brasileira, no fim do século XIX, foi considerada pobre, miserável, perigosa e violenta, e por isso deveria ser vigiada e controlada. Nesta forma de contar a história, vemos que há sempre alguém ou algo sendo tiranizado, oprimido, escravizado ou vigiado. Sendo assim, nos diferentes momentos , encontraremos a produção de um sujeito e um assujeitado, um ser bom e outro ruim.

Para equivococar esta corrente evolucionista¹¹⁶ e a lógica do assujeitado como vitimização histórica, convocamos um importante pensador do fim do século XIX, Friederich Nietzsche. Em sua obra *Genealogia da Moral*, este filósofo transpõe a lógica dicotômica entre nobre e escravo, bem e mal, apresentando a origem das estratégias que fizeram prevalecer certa vitória (parcial) do que ele denominou *moral escrava*, sobre uma *moral nobre*.

O medo de mudar por vontade própria, a paralisia, a esperança da mudança lançada sobre um outro, mais forte e corajoso, segundo este autor, estarão associados a uma moral escrava. Esta foi produzida

¹¹⁵ Nietzsche, 1998, p. 30.

¹¹⁶ Sobre a não evolução das coisas, Nietzsche (1998) afirma - "todos os fins, todas as utilidades são apenas indícios de que uma vontade de poder se assenhorou de algo menos poderoso e lhe imprimiu o sentido da função (...). O desenvolvimento de uma coisa, um uso, um órgão (mão para agarrar, castigo para castigar), é tudo menos o seu progresso, uma direção a uma meta, menos ainda um progresso lógico e rápido obtido com um dispêndio mínimo de forças - mas sim a sucessão de processos de subjulgamento que nela ocorrem." (p. 66).

historicamente, com fortes aparatos de cunho religioso, como: culpa, ressentimento e má consciência.

Estes sentimentos ocupam um lugar de destaque e ganham força na medida que se configura o que Nietzsche (1998, p. 28) chamou de “rebelião escrava na moral”. Ele analisa que esta rebelião foi determinada quando o ressentimento se tornou criador de valores, operando modos de vida tão cruéis e violentos, quanto os que caracterizam a moral nobre.

Nietzsche utiliza-se da moral nobre para falar de um outro modo de operar a realidade, diferente da moral escrava, mas sem lhe atribuir nenhum julgamento, pois não se trata de morais apenas diferentes, mas dois modos de construção de valores. Contrapondo a moral escrava a uma moral nobre este autor ressalta:

“Enquanto toda moral nobre nasce de um triunfante Sim a si mesma, já de início a moral escrava diz Não a um ‘fora’, um ‘outro’, um ‘não-eu’ – e este não é seu ato criador. Esta inversão do olhar que estabelece valores – este necessário dirigir-se para fora, em vez de voltar-se para si – é algo próprio do ressentimento.” (NIETZSCHE, 1998, p. 29)

Nietzsche começa sua obra¹¹⁷ questionando a origem atribuída pelos psicólogos da época para os conceitos de bom e mal e destaca que os primeiros filósofos relacionaram o conceito de bom ao *que é útil*. Eizirik e Trevisan (2006) afirmam, inspirados nesta obra de Nietzsche, que a utilidade faz esquecer que ela mesma está na raiz da constituição do ‘bom’, e a utilidade torna inesquecível - sanciona - aquilo que sempre

¹¹⁷ NIETZSCHE, Friedrich. Genealogia da moral: uma polêmica; tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

demonstrou ser útil-conveniente. Ora, liga-se o útil ao bom como se essa relação fosse verdadeira em si, algo natural, e acrescenta-se aí um esquecimento dessa ligação, quando a mesma seria reiterada. Mas, *como é possível tal esquecimento?*

"Originalmente - assim eles decretam - as ações não egoístas foram louvadas e consideradas boas por aqueles aos quais eram feitas, aqueles aos quais eram úteis; mais tarde, foi esquecida essa origem do louvor, e as ações não egoístas, pelo simples fato de terem sido costumeiramente tidas como boas, foram também sentidas como boas - como se em si, fossem algo bom" (NIETZSCHE, op. cit, p. 18).

A contribuição nietzscheana vem auxiliar-nos no sentido de mostrar que as teorias que se voltam apenas para relação bom-útil ficam periféricas¹¹⁸. A partir de uma análise filológica e, mais especificamente, etimológica, Nietzsche nos mostra outros caminhos, que nos direcionam para outras formas de se compreender esse tema.

"que significam exatamente, do ponto de vista etimológico, as designações para 'bom' cunhadas pelas diversas línguas? Descobri então que todas elas remetem à mesma transformação conceitual - que, em toda parte, 'nobre', 'aristocrático', no sentido social, é o conceito básico a partir do qual necessariamente se desenvolveu 'bom', no sentido de 'espiritualmente nobre', 'aristocrático', de 'espiritualmente bem-nascido', 'espiritualmente privilegiado': um desenvolvimento que sempre corre paralelo àquele outro que faz 'plebeu', 'comum', 'baixo' transmutar-se finalmente em 'ruim'" (NIETZSCHE, op. cit., p.21).

¹¹⁸ Eizirik e Trevisan (2006). Disponível no site: http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000300003&lng=pt&nrm=is

A partir deste ponto de vista, "bom", etimologicamente, passa a ser remetido ao "nobre", "aristocrático", marcando claramente aqueles que são "espiritualmente bem nascidos", "espiritualmente privilegiados". Ele não é esquecido nem reiterado, mecanização por repetição do útil-conveniente, mas sim, criado para marcar uma diferença, para marcar um privilégio. O que essa marcação de privilégios - característica da estirpe nobre - tem a ver com a utilidade para a qual a ação é direcionada?¹¹⁹ Vemos que Nietzsche mostra, ao longo da primeira dissertação, a ligação etimológica das palavras "bom, nobre", que significam também *alguém que é, que tem realidade, que é real, verdadeiro. Já as palavras "mau, feio", como tímido, covarde, homem comum, pele escura, plebeu* (Nietzsche, 1998, p.22).

Contrapondo as figuras de nobre e escravo, este autor afirma que o segundo (o escravo) toma o primeiro, o poderoso, o dominador, como mau, e isto é o que faz fundar a moral escrava. O nobre, em um outro tipo de conjugação, se vê como bom e, a partir disso, cria para si uma representação de ruim, um inimigo que é forte e corajoso, assim como ele.

A palavra "bom" é a mesma para as duas morais, mas "*como são diferentes as palavras 'mau' e 'ruim'*" (Ibid, p. 32). Uma funda um modo de ser ressentido, enquanto que a outra é uma consequência de um ser que se acha superior por natureza. Estas lógicas distintas fundam morais (modos de conviver) diferentes: na moral nobre, temos o "bom", de um

¹¹⁹ Eizirik e Trevisan, 2006.

lado, e o "ruim", do outro; já na moral escrava, a oposição é marcada entre "bom" e "mau". *“O homem do ressentimento concebeu o ‘inimigo mau’, o ‘mau’, e isto como conceito básico, a partir do qual também elabora, como imagem equivalente, um ‘bom’ – ele mesmo!...”* (NIETZSCHE, op. cit., p. 31).

A forma de criação de valores elaborada pela moral escrava retrata o mecanismo que dá luz ao ressentimento, que se configura pela vingança imaginária lenta e odiosa contra o mundo externo, agente propulsor desta moral. *O que eu não gosto acaba definindo, por exclusão, pela força do ressentimento, o que me serve, o que é o meu "bom"* (Eizirik e Trevisan, 2006).

O forte (o nobre) pode escolher ser fraco ou não, ele é livre. Os fracos e oprimidos, por uma “vingativa astúcia da impotência” não se podem dizer maus, mas apenas bons e interpretam sua fraqueza como liberdade, e o seu ser-assim como *mérito*:

“graças ao falseamento e à mentira para si mesmo, próprios da impotência, tomou a roupagem pomposa da virtude que cala, renuncia, espera, como se a fraqueza mesma dos fracos – isto é, seu ser, sua atividade, toda a sua inevitável, irremovível realidade (...) A fraqueza é mentirosamente mudada em mérito.” (NIETZSCHE, op. cit., p. 37 e 38)

Para este autor, o "bom" é escolhido em um ato, na moral nobre, numa ação, algo como um apontamento daquilo que serve dentre tudo aquilo que se oferece como possibilidade, portanto, um ato afirmativo. Questiona-se, em contraposição, o que é o "ruim"? O "ruim" seria tudo aquilo que não fez parte da afirmação anterior, aquilo que está separado

por uma distância, aquilo que ficou de fora do campo de interesse, aquilo que se enxerga, que não se sabe da existência, simplesmente porque não é importante, e, por isso mesmo, é desprezado e não negado, sempre lembrando que esse "ruim" só existe pela distância com relação àquilo que é - ao que se disse Sim. Para Nietzsche o "bom", de acordo com a moral nobre, fora criado como forma de expansão do poder, aumento dos seus domínios sobre os escravos e, mais que isso, como forma de marcar lingüisticamente uma diferença entre aquilo que servia para si e aquilo que ficava fora dos seus interesses.

“É a vontade de poder que leva o nobre a criar o "bom" relacionando-o a tudo aquilo que lhe serve, que o fortalece. A sua vontade soberana, o seu instinto cruel, aparecem, aqui, sem nenhuma vergonha. É esse o sentido da vida, criar o seu próprio "bom", sendo o "ruim" um reflexo, aquilo que fica fora dos meus interesses, aquilo que não desperta qualquer desejo no nobre, e portanto, é como se não existisse.” (EIZIRIK e TREVISAN, 2006).

Na moral escrava, primeiramente se escolhe aquilo que Não serve, aquilo que causa raiva, ódio, aquilo que desperta um forte desejo de vingança e que se faz ruminar por muito tempo antes de se tomar alguma decisão. Por um ato de negação, portanto, afirma-se o que não serve, e este é o "mau". Em um segundo movimento, adota-se o que sobrou, por oposição ao que não serve, para ser o "bom", um ato reativo. *É por reação ao que não serve que estipulo o que me serve, é o que sobra, o pouco, o resto.* (Eizirik e Trevisan, 2006).

Toda ação, na moral escrava, é pautada em função do "fora", ou seja, de um transcendente. Se faço ou não faço alguma coisa, se escolho esse ou aquele caminho, se me comporto dessa ou daquela maneira, enfim, tudo isso será medido por exclusão daquilo que, *a priori*, não me serve.

“A ação é uma reação, logo, ressentida, amarga, venenosa, grudada. O ‘mau’ não pode, aqui, ser desprezado, pois ele é mesmo mais importante que o ‘bom’, ele vem antes, antecede a este, ele define o ‘bom’”. (EIZIRIK e TREVISAN, 2006).

Ao refletirem sobre a Genealogia da Moral, os autores acima citados concluem que a vingança ressentida precisa de tempo, é estratégica, provoca cansaço e, por fim, torpor. Envenena de tal forma a consciência que esta, ao invés de paralisar-se, agita-se compulsivamente em uma infinita excitação pelo justo, pelo correto, pelo belo, pelo não pecaminoso, um transcendente, um "fora".

“O caminho da ação sofre uma dobra e torna-se um "U", a retidão amolece e dificulta o escape, o homem torna-se tortuoso e obscuro para si mesmo, torna-se pecador em sua própria casa.” (ibid).

Neste sentido, vemos transfigurar-se a “baixeza medrosa” em humildade, e o ter-que-esperar em paciência. Entretanto, Nietzsche (1998, p. 39 e 40) mostra que, na lógica de várias religiões, os fracos um dia almejam ser fortes, num reino que há de vir, num futuro e distante lugar. Um ideal que foi prometido aos que sabem esperar e ser humildes. Neste momento, vemos o fortalecimento de valores sacerdotais, cristãos,

de forma ativa sobre as vidas das pessoas, produzindo pensamentos e sentimentos, sonhos e esperanças, direcionados para ideais ascéticos que levam a atitudes tão cruéis, quanto as vistas na moral nobre¹²⁰.

A memória do “bicho-homem” foi construída com dor e sangue: “apenas o que não cessa de causar dor fica na memória”. Fortalece na história do homem, principalmente pelas religiões, um profundo “sistema de crueldades”. A história das leis penais nos traz indício da “medida do esforço que lhe custou vencer o esquecimento e manter presentes, nesses escravos momentâneos do afeto e da cobiça”, tudo em nome de uma convivência social. A moralidade das leis e dos contratos faz efetuar um passado cruel no presente. É o que mantém eternamente viva uma memória de tudo que se quer abolir no passado, mas na contra-mão, o que se encontra é uma re-atualização do sofrimento (dor e sangue), vivido no passado.

Nietzsche aponta que esta esperança é pautada em ideais, em promessas. Sendo assim, a promessa faz do homem uma representação de um ideal a ser alcançado. No intuito de garantir sua confiabilidade e regularidade, para *responder por si como porvir*, é preciso responsabilidade. O passado remoído no presente – o ressentimento – depara-se com uma demanda por garantias de um futuro, por isso, é preciso “ver antecipar a coisa distante como sendo presente, a

¹²⁰ Nietzsche (1998) dedica várias páginas de sua obra (p. 33 e 34, dentre outras) descrevendo a besta louca, (gregos, bárbaros, germânicos etc.), que pelo reconhecimento de uma nobreza da raça e de poder, demonstrou sua fúria e crueldade, derramando muito sangue nas conquistas históricas.

estabelecer com segurança o fim e os meios para o fim, a calcular, contar, confiar”.

Sobre a história da origem da responsabilidade, este autor afirma que uma *tarefa de criar um animal capaz de fazer promessas*, é forjada para tornar o homem necessário, uniforme, igual entre iguais, constante e, portanto, confiável. Para isso, é necessária uma moralidade do costume: *“com ajuda da moralidade do costume e da camisa-de-força social, o homem foi realmente tornado confiável.”* (Nietzsche, 1998, p. 49)

Para viver os benefícios da sociedade, o homem faz uma *promessa*, cria uma memória, regras que devem ser cumpridas, por consequência e causa (retro-produção) de má consciência, culpa e julgamentos.

Segundo Nietzsche (1998), a culpa teve origem na relação entre comprador e vendedor, credor e devedor: *“cada coisa tem seu preço; tudo pode ser pago”* (Ibid, p. 59 e 60). O culpado deve pagar pelo que fez, compensar ao credor, mesmo que seja pela dor, sendo assim, fazer sofrer gratifica dando prazer ao credor. Semelhante à vingança, a culpa cria um fazer-sofrer como satisfação.

Formula-se, deste modo, uma espécie de compensação, ou de troca, ou contrato etc. afirmados pelo hábito de comparar, medir, calcular um poder, através de outro. Ou seja, na comunidade, como exemplo, se encontram: tranqüilidade, proteção, cuidado e paz, prometidas através da relação credor e devedores - *quem deve tem que pagar!* Fora dos

costumes comunitários nada está assegurado, o homem-de-fora é o miserável, sem paz.

O *não esquecimento* faz do homem um eterno credor e devedor de suas ações e pensamentos. Para Nietzsche, esquecer seria parar de digerir no presente algo já acontecido. Esta eterna ruminação do passado traz mágoa e ressentimento. Produz uma forma de se viver: ressentimento. Re-sentir: ódio, fraqueza, culpa de um passado que se refaz sempre, é eterno. Para esquecer, é preciso que se “feche temporariamente as portas e janelas da consciência.”

O homem da promessa abomina o esquecimento, pois este seria uma “*espécie de guardião da porta, zelador da ordem psíquica, da paz, da etiqueta..., não poderia haver felicidade, jovialidade, esperança, orgulho, presente, sem esquecimento*” (NIETZSCHE, 1998, p.47). Para este autor, esquecer é uma força, uma forma de saúde. *O homem que mantém sua promessa é aquele que construiu para si uma faculdade oposta ao esquecimento e que se torna “memória da vontade”* (Ibid, p. 47, 48). Esta memória marca um *não-mais-querer-livrar-se*, construindo uma longa cadeia do querer: quero, farei (sempre em futuro, que há de vir), contraponto à descarga da vontade: seu ato. Na moral escrava, “de nada se consegue dar conta”. O não esquecimento faz com que o ressentido crie um “*não-mais-querer-livrar-se*” uma forma ativa de se viver no ressentimento, na eterna vitimização, anulando possibilidades de ação/criação/movimento.

Nestes *modos de operar*, há apenas repetição, não há espaço para entrada do novo, pois este pode ameaçar a ordem, o planejamento o previsto. Pode não corresponder ao passado que insiste em ruminar no presente. Para isso, o homem deve ser domado através do pagamento de suas dívidas.

Para Nietzsche, o castigo doma o homem, mas não o torna melhor - *“o castigo teria o valor de despertar no culpado o sentimento da culpa, nele se vê o verdadeiro instrumento dessa reação psíquica chamada ‘má consciência’, ‘remorso’”* (NIETZSCHE, op. cit., p.70).

Desta forma, o castigo acrescenta no homem o medo, a intensificação dos cuidados, o controle dos desejos. Como vimos anteriormente, o homem do ressentimento deve-se adaptar aos costumes. A noção de atividade (criatividade) lhe é retirada. Esta adaptação é consequência de um assujeitamento e culpa em relação aos antepassados:

“O medo do ancestral e do seu poder, a consciência de ter dívidas para com ele, cresce necessariamente na exata medida em que cresce o poder da estirpe, na medida em que ela mesma se torna mais vitoriosa, independente, venerada e temida.” (Ibid, p. 77)

A história de divinização dos antepassados corresponde à história do medo. *“O sentimento de culpa em relação à divindade não parou de crescer durante milênios”* (p. 79). A má consciência marcou fortemente as noções de culpa e dever com moralizações, regulares e universalizadas.

A crueldade como força criadora de valores é a principal base para a teoria nietzscheana sobre a genealogia da moral. Entretanto, *engana-se quem pensa que a crueldade se encontre somente na origem da moral nobre (Ibid)*. A contribuição nietzscheana está na visibilidade lançada à crueldade onde menos se esperaria encontrá-la, onde o humano, com sua alta capacidade intelectual e racional para predizer e fazer o "bem", parece prevalecer.

“quando se fala de humanidade, a noção fundamental é a de algo que separa e distingue o homem da natureza. Mas uma tal separação não existe na realidade: as qualidades ‘naturais’ e as propriamente chamadas ‘humanas’ cresceram conjuntamente. O ser humano, em suas mais elevadas e nobres capacidades, é totalmente natureza, carregando consigo seu inquietante duplo caráter. As capacidades terríveis do homem, consideradas desumanas, talvez constituam o solo frutífero de onde pode brotar toda humanidade, em ímpetos, feitos e obras” (NIETZSCHE, apud Eizirik e Trevisan, 2006).

Acreditamos que a conspiração da moral escrava sobre a moral nobre compõe nossa atualidade: vingança, rancor, culpa, ressentimento. Os “fracos” envenenando e questionando *nossa confiança na vida, no homem, em nós* (p. 112). Estes “humildes” abominam a saúde, a força, o orgulho, como se fossem coisas viciosas. A justiça se tornou vingativa e o amor, humildade e justiça se enredaram como valores precípuos para uma superioridade: “eles estão no fundo dispostos a fazer pagar, como anseiam ser carrascos!”

A crueldade dos atos de compaixão, inspirados pela moral escrava, é imediatamente relacionada à forma de poder exercida pelos “bons” em

relação aos “humildes”. Ressaltamos que, nas atitudes ditas de piedade pelo outro, vemos a expressão da crueldade na sua busca incessante de fruição do poder, ou seja, é na ajuda ao outro, na concessão do perdão, que se atualiza a vontade de poder, que se apresenta como um superior, um ser (ou organização, no nosso caso) que ainda tem algo para dar a um fraco - pecador, ressentido.

Para Eizirik e Trevisan, 2006, a crueldade sempre esteve presente em práticas de todo tipo, tanto físicas (torturas corporais), quanto espirituais e psíquicas (torturas por responsabilidades, culpas, pecados, purgatório, etc.), consideradas humanas e acima de qualquer suspeita, aliás, muitas delas com a aprovação ‘divina’.

“Aquele sentimentozinho que sentimos ao ajudar os outros que necessitam, aquele prazerzinho ignóbil que enrijece e purifica nosso corpo tem aí a sua origem. Por longo tempo buscamos explicações “no outro” para nossos prazeres e desprazeres, como se uma ação em si mesma produzisse bem-estar (como, por longo tempo, pensamos a respeito das experiências filantrópicas) que pouco carrega da noção de humano hoje presente.” (EIZIRIK & TREVISAN, 2006)

Ao nos depararmos com estes afetos de angústia, culpa e imobilidade, nos lembramos de que estando imersos em contexto operamos uma lógica muito semelhante, talvez a mesma lógica medo-esperança, culpa-salvação. Até o presente momento, buscamos problematizar as práticas forjadas em uma ONG, que fazem reproduzir a lógica esperança-medo, através de perspectivas de salvação.

Em que medida estamos contribuindo para a produção de subjetividades assujeitadas, quando trabalhamos esperando a nossa salvação em técnicas de gestão ou quando consideramos a comunidade como salvação para problemas de financiamento, ou ainda, quando nos apresentamos como salvação para problemas comunitários? Esta lógica opressora é coexistente a práticas que se configuram como alternativas a esta maquinação e que podem ser entendidas como resistência ao processo de assujeitamento?

Querido Diario Intimo:
hoy he renegado a
mi mamá. Reconozco
que me porté muy
mal y que....



433

...mi mamá es buena
y que yo la hago
rabiar mucho y
que toda la culpa
es mía y nada
más que mía.



www.mafalda.net



(La Dirección de este
Diario Intimo aclara
que sólo se limita a
publicar estas notas,
sin compartir por eso
el criterio de su
autora.)



Capítulo IV – Práticas intercessoras na ONG: um outro possível

Experimentar inquietações (ansiedade, aflições) e estranhamentos quanto ao lugar que construímos e ocupamos enquanto pesquisadores em uma ONG e mestrandos que se voltam para pensar sua prática é habitar o fio da navalha. Estar em meio ao processo e nele se interrogar nos envolve num emaranhado de sentimentos que nos compõem e nos decompõem, ou seja, alegrias e tristezas. Tais sentimentos nos compõem e, por vezes, nos fazem paralisar achando que “está tudo dominado”.

Entretanto, esta angústia também provoca inquietações que atravessam os desafios e entraves cotidianos relacionados a financiamentos, postura política, parcerias, planejamentos. Na lida com nosso campo de intervenção, os ditos “territórios da pobreza e do medo”, como não nos embaralhar por ações/intenções de salvação e esperança?

Sabemos que a segurança prometida nas técnicas e pacotes modelados previamente, geralmente feitos por terceiros distanciados do campo são uma falácia, pois sua aparente proposta de salvação/resolução dos entraves assemelha-se mais à função de moldar e controlar, de acordo com os interesses que operam na sua produção. Deste modo, entendemos que controles não são externos ou transcendentais a nós, eles acontecem em nós, e por nós¹²¹, e dizem respeito também a processos de resistência.

¹²¹ Ver comentários sobre biopolítica, p. 22 deste texto.

Ao efetuar uma crítica ao consumo dos manuais, livros, técnicas ou conceitos acadêmicos, por exemplo, como receitas, não propomos que sejam abolidos e expurgados de nossas práticas. Nossa intenção é sim, chamar atenção para o lugar de função transcendental que, muitas vezes, lhes imputam, ou seja, de verdade que não pode ou não deve ser questionada.

A ação de repetição do que está prescrito despotencializa os agenciamentos e os encontros. A possibilidade de novas experimentações fica limitada pela esperança de garantias *a priori*. Entretanto:

“A possibilidade de criação de formas de subjetivação em ruptura com os processos em curso no capitalismo depende dos agenciamentos que se produzem nas situações experimentadas, não havendo garantias a priori.” (BARROS, 2002, p. 61)

Lançar-se aos agenciamentos e experimentações é um desafio que comporta desterritorializações. Muitas vezes, a sensação de insegurança nos leva a procurar territórios já delineados, instituições marcadas por regras e limitações. Na angústia de reduzir o medo do fracasso ou da falência (em relação às parcerias comunitárias, financeiras e políticas – redes, fóruns e conselhos), buscamos “certezas – verdades” em técnicas criadas previamente. Estas acabam por funcionar como territórios de esperança de sucesso, mesmo quando sabemos que não há previsões certas ou garantias *a priori*.

“os intelectuais sempre atuam no risco de reforçar o sistema de poder e suas práticas de invalidação dos saberes, por capturas e apropriações, configurando um determinado sentido e impondo-lhe como único e verdadeiro.” (AGUIAR, 2003, p.16)

A suposta *garantia* e o cansaço podem se constituir em esperança/medo, mas também em estranhamentos e problematizações.

“No interior do pensamento e das práticas sociais, sempre surgiram e continuarão a surgir, linhas de fuga ativas, desvios e potências de resistência, por mais que muitas vezes o corpo social e o nosso próprio corpo emitam sinais de cansaço.” (FONSECA, 1997)

VI.1 – A experiência da escrita em nós

Os sentimentos de cansaço, medo, insegurança e esperança nos atravessaram em todo o processo de escrita deste texto. Sentimos o cansaço nos enfraquecer na medida que nos *encontramos* completamente capturados, enxergando somente as formas, as instituições (o molar), assim como foi trazido em vários momentos do trabalho.

Às vezes, é preciso parar para descansar, refletir, respirar – “dar um tempo” nas desestabilizações, para reunirmos forças para novas

proposições e outros modos de existência, numa “pausa tensa”.¹²² Neves (2002), afirma que:

“A diferença da pausa disciplinadora e da pausa tensa é que a primeira prende o movimento numa configuração ou programa arborescente fazendo saltar um transcendente (programa partidário, manuais de auto-ajuda, bíblias etc) e a pausa tensa está aberta e porosa as potências de virtualização que estes movimentos portam.” (NEVES, 2002, p.128)

Dar visibilidade ao plano das intensidades e aos processos de formação destas formas visíveis já se configura em intervenção, ou seja, produz possibilidades para desterritorializações e novas territorializações. Como dito anteriormente, trabalhar com/em desestabilização é um desafio, pois significa estar em coletivo. As intensidades são produzidas nos encontros; com pessoas, conceitos, dinheiro, pobreza, etc., questionando a ordem e o tempo nos quais as instituições que compõem tais elementos estão montadas, dando abertura para sua reafirmação ou para sua destruição.

“É no encontro, neste meio de proliferação, que os corpos expressam sua potência de afetar e serem afetados. É nele que o desejo flui e cria mundos agenciando modos de expressão e a conectividade da vida em suas múltiplas experimentações.” (NEVES, 2002, p. 78)

Pontuamos que os elementos não são anteriores aos encontros, mas forjados na relação. Desta forma, definimos como coletivo:

¹²² NEVES, 2002, p. 126 e 127.

“O coletivo, aqui, bem entendido, não pode ser reduzido a uma soma de indivíduos ou ao resultado de um contrato que os indivíduos fazem entre si. Coletivo diz respeito a este plano de produção, composto de elementos heteróclitos e que experimenta, todo o tempo, a diferenciação. Coletivo é multidão, composição potencialmente ilimitada de seres tomados na proliferação das forças. No plano de produção, plano coletivo das forças, lidamos com o que é de ninguém, ou, poderíamos dizer, com o que é da ordem do impessoal. No coletivo não há, portanto, propriedade particular, pessoalidades, nada que seja privado, já que todas as forças estão disponíveis para serem experimentadas.” (BARROS e PASSOS, 2004, p. 169)

As experimentações nos possibilitam e também nos jogam em meio a processos de produção de resistências, porque entendemos, de acordo com Barros e Passos (2004, p. 171) inspirados por Foucault (1980; 1999), que:

“a vida ela também é marcada por uma complexidade sendo a um só tempo, no contemporâneo, um ponto de incidência dos mecanismos do biopoder e um ponto de resistência biopolítica. E se o CMI [capitalismo mundial integrado] se caracteriza por uma forma de assujeitamento da vida, há que se apostar nas formas de resistência experimentadas nos processos de subjetivação.”

Em um movimento de resistência não experimentamos verdades, fórmulas ou respostas prontas, mas sim uma capacidade de produzir problemas, e o questionamento radical e desestabilizador de nos vermos tomados em nossas práticas cotidianas pela lógica da produção do medo-esperança (moral escrava) em suas práticas de salvação-assujeitamento. Diferentemente da busca de soluções, problematizar requer a construção coletiva dos/nos modos de fazer, implica desnaturalizar um estado de

coisas, os especialismos, nossas práticas, as desigualdades sociais reativadas no/pelo par medo/esperança. Trata-se, então, de operar num outro funcionamento, em que a mudança de perspectiva da dificuldade para o desafio, da solução para o problema, implica a produção de movimentos.

IV .2 – Gerir: uma forma de praticar uma ONG

O que se coloca em análise, nesta mudança de perspectiva no fazer cotidiano em uma ONG, é a construção dos modos de gestão vigentes: gestão de um lado e intervenção de outro.

Ressaltamos que o conceito de gestão aqui trabalhado não é sinônimo ou está circunscrito na noção de chefia, como única possibilidade de gerir. Segundo Barros (2002), o termo gestão designa formas como os humanos produzem suas atividades laborais, tomam decisões e criam modos de operar em uma realidade. *“Os efeitos de sujeito dessa dimensão gestonária são múltiplos e não cessam de serem criados, uma vez que trabalho e subjetividade se gestam em um espaço movente.”* (p. 70)

Segundo a autora, a gestão é um processo que está presente onde há variabilidade, imprevisibilidade, ou seja, onde alguma coisa é colocada em funcionamento, sem recorrer a formas estereotipadas ou padronizadas. De acordo com Schwartz¹²³: *“toda gestão supõe escolhas,*

¹²³ Schwartz apud Barros, 2002, p. 72.

arbitragens de atos e de objetivos, e portanto de valores, em nome dos quais estas decisões se elaboram”.

Em nossas práticas de gestão em uma ONG, temos falado de parcerias, redes e conexões. Entretanto, pouco potencializamos ou mesmo impedimos a troca com os parceiros comunitários das experiências na área administrativa, denominadas de problemas “internos”, ainda que estes problemas atravessem nossas intervenções no campo. Com isto, não estamos afirmando uma idealização de participação, trocas e gestão, mas questionando a separação entre gestão e intervenção. Levar as conversas de corredor da ONG (viabilidade de financiamentos, problemas com documentação, etc.) não implicaria fazer uma radical virada na co-construção destes processos? Eles não deveriam ser co-geridos?

Na medida que os modos de operar são geridos exclusivamente por parâmetros burocráticos, tutelares e normalizadores, a comunicação cotidiana fica limitada e constrangida, e a autonomia (liberdade para criação) do trabalhador – da ONG ou da comunidade – fica fragilizada. De acordo com Barros (2002, p. 71), *“os processos que se instituem nessa forma de organização do trabalho não têm estimulado as discussões coletivas, desvalorizam o trabalho desenvolvido, conduzem à atualização de formas despotencializadoras de trabalhar/viver”.*

A repetição de ordens do patrão ou do financiador, a execução de modelos propostos por ideais e objetivos alheios afastam possibilidades de escolhas e criação.

“O modo de produção de subjetividade predominante é o da produção de repetição e de submissão e, se os trabalhadores naturalizam a situação vivida, não se sentirão potentes para transformá-la.” (BARROS, 2002, p. 71)

Os processos de transformação estão relacionados à produção de estranhamentos, inquietações, diante de uma determinada realidade. Sustentá-los implica habitar o limiar das formas, dos territórios em crise. No entanto, é preciso estarmos atentos para um imperativo categórico do capitalismo contemporâneo: *movimente-se, seja diferente, transforme-se.*

O tempo e o espaço são controlados pela ditadura de comportamentos, que investe na homogeneização dos modos de produção e nos modos de controle social. Este movimento do capitalismo neoliberal *“nos pega em franco movimento de desterritorialização, capturando-nos neste momento em que a criação seria possível, já que os sistemas de referência foram desestabilizados”* (BARROS e PASSOS, 2004, p. 163). No entanto, o que nos constrange não é mais um centro (Rei, Deus, herói, etc.) mas o fluxo de potencialidades e virtualidades presentes nas produções.

Medo/esperança, componentes fundamentais na auto-conservação do assujeitamento (pobreza imaterial), produzem uma lógica que se modula de acordo com o mercado financeiro, agindo diretamente nos modos de controle social. Acreditamos que as tendências de financiamento como mencionado em capítulos anteriores, dizem sobre este modo de operar o controle: na década de 1980, havia uma tendência

mundial em concentrar o foco dos investimentos na problemática das crianças e adolescentes em situação de rua, etc. Como operar movimento no movimento? Como as ONGs podem produzir conexões para além das redes frias do capitalismo?

IV. 3 – Conexões e inquietudes

“A vida, na sua complexidade, precisa ser entendida como uma trama, um campo instável, uma rede de conexões que não pára de se produzir.” (ATHAYDE apud BARROS, 2002, p. 61)

Rede é a palavra de ordem do novo milênio. Sob um determinado aspecto, *mais do que uma estratégia ou metodologia, se configura como um valor a ser incorporado aos grupos que atuam no setor social.* Articular, tecer ações conjuntas, coletivizar, podem se configurar em estratégias menos sufocantes. Contudo, é preciso que nos indaguemos sobre o tipo de rede que estamos tecendo, pontuando que há diversos modos e de tecer redes e conexões.

*“Experimentamos atualmente redes que se planetarizam de modo a produzir efeitos de homogeneização e de equivalência. A globalização neo-liberal é uma **rede fria** e de cima para baixo porque sua lógica é a do capital enquanto equivalente universal ou sistema de equalização da realidade. Já a **rede quente** se caracteriza por um funcionamento no qual a dinâmica conectiva ou de conjunção é geradora de efeitos de diferenciação, isto é, trata-se de uma rede heterogenética. É nesse sentido que a experiência do coletivo, do público ou mesmo da multidão deve ser retomada como plano de produção de novas formas de existência que resistem às formas de equalização ou de serialização próprias do capitalismo.”* (BARROS, R. e PASSOS, E., 2004, p. 170)

De acordo com estes autores, o esfriamento da rede forjada “no” e “pelo” capitalismo se faz pela presença de um centro que exerce sua função de segmentação, exploração e segregação. É o caráter virtual¹²⁴ do centro de gestão dos fluxos do capital que confere ao seu funcionamento um aspecto de rede fria. Contra este processo de homogeneização segregadora, os autores apostam na experiência do coletivo, da multidão, no encontro potencializador das diferenças.

Os atos de brincar, planejar atividades, efetuar pagamentos (salários e contas), avaliar atividades coletivamente, fazer um café, dentre outras ações, instauram uma rede de interações, comunicações e interferências no cotidiano da organização onde trabalhamos. Rede essa que se configura em aproximações que geram marcas, laços, vínculos, com o ambiente, com o outro, consigo próprio, com o tempo. De forma geral rede:

“se caracteriza por sua heterogeneidade, tem múltiplas entradas, nela a multiplicidade é substantiva, a determinação é um gradiente, espaço e tempo são efeitos das suas tramas, a causalidade é reversível, e ela é caracterizada por subconjuntos restritos marcados por fortes relações de interferência entre eles. Numa palavra, na rede, a complexidade já não é um obstáculo ao conhecimento, ou, pior, um juízo descritivo, é o melhor dos adjuvantes do saber” (MORAES, M., 2007, p. 2)

¹²⁴ De acordo com Barros e Passos (2004, p. 168): “a virtualização da função de centro do CMI não é, entretanto, uma desrealização, pois esse virtual, embora não se atualizando necessariamente em agentes concretos ou em territórios geopolíticos, possui realidade. Trata-se do real da axiomática capitalística, um real vazio cuja melhor expressão é a do capital não enquanto moeda (função concreta ou real atual), mas como equivalente universal.”

Acreditamos que, de acordo com Barros (2002), o fortalecimento da comunicação cotidiana não se configura como uma salvação, mas possibilita movimentos e processualidade, priorizando a circulação da fala, afetos, divergências e diferenças. Se esta circulação é feita incluindo o questionamento acerca de cobranças e hierarquias, produzidas nas relações cotidianas, abre-se a possibilidade de se construírem outros modos de funcionamento no/com o campo de trabalho em uma ONG, onde haja menos imposições sufocantes e onde se permita caminhar por entre errâncias, habitando o inesperado.

Possibilitar a emergência do inesperado e co-habitar nele é um desafio. Ao encontrarmos o que não foi planejado ou pressuposto, a ordem com que se pretendia atuar é desestabilizada, colocando em questão todos os elementos instituídos para a realização de um determinado objetivo.

No modo de operar as *redes quentes*, há um constante questionamento sobre a mecânica de suas conexões e de elementos produzidos nestas conexões. Entende-se que, na conexão, estes elementos não são individualizados. Sujeitos e objetos se produzem nas relações em voga, não são prévios à relação, estão contidos em um determinado tempo e espaço, nos quais os termos em ligação são criados no encontro (função de união criadora).

Desta forma, é possível pensar que "*todo ato de conhecer produz um mundo*". O saber é criado no encontro, na intercessão, na borda, ou seja, o conhecimento é tanto generalizado quanto singular¹²⁵.

Pontuamos, de acordo com Moraes (2002), que singularidades são intensivas, nômades e móveis, não havendo relação de afinidade que, de antemão, estabeleça os critérios de seus agenciamentos. Este aspecto é sempre contingente das multiplicidades: "*sua forma não é de modo nenhum necessária, mas resulta do agenciamento sempre espontâneo e modificável das singularidades*"¹²⁶.

Pensar o social como uma trama, um conjunto de conexões, definidas por seus agenciamentos imanentes no processo como uma totalidade aberta, capaz de crescer em todos os lados e direções, sendo seu único elemento constitutivo o nó. Os nós são as formas, os segmentos que juntamente com as intensidades e fluxos constituem a rede, assim como os bulbos constituem a raiz rizomática do bambu.

Na constituição de redes quentes, temos a presença de experiências, técnicas, manuais, ou seja, nós/bulbos que tanto podem engessar o movimento da rede, ou mesmo destruí-la, quanto produzir interferências e novas conexões potencializadoras. As interferências desruptivas não necessariamente são negativas. Interromper um fluxo pode ser também produção de vida, abrindo espaço para novas experimentações.

¹²⁵ ROCHA, Marisa Lopes da e AGUIAR, Kátia Faria de. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. In: Revista Psicologia Ciência e Profissão – CFP, n. 4, ano 2003.

¹²⁶ Buydens apud Moraes, 2002.

IV.4 – Pesquisador e ONG: práticas com potência de intercessão

De acordo com a noção da transdisciplinaridade, apontada em capítulos anteriores, é possível produzir novos contornos quando se ousa problematizar os limites de cada disciplina, nomadizar suas fronteiras, tornado-as instáveis, quando se propõem caotizar os campos, desestabilizando-os a ponto de fazer deles planos de criação de outros objetos-sujeitos.

Desta forma, entendemos que a subjetivação “pesquisador” pode-se produzir nos agenciamentos, misturando vozes e sendo uma intercessora. O pesquisador como intercessor teria a função de dar passagem aos movimentos, comporia o movimento de interferência das diversas linhas que vêm ora como arte, ora como filosofia, ora de outro domínio qualquer que esteja em processo de nomadização. Nesta função, transmuta-se em devir pesquisador, sendo minoritário, ou seja, rompendo com conceitos totalitários como neutralidade e imparcialidade, abandonando seus contornos de sujeitos-objetos disciplinados, em prol da criação.

Os intercessores, de acordo com Deleuze (1992), são pensados como figuras híbridas, que não podem estar/ser fora da relação de interferência que se produz entre domínios. A relação de intercessão é uma relação de perturbação, e não de troca de conteúdos. Pensar na função “intercessor” é pensar em algo na inserção de um movimento, “chegar entre” em um acontecimento. Permite uma formação de série, mesmo que imaginária.

Sem encontros não há trocas que permitam a intercessão de idéias, que produzam a possibilidade de uma nova realidade. Na intercessão, surgem novas sintaxes, inesperadas e inimitáveis. Neste processo, é possível formar um discurso de minoria¹²⁷, uma abertura para criação. Na intercessão, os elementos não são abstratos, não são dados previamente. Eles compõem, o tempo todo, um sistema aberto relacionado a circunstâncias, e não mais a essências.

O acento das práticas conectivas incide sobre os movimentos e a potência de problematização e de inquietação que uma ONG em conexão com a comunidade e com outras ONGs, pode produzir a contrapelo das formas de subjetivação dominantes. No entanto,

“as interferências sempre acontecem, queiramos ou não, são potências intervalares que marcam no estado de coisas intenções ou rastros de intensões. Daí podendo advir os mais belos e os mais monstruosos arranjos”. (NEVES, 2002, p.128)

Por isso, voltamos à noção de rede para questionarmos: de que modo temos nos conectado? Temos conseguido nos produzir para além e aquém dos discursos do medo e da esperança, das formas de subjetivação binária presentes no assujeitamento?

IV.5 – Intercessão, rede, conexão, ONG: gerir no *entre*

Pensar uma gestão em rede é pensar em conexões criadoras. Para Latour (1994), uma rede de atores é, simultaneamente um ator, cuja

¹²⁷ DELEUZE, 1992, p. 157

atividade consiste em fazer alianças com novos elementos, e uma rede capaz de redefinir e transformar seus componentes. Sem definição prévia de campos que delimitem sujeito e objeto, é possível, numa *ontologia híbrida*, afirmar que o erro não é visto como algo a ser corrigido ou como uma imagem revertida do verdadeiro. O erro, neste caso, está articulado a uma *hibridação ontológica*, a uma errância que faz derivarem as formas do pensamento.

“os modos de objetivação e subjetivação podem fluir em modos criativos e disruptores que, afirmando uma língua menor, fora do sujeito do enunciado e da enunciação, abre estes modos a outras maneiras de invenção da vida e do viver ou, também, pode levar o desejo em sua errância a produzir a própria morte. Isto acontece quando o desejo, em sua conectividade cega, se agencia à sua própria destruição. O que, aí, está em jogo é a vida e a produção da existência em seus processos de intensificação e de destruição”. (NEVES, 2002, p. 127)

A noção de rede remete a fluxos, circulações, alianças, movimentos. A noção de rede de atores não é redutível a um ator sozinho nem a uma rede. Ela é composta de séries heterogêneas de elementos, animados e inanimados conectados, agenciados.

“Por um lado, a rede de atores deve ser diferenciada dos tradicionais atores da sociologia, uma categoria que exclui qualquer componente não-humano. Por outro lado, a rede também não pode ser confundida com um tipo de vínculo que liga de modo previsível elementos estáveis e perfeitamente definidos, porque as entidades das quais ela é composta, sejam elas naturais, sejam sociais, podem a qualquer momento redefinir sua identidade e suas mútuas relações, trazendo novos

elementos para a rede.” (MORAES, 2001-2002, p. 61)

Neste sentido, uma rede de atores é simultaneamente um ator cuja atividade consiste em fazer alianças com novos elementos, e uma rede que é capaz de redefinir e transformar seus componentes. Desta forma, entendemos que rede é um acontecimento.

De acordo com Orlandi (2005), o acontecimento¹²⁸ não é o que aconteceu, mas o acontecer, com seus “nós” portadores de singularidades que exprimem suas condições nas “vizinhanças”, no entre, onde se dá a “imantação mútua de uma singularidade pela outra”¹²⁹.

*“O acontecimento é um efeito sem corpo, um traçado de linhas e percursos que cruzam estruturas diversas e conjuntos específicos. Ele é um dos elementos que povoam as multiplicidades [...] As quebras que produz podem se irradiar, encontrar ressonância em uma multiplicidade de outros acontecimentos, ainda invisíveis, e suas potenciais invenções numa forma de atualização. Esta atualização é percorrida por linhas de criação, afirmadoras da vida em suas múltiplas expressões, e, ao mesmo tempo, por linhas suicidárias e fascistas. No acontecimento não há previsão. Dele só podemos falar a partir dos agenciamentos e conexões que produz como forças que dele se apoderam.”*¹³⁰

A análise micropolítica possibilita cartografar, acompanhar os traçados das linhas de constituição de um acontecimento. As linhas que coexistem e fazem funcionar as formas de gerir práticas em uma rede, são formas que se dobram no emaranhado de conexões que a compõem.

¹²⁸ A este respeito ver: Deleuze, G. *Lógica do sentido*. 2003, p.55.

¹²⁹ ORLANDI, L.B.L. *Anotar e nomadizar*. In: *Razão Nômade*. Capítulo. Ed 1. Forense, pp. 33 – 74. 2005.

¹³⁰ Neves, 2002, p. 84.

Em meio ao endurecimento e institucionalização de certas práticas, existem as linhas de fuga. Essas, segundo Deleuze e Guattari, são abstratas, ligadas ao movimento de desterritorialização e nos conectam com o desconhecido, operando aberturas para um campo de multiplicidades, um campo do problemático, das intensidades onde cada elemento atual é acompanhado de “uma nuvem de elementos virtuais” (processos, devires, agenciamentos, linhas de fuga), que podem se atualizar em um acontecimento.

Todo acontecimento é atravessado por uma nuvem de virtual. Segundo Paul Veyne, o acontecimento não existe por si, é um campo de forças, de lutas. Ele produz ruptura, decompõe o que se apresenta como totalidade excludente, é datado, localizado, e funciona por conexão e contágio. As ONGs, por exemplo, só existem com as práticas ao lado, processos vizinhos (esperança–medo, gestões, militância, pobreza, arte, criação, etc.) que compõem a proveniência e a emergência desse acontecimento, com as forças que as fizeram e a fazem existir.

Na composição do acontecimento ONG, em meio às linhas de segmentaridade, as conexões entre pessoas, grupos comunitários, outras organizações, têm-nos possibilitado estranhar e problematizar nossa forma de operar no cotidiano. Estamos falando de desestabilizações como a relatada em relatório, a seguir:

“É! Parece loucura, uma coisa sem sentido, um adulto chegar num lugar só para brincar com as crianças. Pois é, também achei estranho no início, chegar e passar minha tarde jogando bola, pique esconde, bolinha de gude. Achava tão esquisita a situação de não propor nada, que algumas vezes

levei algumas coisas para fazermos juntos, e todas às vezes depois de passado um tempo, os meninos começavam a me perguntar: “vamos jogar bola?”, “vamos brincar de pique–esconde?” eu sempre dizia: “depois”. E quando olhava, mal tínhamos começado a fazer algo planejado, já estavam todos correndo, jogando bola, armando o jogo de vôlei. Então resolvi parar e entrar na brincadeira deles, descobrir quais eram as brincadeiras daquele grupo de crianças, os brinquedos que eles construíram. E assim fui caminhando, a cada dia me surpreendendo ...” (BARROS, V. 2007, p. 4)

O encontro com parceiros, crianças, etc. passa pelo corpo, pelos sentidos, pela emoção, colocando nosso corpo em movimento, deixando-o ativo. Na perspectiva em que se conta com o imprevisível (possibilidades múltiplas), a rede é sempre ativa, viva, em movimentos de criação e potência. O que nos acarreta alegrias, mas também tensões, embates, discussões.

Tudo pode um corpo: produzir alegrias, tristezas e, inclusive, permanecer em inércia. Tais produções acontecem em planos macro e micropolíticos – as forças estão no registro do micro e as formas, no plano molar. Estes planos são diferentes, mas coexistem em nós o tempo todo. Desta forma, a produção de subjetividade assujeitada não compreende identidades ou fórmulas, mas um plano de forças, atravessado e composto por linhas que a configuram e a decompõem. Deleuze e Guattari, principais autores do conceito da micropolítica, criam o termo *linhas*, visando desmontar a idéia de estrutura, entendendo-as como vetores constitutivos das coisas, dos acontecimentos.

ONGs, pesquisadores, comunidades, crianças, adolescentes, pobreza, etc. todos estão configurados numa certa correlação de forças

perpassadas por uma multiplicidade de linhas (linhas duras, flexíveis e de fuga).

“As linhas estão sempre imbricadas umas nas outras, são imanentes, ou seja, seu processo é de co-produção e acoplamento, nelas são as conexões que definem os termos, não há algo de fora que as organize, não há transcendência ou ‘a-prioris’. Elas existem tanto no plano molar/macro quanto no plano molecular/micro e são de natureza bem diversa.” (NEVES, 1999. p. 1)

De acordo com Deleuze e Guattari (1995), as linhas duras estão subordinadas a um ponto de referência que lhes dá sentido e implicam dispositivos de poder diversos que sobrecodificam os agenciamentos em grandes conjuntos, identidades, individualidades, sujeitos e objetos.

A análise micropolítica (Neves, 2000), tal como proposta por estes autores, nos possibilita a abertura ao plano molecular, como possibilidade de ver no estado de coisas, nas práticas mais endurecidas, o pulsar de uma multiplicidade de linhas. O plano molecular refere-se ao plano da formalização do desejo, do invisível, onde não se têm unidades, mas intensidades. Nele, temos a predominância das linhas de fuga e das linhas flexíveis (fluxos, devir) que buscam se desviar da sobrecodificação totalizadora das linhas duras.

Para a perspectiva micropolítica, é possível operar com as desestabilizações, com o que não está seguro, nem previsto. No encontro do pesquisador com a comunidade, por exemplo, emerge um campo de lutas que pode fazer desestabilizar o que tinha sido previamente planejado. Ao se desestabilizar, é possível dar passagem a produções

positivas ou negativas – que compõem ou decompõem os corpos em encontro – diferentes das que estavam previstas. Ir para além e aquém das formalizações, acessando o plano das tensões imanentes às formas, possibilita questionar não o produto/resultado, mas a forma como se produz o sujeito e o objeto das relações em questão.

O que pode um corpo? Pode-se conectar, produzir conexões, agenciamentos:

“O agenciamento é a liga do desejo na produção de mundos. Ele põe, em cena, os funcionamentos e os movimentos arborescentes e rizomáticos do desejo nesta produção, ligando estado de coisas, estado de corpos e enunciados em relações de vizinhança com limites móveis e sempre deslocados.” (NEVES, 2002, p. 112)

Para Deleuze e Guattari (1980), só há desterritorialização nos limites, nas bordas de um território. É no limiar, na borda, que o pesquisador/ONG sofre interferências e pode interferir na produção de si mesmo(a), através de suas práticas, ou seja, na produção de subjetividades e na sua possível capacidade de traçar caminhos e estratégias inventivas de vida.

“Ao afirmar que o desejo é potência, que ele é força ativa dos corpos em seus processos de apropriação, dominação e exploração de uma quantidade de realidade, o que Deleuze e Guattari fazem é colocá-lo na vida, fazendo coincidir luta política e política do desejo. O desejo produz o tempo todo e só pode ser agenciado ou capturado em uma determinada situação histórica; ele é, portanto, coextensivo ao social.” (NEVES, 2002, p. 116)

Neste sentido, o desejo¹³¹ se produz nos encontros, perturbador, gerando movimentos de desterritorialização e territorializações. Não é algo que nasce na falta, mas coexiste com a potência, inquietude, perturbação. O desejo é o que nos move e faz gerar movimentos nos encontros. Para isto, as desterritorializações estão sempre acontecendo. O sujeito, enquanto pesquisador, por exemplo, é questionado a todo instante sobre seu modo de funcionar, sobre seu objetivo, o que o delimita enquanto pesquisador.

Em nosso trabalho, temos nos encantado com a postura de uma arte-educadora que não se diz pesquisadora, mas que está intervindo no campo, na ONG e em si o tempo todo. Ela está atenta aos movimentos das crianças que estão à sua volta, da creche, da questão fundiária que atravessa a “comunidade”. Uma característica de sua fala é a polissemia. Quando ela se expressa vemos ali (compondo sua própria forma de falar, olhar, gesticular, sorrir, etc.) vários personagens do cotidiano. Ela se nega a ser enquadrada em rótulos, mas não abre mão da inquietação, confiança, diálogo e de estar aberta às surpresas, aos imprevistos e às dinâmicas. Estes termos que compõem sua ética cotidiana auxiliam em uma construção constante de um planejamento flexível.

Esta flexibilidade e constantes desterritorializações nos incomodam na medida que colocam em questão os núcleos duros em nós, as nossas instituições, nossas formas de pensar e agir.

¹³¹ Outras leituras para aprofundamento do conceito de Desejo: ROLNIK, Suely. Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989; GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. Micropolítica: cartografias do desejo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1986 e GUATTARI, Félix, Revolução molecular: pulsações políticas do desejo. Tradução Suely Rolnick. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

O encontro desta arte-educadora com mais duas profissionais da área da infância, lideranças, crianças e organizações de quatro comunidades do Rio de Janeiro, inspirou o grupo formado na produção de idéias, questionamentos e inquietações. Este grupo-rede se movimentou para a formalização de um projeto social, escrito e gerido por muitas mãos.

Nos encontros entre os elementos deste grupo-rede, surge um movimento rizomático, onde são possibilitadas conexões constantes com outras lideranças comunitárias, com uma ONG voltada para pesquisas na área da infância, com financiadores e outros profissionais. A princípio, uma vontade em comum guiava o caminhar do grupo: a de compartilhar as experiências de quatro lugares distintos do Rio de Janeiro com as pessoas que ali habitavam. O objetivo era o de forjar uma rede entre práticas (metodologias, alegrias, dificuldades, cansaço, experiências, etc.) voltadas para infância. Como seria feito? Que efeitos surgiriam? Com o que essa rede contribuiria diretamente para beneficiar a vida de crianças e adolescentes? Que financiador pagaria por um projeto que não prometia nenhuma solução, nenhum resultado efetivo, além do de provocar conexões entre vivências e estratégias de várias iniciativas em quatro lugares marcados como territórios da pobreza?

Nestes quatro anos de existência, este projeto tem-se voltado também para a ONG onde está alocado juridicamente. Tem-se conectado com outros projetos – pessoas, desejos, dificuldades. A forma flexível presente nas práticas deste projeto como um todo, tem reverberado em

reuniões semanais, realizadas na ONG, onde temos nos questionado sobre os efeitos de nossa forma de atuar, interagir, criar produtos (acadêmicos ou não), incluindo nossa missão de ser um Centro de Referência para pesquisa sobre infância e juventude. Temos nos questionado se nossas práticas têm reproduzido práticas opressoras do sistema dominante atual e/ou práticas que se configuram como resistência a este mesmo sistema, pois apostamos que, apenas, as práticas que se configuram como resistência podem contribuir com efetivas mudanças sociais.

“nada acontece por um click. O click é a memória de um fim de processo: “íh, acabou”, “mudou”, “passou”. (pesquisadora de ONG, Rio de Janeiro, 2007)

Creemos que esta dissertação não se propõe a trazer novidades ou ser uma novidade para a discussão de ONGs e suas práticas. Apostamos, aqui, na possibilidade de fazer estranhar os mecanismos de atuação usados no cotidiano de uma ONG, contribuindo para a formulação de problemas que possam deslocar lugares estabelecidos e experimentados como transcendentais e, por isso, imutáveis.

“Rompe-se, assim, com a idéia de projeto enquanto planificação de etapas a serem cumpridas, com a formação enquanto execução de tarefas previstas que inviabiliza o pensamento, pela ação mecânica. A perspectiva institucionalista, procura criar condições para emergência de outros sentidos para a autonomia, como utopias ativas que vão tecendo os caminhos no curso do processo coletivo” (AGUIAR, 2003, p. 147).

Este coletivo, como apontado anteriormente, não diz sobre um conjunto de indivíduos, mas a uma mistura de idéias, medos, esperanças, ações, sorrisos. Coletivo é entendido como experiência, uma liga: “experiência-produção”. Segundo Aguiar (2003), nesta liga, o desejo é produção de mundos e de sentidos. A experiência na produção não é sinônimo daquilo que é vivido, não é limitada ao que se passa na vida cotidiana: *“ela inclui um campo de virtualidade e de invenção de formas de vida; uma experiência-limite, evocando o que deve ser fabricado. É um a mais, uma deriva que não se dá a ver e nem mesmo se dá a intervenção”* (Aguiar, 2003, p. 149). Desta forma, acreditamos que a experiência deve ser um permanente desafio.

Algumas considerações finais

Concluir este trabalho remete-nos à questão: o que nós queremos da e para a ONG em que trabalhamos e ajudamos a construir com nossas práticas, cotidianamente? As práticas do pesquisador se confundem com o processo de criação de si (o fazer é ontológico – Maturana e Varela). A invenção de si como pesquisador, trabalhador, psi, ONG, etc. é uma criação incessante que é forjada na relação com as ferramentas e parcerias de trabalho.

O nosso desafio como pesquisadores não é não ter medo ou esperança, ou apostar em soluções e salvaguardas, mas poder sustentar

angústias e inquietações diárias, possibilitando afirmações de vida em resistência aos sofrimentos trazidos pela miséria, discriminação e violência, questionando suas produções, seus e nossos interesses.

Nesta trama, é possível afirmar as ONGs como práticas híbridas (transdisciplinares) e incluir em suas análises os métodos, teorias e modos de gestão. Precisamos “romper o silêncio” e “designar os focos de poder por sua publicização.”¹³²

“Daí, a importância e a necessidade de criarmos dispositivos que permitam cada vez mais tornar públicas e expandir certas falas e experiências. Da mesma forma, se torna prioritário hoje a publicização de diferentes movimentos e resistências que acontecem no mundo, que continuam teimando em existir, apesar de tudo. Resistências que se fazem cotidianamente, em sua maioria, invisíveis, microscópicas, mas que, por vezes, silenciosa e subterraneamente, estão produzindo outras realidades, outras percepções, outras formas de sensibilidade e de relacionamento, outros modos de vida e de existência.” (COIMBRA, 2007, p.8)

Falar de nossas práticas é poder desnaturalizar a forma de gerir, através de técnicas/salvação e vislumbrar outras possibilidades de fazer assembleias, escrever relatórios, operar questões trabalhistas, potencializar as conexões com as parcerias comunitárias.

Apostamos que as práticas forjadas no cotidiano podem abrir passagem a outras visibilidades, a novos processos, outros sentidos, outras formas de enunciação, outras formas de atuar e produzir as ONGs.

Para Guattari e Rolnik (1996, p. 30):

¹³² Aguiar, 2003, p. 16.

“A garantia de uma micropolítica processual só pode – e deve – ser encontrada a cada passo, a partir dos agenciamentos que a constituem, na invenção dos modos de referência, de modos de práxis. Invenção que permita, ao mesmo tempo, elucidar um campo de subjetivação e intervir efetivamente nesse campo, tanto em seu interior como em suas relações com o exterior. Para o profissional social, tudo dependerá de sua capacidade de se articular com os agenciamentos de enunciação que assumam sua responsabilidade no plano micropolítico.”

A vontade por acabamentos e formas, manutenção de territórios, medo de gerir, provocar mudanças – esperando que estas sejam assumidas por um outro – faz com que nós, pesquisadores, estejamos submetidos aos roteiros elaborados, a partir dos projetos enviados aos financiadores, subordinados às tabelas e relatórios, construindo indicadores sociais e assimilando técnicas milagrosas de administração. Entendemos, no entanto, que a vida não pode ficar aprisionada neste tempo marcado, pois acreditamos que a própria vida apresenta um duplo caráter: territorializante, por suas repetições¹³³ e desterritorializante, pela produção de linhas de fuga.

Na lógica do medo/esperança, a prescrição é importantíssima, qualquer coisa que fuja do seu roteiro é tida como erro e impotência. Barros (2002), no entanto, afirma que, nesta situação, o trabalhador, por estar em xeque, pode ter o sentido de um apelo à busca de saídas:

¹³³ Os modos de individuação operam por diferenciação e repetição, e o *ritornello* corresponde a este processo de individuação em estado emergente. Um *ritornello* é um território em estado nascente, uma atualização dos ritmos vitais enquanto repetições, a engendram continuamente territorializações e desterritorializações. A vida é territorializante - suas repetições engendram germes de território. É também desterritorializante, pois um território produz sempre linhas de fuga - assim, as codificações ou estratos do plano têm que ser pensadas no tempo, estando sempre em transformação. *Ritornello* é repetição como criação, criação de regiões de espaço-tempo que constituem os territórios. É, neste sentido, passado e futuro no presente. (RAUTER, C. 1998, p. 136)

“trata-se de um movimento de problematização que caracteriza o momento em que se defronta com o novo, com o inesperado, que força o sujeito a pensar e divergir de si mesmo. [...] ao se deparar com o imprevisível, é preciso mobilizar estratégias inventivas.” (BARROS, 2002, p 65)

Segundo esta autora, *trabalhar-gerir inclui a criação de formas-subjetividades à deriva, ‘outramento’, corpos rebeldes que desejam a experimentação e o múltiplo.* Neste sentido, desejar não é desejar um objeto/objetivo único e inerte, mas desejar a multiplicidade, incluindo os encontros bons e maus, como nos ensina Espinosa. Os encontros maus, assim como os bons, são as errâncias no caminho, produzindo desvios no caminhar. Viver e gerir práticas em uma ONG, sob esta perspectiva, despotencializa a força paralisante do erro, incompetência e medo/esperança.

Isto não significa que podemos produzir ou estar de uma forma *qualquer*, no sentido de desqualificação e descomprometimento com o trabalho. A transmutação deste qualquer de desqualificação para quaisquer possibilidades demanda uma postura ética que é construída no cotidiano e, por isso, não pode se limitar a um conjunto de regras ou manuais.

“O que estará em questão é a opção ética pelas diferenças, pela afirmação dos devires que buscam expressão, é a opção estética de criacionismos incessantes de sujeitos-objetos, é a opção política de entrarmos em contato com o coletivo-múltiplo [...] A ética de que falamos é aquela que se põe a ouvir o estrangeiro que se produz no encontro com o outro.” (BARROS, 1994, p. 18 e 232)

Contra as práticas homogeneizantes e controladoras, apostamos, com base em Espinoza e Foucault, em uma ética enquanto Ethos, ação, movimento, e não uma representação de valores pré-estabelecidos. Os enunciados éticos presentes nos códigos, pretendem-se absolutos em seu julgamento, nunca abertos aos encontros e imprevisibilidades da vida cotidiana. Pautam-se em evidências pontuais que se pretendem generalizadoras e devem servir de garantia para um comportamento legitimado como correto, independente da situação em que seja gerado.

Por não acreditarmos que tais códigos – ou uma determinada ética ou uma lei - possam se configurar como salvação, escolhemos concluir focando uma ética da vida, sem regras ou normas. Uma ética do cuidado deve ser construída nos embates travados no dia a dia, no campo de imanência, ou seja, em um plano sem sujeitos ou objetos pré-estabelecidos, rígidos nos contornos de suas identidades.

De acordo com Deleuze (1970), o dever ético deve ser pautado em uma imagem de uma vida positiva e afirmativa. Entendemos que, na sua prática, pode-se provocar autonomia, no sentido de capacidade de gerir ações, isto é, inventar novas práticas que modifiquem condições de medo/esperança e assujeitamento. Autonomia, neste sentido, é poder gerar/gerir normas, ordens para a vida, conforme as diversas situações que se enfrente.

Neste sentido, acreditamos que os profissionais comprometidos com uma ética do cuidado precisam acionar outros dispositivos de poder que venham produzir novos bons encontros, que possibilitem a composição de

forças para a construção de melhores condições de vida. E a potência de recriar a própria vida se faz presente em processos minuciosos, provocados pelas discontinuidades, em um plano de luta, em um tempo metrificado mais pelo cuidado e menos por ordenações como produção e resultados.

Sendo assim, apostamos no desafio proposto por Pelbart, qual seja, o de proporcionar as condições para um tempo em que lentidão não seja incompetência, em que diferença de ritmos não seja disritmia; um tempo não controlável, não programável, que possa trazer o acontecimento que nossas tecnologias insistem em neutralizar. Um tempo no qual possamos acolher o que não estamos preparados para acolher: a multiplicidade, compreendendo que este novo não pode ser previsto ou programado.

Devemos criar práticas que comportem a vida humana em sua dimensão de invenção permanente, *pensando interferências na produção social da existência*" (NEVES, 1997, p.1). Eis um bom desafio para a ONG onde trabalhamos: poder criar um modo singular de operar, e/ou poder imitar e seguir práticas que produzam vida. O que não é o caso das práticas criadas no funcionamento medo-esperança.

Tem sido um desafio desconstruir e construir outro modo de gestão que esteja mais voltado para uma *aposta na vida e na sua transformação, através da disponibilidade para o presente e o inesperado.*

Bibliografia

- AGUIAR, Kátia Faria de. *Ligações Perigosas e Alianças Insurgentes. Subjetividades e Movimentos Urbanos*. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.
- ANTOUN, Henrique. *O Pensamento Transindividual: Afetos, Perceptos e Conceptos que determinam o cybertempo*. Disponível em: www.eco.ufrj.br/ciberidea. Acesso em: 26 ago. 2007.
- Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais - ABONG. www.abong.org.br.
- BARROS, Luis Vicente. *Brincadeiras da Margarida*. CIESPI, Rio de Janeiro, 2007.
- BARROS, Maria Elizabeth Barros. *Modos de gestão – produção de subjetividade na sociedade contemporânea*. In: Revista do Departamento de Psicologia – UFF, V. 14 – nº 02, p. 59 – 74, 2002.
- BARROS, Regina Benevides de & PASSOS, Eduardo. *Clínica, política e as modulações do capitalismo*. In: Lugar Comum, RJ, ISSN 14158604, n. 19-20, jan-jun de 2004, pp. 159-171.
- BARROS, Regina Benevides de. *Grupo: a afirmação de um simulacro*. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.
- BATISTA, Vera Malaguti, *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Renavan, 2003
- BRASIL, Vera Vital. *Subjetividade e violência: a produção do medo e da insegurança*. Trabalho apresentado no Segundo Encontro Mundial, Estados Gerais da Psicanálise, Rio de Janeiro, 2003.
- Breve Mapa do Contexto das ONGs Brasileiras. Disponível em: www.abong.org.br. Acesso em 09 ago. 2007.
- CABRAL, Adilson. *Movimentos Sociais, as ONGs e a Militância que pensa, logo existe*. Disponível em: <http://www.comunicacao.pro.br/artcon/movsocong.htm>. Acessado em 02 de ago. 2007.
- CARROL, L. *Alice no País das Maravilhas*. Tradução de Márcia Feriotti Meira. São Paulo: ed. Martin Claret. 2005.

- CHAUI, Marilena. Medo e direitos humanos, In: Direitos humanos e ... FESTER, Antonio Carlos Ribeiro, org. SP: ed Brasiliense. 1989.
- _____. Sobre o Medo. In: Os sentidos da Paixão. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- COIMBRA, Cecília. *Operação Rio*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2001.
- _____. *Apesar do Fascismo Social, Ainda as Utopias em Marcha...* Disponível em: http://www.slab.uff.br/exibetexto2.php?link=.%2Ftextos%2Ftexto44.htm&codtexto=44&cod=44&nome_autor=&tp=t. Acessado em: 03 abr. 2007.
- _____. *Guardiões da Ordem – uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “Milagre”*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.
- COIMBRA, Cecília e NASCIMENTO, Maria Livia. *Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político?* 2004. Disponível em: http://www.slab.uff.br/exibetexto2.php?link=.%2Ftextos%2Ftexto22.htm&codtexto=22&cod=22&nome_autor=&tp=t. Acessado em: 10 nov. 2006.
- COMPARATO, Fábio Konder. Prefácio da obra MÜLLER, Friedrich. Quem é o povo? A questão fundamental da democracia (tradução de Peter Naumann). São Paulo: Max Limonad, 1998.
- COUTINHO, Jacinto Nelson de Miranda. Jurisdição, psicanálise e o mundo neoliberal. In: MARQUES FILHO, Agostinho Ramalho et al. Direito e neoliberalismo. Elementos para uma leitura interdisciplinar. Curitiba: Edibej, 1996.
- D'ANGELIS, WAGNER. As Gerações de Direitos Humanos, Terceira Geração: os direitos dos povos ou da solidariedade. RN, 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/geracaodh/gerac3.html>. Acesso em: 09 set. 2007.
- DELEUZE, G. *Conversações*. Tradução de Peter Pél Perbart. São Paulo: Ed. 34, 1992.
- _____. *Espinoza e os Signos*. Porto: Rés Editora, Ltda, 1970.
- _____. *Lógica do sentido*. Tradução Luiz Roberto Salinas Fortes. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- DELEUZE, G. & GUATTARI, F. *O que é um conceito?* In: O que é filosofia? Rio de Janeiro: editora 34. 1993. p. 25-47.

- _____; _____. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. V. 3. São Paulo: Editora 34, 1995.
- _____; _____. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. v. 5. Tradução Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- DELEUZE, G., GUATTARI, F. e PARNET, C. *Políticas*. In Diálogos.SP: Editora Escuta.1998. p.145-170.
- DELUMEAU, J. *História do Medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- EIZIRIK, Marisa Faermann e TREVISAN, Juliano Fontana. *Da genealogia da moral à moral do ressentimento: a crueldade nos bons costumes*. In: Psicologia Ciência e Profissão. vol.26, no.3. Brasília, 2006.
- FOUCAULT, M. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: Cadernos da PUC-RJ , nº 16. 1974.
- _____. *A vida dos homens infames*, In: _____. O que é um autor? Portugal, Vega, s/d.
- _____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *Microfísica do poder*. Traduzido e organizado por Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- _____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 23ª edição, 2000.
- _____. *Introdução a uma vida não fascista*. In: DELEUZE, G. e GUATTARI, O Anti-Édipo, prefácio. 1977.
- FONSECA, Denise Farias da. *Avessos de cidadania: um exercício analítico*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.
- GAIMAN, Neil (roteiros); Glenn Fabry, Milo Manara, Miguelanxo Prado, Frank Quitely, P. Craig Russel e Bill Sienkiewicz (desenhos). *Quinze retratos do desespero*. In: Sandman – Noites sem fim. Edição especial, Conrad Editora. 2003. p. 79 – 88.
- GUATTARI, F. *As três ecologias*. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. 2ª Edição, Campinas, SP: Papirus, 1990.
- GUATTARI, Félix & ROLNIK, Suely. *Micropolítica – Cartografias do desejo*. 4ª ed, Petrópolis: Vozes, 1996.

- LA BOÉTIE, Étienne de. *Discurso da servidão voluntária*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LANDIM, Leilah. O que é uma ONG? 2000. Disponível em: www.abong.com.br. Acesso em: 21 jan. 2007.
- LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos*. Rio de Janeiro, Ed. 34, 1994-b.
- LOBO, Lilia Ferreira. *Os infames da história: a instituição das deficiências no Brasil*. Tese (Doutorado em psicologia clínica) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
- LOUROU, R. Objeto e método da análise institucional. In: Sonia Altoé (org) *Analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MORAES, Márcia Oliveira. *As ciências e suas práticas do ponto de vista da teoria ator-rede*. Disponível em: www.necso.ufrj.br/MM/Asciênciasesuaspráticas.htm. Acesso em: 05 abr. 2007.
- _____. *Sobre a noção de rede e a singularidade das ciências*. Revista Documenta. Ano VIII, nº 12/13, pp. 57-70, 2001-2002.
- MONTEIRO, Ana. *Medo, Direitos humanos e processo de subjetivação. (no prelo)*
- MOTTA, Paulo Roberto Ferreira. *Agências reguladoras*. Barueri/SP: Manole, 2003.
- NEVES, Claudia Elizabeth Abbês Baêta. *Interferir entre desejo e capital*. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.
- _____. *Alguns conceitos que possam auxiliar a micropolítica como método de intervenção*. Novembro 1999. (mimeo).
- _____. *Micropolítica como Método*. Outubro 2000 (mimeo).
- _____. *Sociedade de controle, o neoliberalismo e os efeitos de subjetivação*. Revista Saúde e Loucura, nº 06. p. 75 – 98.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral: uma polêmica; tradução, notas e posfácio Paulo César de Souza*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- O Globo, Rio de Janeiro, 19 ago. 2007. 2ª edição

- OLIVEIRA, Noeli de Almeida Godoy. *Nas ondas do rádio: radiodifusão comunitária e produção de subjetividades*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- ORLANDI, L.B.L. Anotar e nomadizar. In: *Razão Nômade*. Capítulo. Ed 1. Forense, pp. 33 – 74. 2005.
- PASSOS E. & BENEVIDES R. (2000) *A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade*. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 16, n. 1, 71-79.
- PELBART, Peter. *A Nau do Tempo Rei*. Rio de Janeiro: Imago, 2003.
- RAUTER, Cristina Mair Barros. *Clínica do Esquecimento: construção de uma superfície*. Tese de Doutorado em Psicologia Clínica, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/São Paulo. 1998
- RIZZINI, Irene e BARKER, Gary (org.). *Criança não é Risco é Oportunidade*. Rio de Janeiro: EDUSU, 2000-2001.
- RIZZINI, Irene, et al (orgs). *Crianças, adolescentes, pobreza, marginalidade na América Latina e Caribe: relações indissociáveis?* Rio de Janeiro: Editora 4mãos / FAPERJ, 2006.
- ROLNIK, Suely. *Cartografia Sentimental – transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.
- _____. *Toxicômanos de Identidade*. In: LINS, Daniel (Org.) *Cultura e Subjetividade*. Campinas: Papyrus, 1997.
- ROCHA, M. e Rocha, D. *Produção de conhecimento, práticas mercantilistas e novos modos de subjetivação*. In: *Psicologia & Sociedade*. Vol. 16, n 1. Porto Alegre, 2004.
- ROCHA, Marisa Lopes da e AGUIAR, Kátia Faria de. *Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises*. In: *Revista Psicologia Ciência e Profissão – CFP*, n. 4, ano 2003.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena. Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, L. O. *As linguagens do medo: suas configurações na contemporaneidade*. Dissertação - Instituto de Medicina Social, área de Psicanálise e Cultura - Universidade Estadual do Rio de Janeiro. RJ. 2001
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª edição, São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2006.

- _____ . *Espaço e método*. 4ª edição. São Paulo: Nobel, 1997.
- SARTOR, Carla; MARTINS, Aline; SILVA, Nívia. *As novas configurações das políticas sociais: tendências contemporâneas e mecanismos de resistência e universalização*. In: RIZZINI, I.; BARKER, G. e ZAMORA, M. (org.) *Social em questão*. Rio de Janeiro: PUC-Rio / revista do Programa de Mestrado em serviço social da, Volume 7, número 7, 2002.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SILVA, Renata Tavares da. *Itaúna: lar e medo*. Monografia (Graduação em Psicologia) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.
- SILVA, Roseane Neves da. *A Invenção da Psicologia Social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- SOARES, Alexandre Bárbara. *Comunidades e Intervenções: olhares em desconstrução*. Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da UERJ como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social. Rio de Janeiro, 2001.
- SOUZA, Herbert de. "As ONGs na década de 90". In VÁRIOS. *I Encontro Internacional de ONGs e o Sistema de Agências das Nações Unidas*. Rio de Janeiro, IBASE-PNUD, 1991.
- SPINOSA. *A ética*. Tradução de Lívio Xavier. Edições de Ouro, Rio de Janeiro. s/a.
- *Surgem as Organizações não-governamentais (ONGs)*. 2003. Disponível em: http://www.universia.com.br/html/materia/materia_dhgg.html. Acesso em: 02 ago. 2007.
- TACHIZAWA, Takeshy. *Organizações não governamentais e terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação*. 3ª ed, São Paulo: Atlas, 2007.
- VERNANT, J. P. *As Origens do pensamento Grego*. RJ: Difel, 1986.
- VEYNE, Paul. *Foucault revoluciona a história*, tr. br. de A. Baltar e M. A. Kenipp, Brasília, Ed. UNB, 1978.
- ZALUAR, Alba. *Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas*, in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. vol.12 n.35 São Paulo, 1997.

- _____. Condomínio do Diabo. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ em co-edição com Ed. Revan, 1994.